PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.467.115/0001-00 | NIRE 433.0004691-5 | Código CVM nº 02064-8

AVISO AOS ACIONISTAS

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D ("Companhia"), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei n.º 6.404/76, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, encontram-se à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Clovis Paim Grivot, 11, Bairro Humaitá, CEP: 90250-020, bem como no *site* da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/), e foram enviados à Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/institucional), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026

Tatiana Queiroga Vasques

Diretora de Relações com Investidores

PUBLICIDADE LEGAL

FUGA S.A. - CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 – NIRE Nº 43.300.015.289 - Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: Convidamos os acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, nº 1155, Bairro Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 30 de abril de 2026, a fim de tratar: em **Assembleia Geral Ordinária (AGO): Ordem do Dia: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei Nº 6.404/76, correspondente ao exercício social findo em 31/12/2025; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos; **3.** Eleição e posse do Conselho de Administração pela Assembleia e Eleição da Diretoria pelo Conselho; **4.** Deliberar acerca das gratificações aos Administradores; e **5.** Fixação da remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração. Em **Assembleia Geral Extraordinária (AGE): Ordem do Dia: 1.** Deliberar sobre o encerramento da filial Fuga S/A localizada em Ji-Paraná/RO. **2.** Deliberar sobre a criação da filial *Trading Company*. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2025, onde poderão obter cópia deles. Marau/RS, 27 de março de 2026. Constante Caetano Fuga – Presidente do Conselho de Administração. ASCOL

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S/A ("3tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 08h45, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2 e 3, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada como realizada na sede da Companhia, situada na Avenida Principal, n°187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS). As Assembleias ocorrerão em formato exclusivamente digital com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas de onde quer que estejam, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas dos relatórios da administração e dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; e **(iii)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Aprovar a reforma do Estatuto Social para: **(a)** atualizar o valor do capital social previsto no caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo a refletir os aumentos de capital social da Companhia realizados dentro do limite do seu capital autorizado; **(b)** alterar o artigo 19 do Estatuto Social para: (b1) incluir o inciso (xi) para prever a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários e intercalares, bem como sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio; e (b2) aprimorar a redação do atual inciso (xvi) para especificar e delimitar alçada de aprovação do Conselho de Administração em relação à empréstimos financeiros; **(c)** alterar o artigo 23 do Estatuto Social para: (c1) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 1º do para ajustar a definição das atribuições do Diretor Presidente; (c2) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 2º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Vice-Presidente Executivo; (c3) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 4º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Financeiro; (c4) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 5º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Comercial; e (c5) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 6º para ajustar a definição das atribuições do Diretor de Insumos; **(d)** alterar a redação do artigo 40 do Estatuto Social para incluir referência expressa ao Parágrafo 2º do Artigo 6º do Estatuto Social; e **(e)** suprimir o Artigo 53 do Estatuto Social em razão de disposições de natureza transitória que não mais produz efeitos; e **(ii)** Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas no item anterior. **Instruções Gerais: (a) Representação:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o **dia 26 de abril de 2026**, os seguintes documentos: **(i)** se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; **(ii)** se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e **(iii)** se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406/02. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: https://assembleia.ten.com.br/404358962/auth, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. **(b) Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: Boletim de voto a distância ("BVD"): Os Acionistas poderão, a partir desta data e até o **dia 24 de abril de 2026 (inclusive)**, manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD: (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (iii) ao depositário central; ou (iv) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. Digitalmente: os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na AGOE, até às 23h59 do dia 26 de abril de 2026, com acesso pelo link https://assembleia.ten.com.br/404358962/auth. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do art. 6°, §3° da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação da AGOE de 2026. **(c) Instalação do Conselho Fiscal:** Em atendimento ao disposto no art. 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto. **(d) Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, https://ri.3tentos.com.br/, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), https://www.gov.br/cvm/pt-br, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, https://www.b3.com.br/pt_br e no Ofício Circular Anual SEP 2026. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. **(e) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 26 de março de 2026

João Marcelo Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A.

TASA3 TASA4

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02 - NIRE 4330000739-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - 29 de Abril de 2026, às 14:00 Horas

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de abril de 2026, às 14 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (iv) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para o exercício social de 2026, nos termos da proposta da administração; e (v) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026, nos termos da proposta da administração. Instruções Gerais: A Assembleia Geral Ordinária será realizada de forma presencial na sede da Companhia. Essa opção foi definida em função da tradição da Companhia de sempre realizar suas assembleias presencialmente nesse local, criando, assim, uma oportunidade adicional para os acionistas conhecerem as instalações. Além disso, a administração entende que o formato presencial garante uma comunicação mais clara e direta entre os presentes, possibilitando debates mais produtivos e a tomada de decisões informadas. Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (https://ri.taurusarmas.com.br/). Tais documentos encontram-se disponíveis também na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, ficando dispensados da apresentação desse documento os acionistas que constarem da base acionária atualizada emitida pela instituição financeira depositária e pelo escriturador; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado fisicamente na sede social da Companhia ou na forma digital, validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia (até 27/04/2026, às 14 horas), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores, por e-mail para agoe@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia a distância, usando o "Boletim de Voto a Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (https://ri.taurusarmas.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), devendo o "Boletim de Voto a Distância" devidamente preenchido ser recebido pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia. Por fim, destaca-se que o Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento permanente, razão pela qual não se aplica o disposto no artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM nº 81/2022.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

CLT PART. S.A.

CNPJ 56.085.859/0001-03

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se **no dia 13 de abril de 2026,** às 14h, em primeira convocação, e às 14h30min, em segunda convocação, na sede da Companhia, situada na Avenida Nilo Peçanha, nº 2825, conjunto 907, Bairro Chácara das Pedras, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 91330-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Liquidação e extinção da Companhia; (ii) Aprovação das contas da sociedade; (iii) Nomeação do Liquidante.

PUBLICIDADE LEGAL

Todeschini S/A Indústria e Comércio

CNPJ 87.547.170/0001-79
NIRE: 43300001431

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da Todeschini S/A Indústria e Comércio a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, no dia 14 de abril de 2026, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I) Em regime Ordinário:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria; d) Fixação da remuneração dos Administradores; e) Instalação, eleição e fixação da remuneração do Conselho Fiscal; **II) Em regime Extraordinário:** a) Aumento do capital social em R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), mediante a subscrição particular de novas ações e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; b) Outros assuntos de interesse social. Bento Gonçalves/RS, 31 de março de 2026.

Virginia Farina - Diretora Presidente

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ nº 93.015.006/0001-13 | NIRE nº 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Porto Alegre, 30 de março de 2026.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari
Diretor Superintendente

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS RENNER S.A.

CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848

Companhia Aberta de Capital Autorizado

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 29 de abril de 2026, às 13h, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), de modo **exclusivamente digital**, por meio de participação: (i) via Boletim de Voto à Distância, ou (ii) via Plataforma Eletrônica, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 6. eleger os membros do Conselho Fiscal; 7. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais**: 1. Em atenção ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes, pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram publicadas no dia 10 de março de 2026, no "Jornal do Comércio" (Porto Alegre) - impresso e online. 2. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente Boletim de Voto à Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, depositário central, banco escriturador ou diretamente à Companhia, sendo que, neste caso, a Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia será o único meio de envio de Boletim de Voto à Distância à Companhia. Orientações detalhadas a respeito do preenchimento e envio do Boletim de Voto podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração e no próprio Boletim de Voto. 3. Adicionalmente, o acionista e/ou representante legal que desejar participar da Assembleia virtualmente, por meio da Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia, deverá enviar **impreterivelmente até às 23:59 do dia 27 de abril de 2026**, por meio do endereço eletrônico: *https://assembleia.ten.com.br/171416560* sua solicitação de cadastro e fornecer toda a documentação obrigatória, a saber: (i) Pessoa física: (a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); e (b) documentos que comprovem os poderes de representação, no caso de procurador constituído; (ii) Pessoa Jurídica ou Fundo de Investimento: (a) documento de identidade com foto do seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); (b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ou, no caso de Fundo de Investimento, o regulamento consolidado e atualizado; e (c) documentos que comprovem os poderes de representação. Em caso de representação por meio de procurador, deverão ser observadas as orientações adicionais, indicadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. Informações adicionais a respeito do acesso ao sistema eletrônico e da participação virtual podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas. 5. Os acionistas encontrarão todos os documentos e informações necessárias para participação na Assembleia e para melhor entendimento das matérias constantes na ordem do dia no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração, divulgado no site da Companhia https://ri.lojasrenner.com.br/ e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia.

Porto Alegre, RS, 27 de março de 2026.

Carlos Fernando Souto

Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

LJQQ3 B3 LISTED

Companhia Aberta

CNPJ sob n° 96.418.264/0218-02 | **NIRE n°** 4330002898-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, localizado na Avenida General Flores da Cunha nº 1.943, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia; **(ii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 6 (seis) membros; **(iii)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(iv)** Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2026, conforme proposta da administração. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** Aprovar a alteração do Artigo 3°, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, para refletir ajuste no endereço da sede, que permanece no mesmo edifício; **(ii)** Aprovar a alteração do Artigo 5º, *caput* e parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, para incluir atividades acessórias àquelas atualmente previstas em seu objeto social, bem como esclarecer que todas as atividades compreendidas em seu objeto social podem ser desenvolvidas por canais de negócio presenciais e não presenciais; **(iii)** Aprovar a alteração do Artigo 7º, *caput*, de forma a restabelecer o limite do capital autorizado; **(iv)** Aprovar a alteração do Artigo 16°, dos incisos (iii), (iv), (v), (vi), (x), (xi), (xiii) e (xiv), e parágrafo único, do Estatuto Social, para atualizar os valores de alçada previstos em tais incisos, de acordo com a regra de atualização monetária já prevista no parágrafo único, bem como ajustar o termo inicial de tal regra de atualização monetária; **(v)** Aprovar a exclusão do Artigo 45 do Estatuto Social, dada a verificação da condição prevista neste dispositivo para início da sua eficácia; e **(vi)** Consolidar Estatuto Social da Companhia. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar na Assembleia (incluindo instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. **Instruções Gerais -** Participação na Assembleia. Nos termos do artigo 6º, §1º da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/442785800, criar um cadastro com login e senha único, indicando a "Participação" como "Ao vivo", anexar as documentações conforme abaixo, ir na guia "Assembleia", marcar os votos (caso queira antecipar os votos) e confirmar.

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e atualizado (2)	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	X (3)	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo (2)	-	-	X

(1) Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte (no caso de estrangeiros) e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.
(2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.
(3) No caso de representação por procurador.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não apresentem previamente os documentos acima referidos, bastando que compareçam à Assembleia munidos de tais documentos até a abertura dos trabalhos, conforme o art. 6º, §2º da Resolução CVM nº 81/22. Nesse caso, solicita-se que os acionistas compareçam com antecedência de modo que a conferência dos documentos possa ser realizada em tempo hábil para a sua participação. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, exceto os documentos elaborados em inglês ou espanhol. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notarização ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, que não será necessário o envio físico dos documentos que já tenham sido enviados de maneira eletrônica caso estes tenham sido produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes, ao depositário central ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos do boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia. O percentual mínimo de participação no capital social votante para (i) requerer a instalação do Conselho Fiscal é de 2% e (ii) solicitar que a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorra pelo sistema de voto múltiplo é 5%. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.quero-quero.com.br/), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 81/22 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia.

Cachoeirinha, 31 de março de 2026. **Christiano Antoniazzi Galló** - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

REAL EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ 92.213.552/0001-04 - NIRE 43.300.011.429
E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **15:00 horas**, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

Augusto Lauro de Oliveira Júnior - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES
CNPJ 01.093.994/0001-09
NIRE 43.300.034.381
Assembleia Geral Ordinária
E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

A Diretoria
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

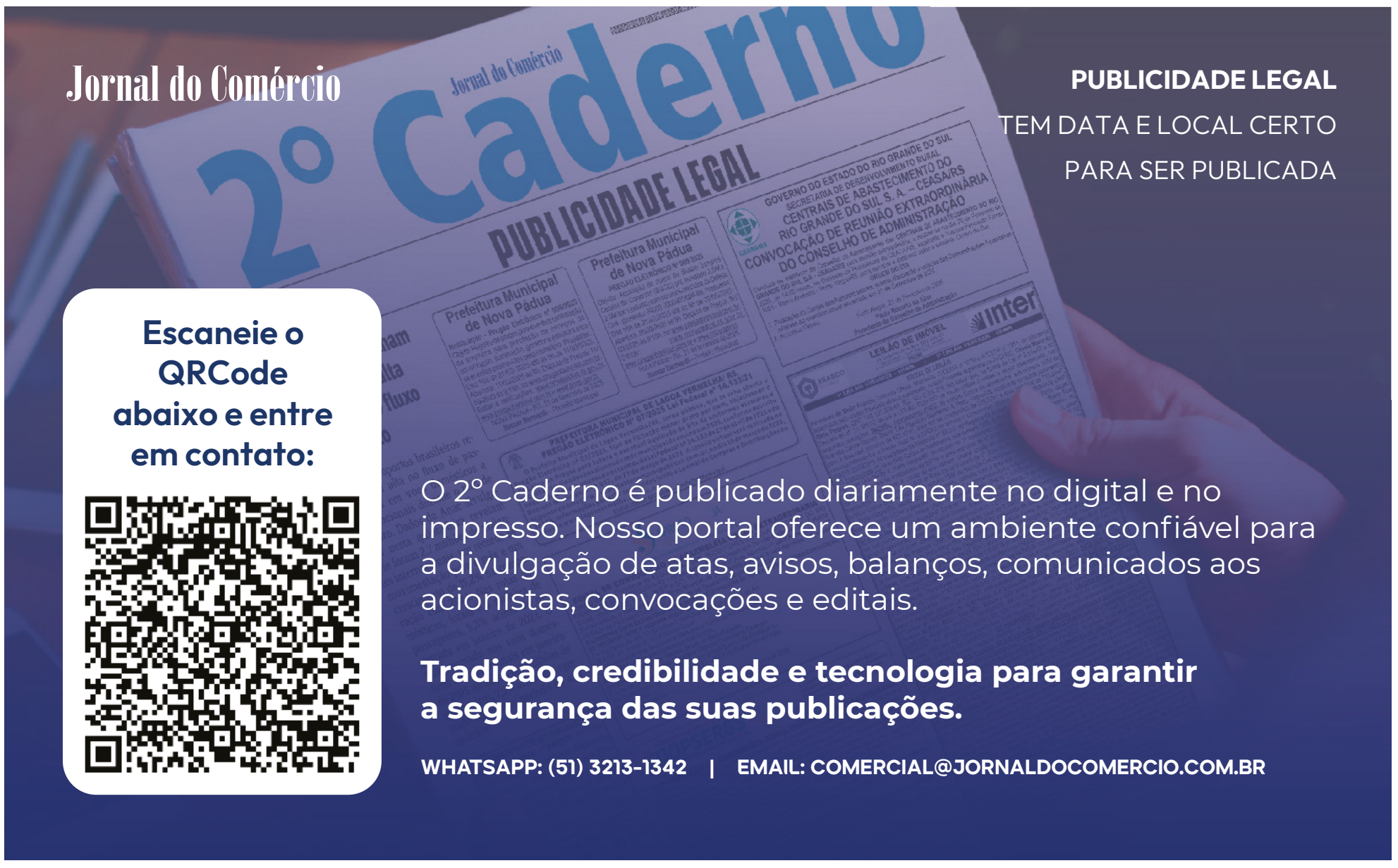
PUBLICIDADE LEGAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES
CNPJ 87.456.562/0001-22 - NIRE 43.300.009.882

E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, uma vez que representa o principal local de condução das atividades corporativas da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores. Em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento). Ainda, de acordo com o previsto nas Resoluções CVM 70, de 22.03.2022, e 204, de 04.06.2024, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) das ações com direito a voto e 2% (dois por cento) das ações sem direito a voto. Por fim, a Companhia comunica sua intenção de não disponibilizar o boletim de voto à distância, em atenção ao previsto na Resolução CVM 204, de 04.06.2024, ressalvada a oposição por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social, mediante manifestação escrita dirigida ao Diretor de Relações de Investidores, até 25 (vinte e cinco dias) antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

Augusto Lauro de Oliveira Júnior - Presidente do Conselho de Administração



PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL
CNPJ 92.192.236/0001-95
NIRE 43.300.016.901

E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **17:15 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 30 de março de 2026.

A Diretoria
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

PUBLICIDADE LEGAL

MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.181.987/0001-77 - NIRE 43.300.052.885 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO -** Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026 - Ficam convocados os senhores acionistas da **MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia **29 de abril de 2026**, às **14:00 horas**, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em **Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Comitê de Auditoria, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital com vigência até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026; (iv) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (vi) Fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. E, em **Assembleia Geral Extraordinária**: (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para (a) modificar regras relativas à competência da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (b) modificar regras relativas à composição do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (c) modificar regras de representação da Companhia; e (d) aprimorar a redação; e (ii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Todos documentos pertinentes à Assembleia estão à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (http://ri.melnick.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), nos termos da RCVM 81, incluindo a Proposta da Administração relativa à Assembleia ("Proposta da Administração") e os Boletins de Voto a Distância. A Assembleia será realizada de modo **exclusivamente digital**, podendo os acionistas participar e votar por meio da Plataforma Digital ou via Boletins de Voto a Distância, em observância ao disposto na RCVM 81. A Companhia entende que a forma exclusivamente digital é a mais adequada para a realização desta Assembleia por facilitar a participação de seus acionistas, que poderão participar da Assembleia sem a necessidade de comparecimento presencial em sua sede. Além disso, esta foi a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação na Assembleia constam da Proposta da Administração. Esclarecemos que os acionistas poderão participar via sistema eletrônico diretamente ou por procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas na Proposta da Administração. **Participação remota por meio de sistema eletrônico.** O acionista que desejar participar da Assembleia pela Plataforma Digital deverá enviar à Companhia, no endereço eletrônico ri@melnick.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, **no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência** da data da realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 27 de abril de 2026**, e-mail contendo a documentação indicada abaixo ("Solicitação de Acesso"). As regras e orientações detalhadas, bem como os procedimentos e informações adicionais para a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital constam na Proposta da Administração. **Participação mediante envio dos Boletins de Voto a Distância**. Nos termos da RCVM 81, e conforme detalhado na Proposta, os acionistas que tiverem interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto a Distância poderão: (i) preenchê-los e enviá-los diretamente à Companhia por e-mail acompanhado dos documentos indicados na Proposta da Administração; ou (ii) enviar as instruções de voto para os seguintes prestadores de serviço utilizando os canais por eles disponibilizados, sendo que: (ii.1) no caso de acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas na Central Depositária da B3, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio dos respectivos agentes de custódia ou da Central Depositária da B3; ou (ii.2) no caso de acionistas detentores de ações que estejam em ambiente escritural, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, escriturador das ações da Companhia. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("RCVM 70"), o percentual mínimo necessário para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia para tal requisição. Em cumprimento ao disposto na RCVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, combinado com o artigo 4º da RCVM 70. Em caso de dúvida com relação aos procedimentos acima, favor contatar: Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A - A/C: Relações com Investidores - Sr. Juliano Melnick - E-mail: ri@melnick.com.br . Porto Alegre (RS), 27 de março de 2026. **Milton Melnick -** Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

PANATLÂNTICA® TUBOS

PANATLÂNTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBOS S.A

CNPJ nº 03.684.007/0001-68

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. os Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado cm 31 de dezembro de 2025. Nossos agradecimentos aos acionistas, usinas siderúrgicas, fornecedores em geral, clientes, instituições financeiras e em especial aos funcionários, que tornaram possíveis os resultados obtidos pela Empresa neste exercício. Caxias do Sul, 11 de Março de 2026.

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras."

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**394.427**	**432.321**
Caixa e Equivalentes de Caixa		104.257	114.607
Duplicatas a receber		114.664	123.992
Estoques		151.708	138.937
Adiantamentos a fornecedores		8.973	13.162
Impostos a Recuperar		12.913	39.962
Outros Créditos		1.912	1.661
Não Circulante		**278.711**	**271.968**
Realizável a Longo Prazo		**3.081**	**30.936**
Partes Relacionadas		-	28.247
Depósitos Judiciais		45	57
Impostos a Recuperar		3.036	2.632
Investimento	**4**	**50.370**	**98.520**
Imobilizado	**5**	**224.945**	**142.152**
Intangível	**5**	**315**	**359**
Total do Ativo		**673.139**	**704.288**

Passivo e Patrimônio Líquido	2025	2024
Circulante	**154.087**	**171.986**
Fornecedores	133.192	121.989
Obrigações Sociais	5.683	5.825
Obrigações Tributárias	4.526	8.394
Empréstimos e Financiamentos	8.324	32.631
Outras Obrigações	2.362	3.148
Não Circulante	**387**	**8.746**
Empréstimos e Financiamentos	-	8.466
Provisão para Contingências	387	280
Patrimônio Líquido	**518.665**	**523.556**
Capital Social	**130.000**	**130.000**
Reserva de Lucros	**388.665**	**393.556**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**673.139**	**704.288**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais)

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	2025	2024
Receita Operacional Líquida	**6**	**859.683**	**860.167**
(-) Custos das Vendas e Produtos e Serviços		(767.288)	(752.327)
Lucro Bruto		**92.395**	**107.840**
Receitas / Despesas Operacionais		**(56.023)**	**(37.903)**
Despesas de Vendas		(41.347)	(38.719)
Despesas Administrativas		(14.753)	(16.268)
Equivalência Patrimonial		3.331	4.618
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		*(3.255)*	*12.466*
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		**36.371**	**69.937**
Receitas Financeiras		13.349	13.670
Despesas Financeiras		(6.126)	(11.525)
Lucro Antes dos Tributos		**43.594**	**72.082**
Imposto de Renda e Contribuição Social		(13.786)	(16.707)
Lucro Líquido do Exercício		**29.808**	**55.375**
Lucro por Ação:		**0,23**	**0,43**

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente da Companhia
Em 31 de dezembro de 2023	**130.000**	**13.394**	**324.788**	**0,00**	**468.182**	**12.077**
Lucro do Exercício				55.375	55.375	55.375
Destinação do Lucros						
Reserva Legal		2.769		(2.769)	-	-
Transf. p/ Res. de Lucros a Destinar			52.606	(52.606)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	**130.000**	**16.162**	**377.394**	**0,00**	**523.556**	**55.375**
Lucro do Exercício				29.808	29.808	29.808
Destinação do Lucros						
Reserva Legal		1.490		(1.490)	-	-
Transf. p/ Res. de Lucros a Destinar			28.318	(28.318)	-	-
Retirada da reserva de lucros para Dividendos			(51.314)		(51.314)	
Integralização referente à incorporação					16.615	
Em 31 de dezembro de 2025	**130.000**	**17.652**	**354.398**	**0,00**	**518.665**	**29.808**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	**29.808**	**55.375**
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	19.927	8.278
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.331)	(4.618)
Provisão p/Contingências	(52)	218
Alienação de Imobilizado	608	1
Provisão Participação dos Funcionários e Administradores	362	492
Provisão para Devedores Duvidosos	566	131
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	**47.887**	**59.876**
Duplicatas a receber	8.762	(23.648)
Estoques	(12.782)	(20.519)
Impostos a Recuperar	26.698	17.581
Outros Créditos	27.992	(9.274)
Adiantamento a Fornecedores	4.401	21.961
Despesas Antecipadas	(251)	38
Depósitos Judiciais	12	26
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	**54.833**	**(13.836)**
Fornecedores	11.221	20.555
Obrigações Sociais	(505)	664
Obrigações Tributárias	(3.866)	5.750
Outras Obrigações	(35.486)	(1.032)
Aumento ou (Diminição) do Passivo	**(28.636)**	**25.936**
Total das Atividades Operacionais	**74.084**	**71.976**
Das Atividades de Investimentos		
Efeito da Incorporação	51.481	-
Aquisição de Imobilizado	(103.014)	(32.724)
Aplicação no Intangível	(271)	(190)
Total das Atividades de Investimento	**(51.803)**	**(32.914)**
Das Atividades de Financiamento		
Recebimentos/Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(32.631)	(40.494)
Total das Atividades de Financiamento	**(32.631)**	**(40.494)**
Aumento /Diminuição de caixa e Equiv de caixa	**(10.350)**	**(1.432)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**114.607**	**116.039**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**104.257**	**114.607**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Panatlântica Indústria e Comércio de Tubos S.A é uma Sociedade Anônima, estabelecida no Brasil e com sede e principal local de negócios em Caxias do Sul – RS, na RST 453, Km 80, inscrita no CNPJ 03.684.007/0001-68, tendo como sócia majoritária a empresa Panatlântica S.A, com sede Rua Rudolfo Vontobel n°600 na cidade de Gravataí / RS. A Empresa atua na industrialização e prestação de serviços nos segmentos de produtos de aço (tubos, chapas, perfis e outros), atendendo principalmente as indústrias do seguimento automotivo, de móveis e da construção civil, instalações comerciais e industriais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Empresa está detalhado na nota explicativa nº. 3. A Diretoria da Empresa aprovou estas demonstrações financeiras em 21 de janeiro de 2026.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Estimativas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.2. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

• a Empresa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
• o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
• é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa;
• os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

3.3 Ativos circulante e não circulante

• Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos.

• Duplicatas a receber

Os saldos de duplicatas a receber são registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e reduzidos ao seu valor presente na data do balanço patrimonial. A necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada com base na experiência passada de inadimplência da Empresa e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

• Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

• Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação e perdas pela não recuperabilidade acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os serviços profissionais utilizados na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos Financeiros

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, b) mensurados ao custo amortizado ou c) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.4.2 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados de acordo com sua natureza ou finalidade.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, em que seja possível estimar os valores e seja provável que um recurso econômico será requerido para saldar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

4. INVESTIMENTOS

A Empresa possui investimento na empresa Controlada TUBOSPAN S.A, situada na cidade de São Francisco do Sul/SC – Estrada Geral Miranda, S/N Poste 180 Miranda, Inscrita no CNPJ 07.631.156/0001-10, com valor atualizado de R$ 50.370.189,78.

Tubospan S. A	Total
Percentual de Participação	100%
31 de Dezembro 2024	**48.371**
Equivalência Patrimonial	1.999
31 de Dezembro 2025	**50.370**

5. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL (em milhares de R$)

	Tx	Em 31/12/2024	Adição	Baixa	Transf.	Deprec.	31/12/2025
Terrenos.....	0,0%	**2.016**	29.089				**31.105**
Edifícios.....	1,1%	**41.763**	28.665		213	(4.007)	**66.634**
Maq. e Equip.....	6,8%	**80.790**	25.164	(606)	25.948	(14.705)	**116.591**
Comp./Perif.....	12,6%	**710**	209	(1)		(325)	**593**
Móveis e Utens.....	7,2%	**1.494**	510	(1)	48	(558)	**1.493**
Veículos.....	10,8%	**0**	334			(18)	**316**
Imob. And.....	0,0%	**15.379**	19.042		(26.209)		**8.212**
Intangível.....	11,7%	**359**	271			(314)	**316**
Total.....		**142.511**	**103.284**	**(608)**	**(0)**	**(19.927)**	**225.260**

6. RECEITA DE VENDAS

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Receita Operacional de Vendas		
Venda de Produtos - Mer. Interno	1.113.947	1.118.638
Prestação de Serviços	15.850	13.525
Total Receita Operacional Bruta	**1.129.796**	**1.132.163**
Deduções da Receita Operacional		
(-) ICMS	(142.380)	(142.486)
(-) COFINS	(71.298)	(71.519)
(-) IPI	(36.420)	(37.429)
(-) PIS	(15.479)	(15.527)
(-) Devoluções de Venda	(4.536)	(5.034)
Total Deduções Receita Operacional	**(270.114)**	**(271.996)**
Total Receita Operacional Líquida	**859.683**	**860.167**

As Demonstrações Financeiras completas e Notas Explicativas, foram auditadas pela **BDO RCS Auditores Independentes**, que emitiu o Relatório de Auditoria Independente, sem ressalva, em 22 de janeiro de 2026. Estas Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Conselho de Administração

Raul Maselli - Presidente

Diretoria

Valdecir Bersaghi Rainaldo Rech Filho

Contador

Marcelo Rodrigues Torres
CRC/RS 062.656/O-9
CPF 620.***.***-04

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras completas e Notas Explicativas, foram auditadas pela **BDO RCS Auditores Independentes**, que emitiu o Relatório de Auditoria Independente, sem ressalva, em **22 de janeiro de 2026**. Estas Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas Ltda.

CNPJ/MF 54.953.903/0001-16

Relatório da Administração

Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas S/A, em conformidade com suas obrigações legais e compromisso com a transparência, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício fiscal de 2025, destacando os principais resultados operacionais e financeiros da empresa. **1. Panorama do Setor Agrícola:** No ano de 2025, o setor agrícola enfrentou desafios como variações climáticas, oscilações nos preços de *commodities* e custos de insumos elevados. **2. Resultados Operacionais:** No exercício de 2025, a Companhia apurou receita líquida de R$ 131.212 mil e resultado bruto de R$ 19.363 mil, refletindo a consolidação de suas operações ao longo do exercício. O resultado financeiro foi negativo em R$ 31.106 mil, impactando o desempenho do exercício e resultando em prejuízo líquido de R$ 18.376 mil. **3. Desempenho Financeiro:** Em 2025, os principais indicadores financeiros incluem: • Receita líquida de R$ 138.684; • Prejuízo de R$ 18.376 mil; • Capex de R$ 56.981 mil substancialmente representado pelo investimento em equipamentos agrícolas e instalações industriais e correção e desenvolvimento de solo; • EBITDA de R$ 17.148 mil e margem EBITDA de 11,1%.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.599	23.916
Contas a receber de clientes	5	1.483	-
Estoques	6	27.646	29.257
Ativos biológicos	7	51.201	49.341
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	8.a	151	-
Tributos a recuperar	8.b	3.773	900
Operações com derivativos	18	3.612	-
Despesa antecipada		254	3
Outros créditos		4	17
Total do ativo circulante		**102.723**	**103.434**
Não circulante			
Tributos a recuperar	8.b	3.251	2.793
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	9.148	3.651
Operações com derivativos	18	1.753	3.649
Despesa antecipada		194	-
		14.346	**10.093**
Ativo de direito de uso	9.a	88.436	100.997
Imobilizado	10	103.476	50.918
		191.912	**151.915**
Total do ativo não circulante		**206.258**	**162.008**
Total do ativo		**308.981**	**265.442**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	36.220	46.173
Empréstimos e financiamentos	13	13.565	-
Impostos, taxas e contribuições diversas		281	586
Obrigações sociais e trabalhistas		1.531	816
Adiantamento de clientes		213	-
Débitos com partes relacionadas	11	948	8
Passivo de arrendamentos com partes relacionadas	9.c	4.346	4.482
Passivo de arrendamentos com terceiros	9.c	777	301
Operações com derivativos	18	542	3.876
Outras contas a pagar		22	-
Total do passivo circulante		**58.445**	**56.242**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	156.982	106.029
Passivo de arrendamentos com partes relacionadas	9.c	96.350	104.987
Passivo de arrendamento com terceiros	9.c	1.871	67
Operações com derivativos	18	11.230	3.204
Total do passivo não circulante		**266.433**	**214.287**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	2.000	2.000
Prejuízo acumulado		(19.811)	(1.435)
Ajustes de avaliação patrimonial	15.c	1.914	(5.652)
Total do patrimônio líquido		**(15.897)**	**(5.087)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**308.981**	**265.442**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 19 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	**131.212**	**-**
Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	7	7.472	7.671
Custo dos produtos vendidos		**(119.321)**	**-**
Custo dos produtos	22	(111.084)	-
Realização do valor justo dos ativos biológicos	7	(8.237)	-
Resultado bruto		**19.363**	**7.671**
Receitas (despesas) operacionai			
Despesas com vendas	22	(3.587)	(311)
Despesas gerais e administrativas	22	(9.701)	(621)
Outras receitas operacionais	23	381	3
Outras despesas operacionais	23	(3.121)	(1.683)
		(16.028)	**(2.612)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**3.335**	**5.059**
Receitas financeiras	16	18.600	6.436
Despesas financeiras	16	(49.706)	(13.669)
Resultado Financeiro		**(31.106)**	**(7.233)**
Resultado antes dos impostos		**(27.771)**	**(2.174)**
Imposto de renda e contribuição social Diferido	14	9.395	739
Prejuízo do exercício		**(18.376)**	**(1.435)**
Resultado por ação (básico e diluído) em R$	15.b	**(9,1654)**	**(0,7156)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 19 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo antes dos impostos		(27.771)	(2.174)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	22	3.163	1
Depreciação de direito de uso	22	9.878	-
Resultado nas baixas do ativo imobilizado	10	8	-
Juros, variação cambial e atualização monetária	13	7.640	7.037
Provisão para perda de impostos a recuperar	8.b	2.766	1.683
Valor realizável líquido dos produtos agrícolas	6	(48)	-
Variação do valor justo dos ativos biológicos		812	(7.671)
Provisão programa de partic. dos resultados e contingências trabalhistas		637	413
Realização do ajuste a valor presente dos arrendamentos	9	14.433	5.234
		11.518	**4.523**
Variação nos Ativos e Passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.483)	-
Estoques e ativos biológicos		1.321	(66.870)
Impostos a recuperar		(6.247)	(5.376)
Despesas pagas antecipadamente		(445)	(3)
Outras contas a receber		10	(14)
Adiantamento a fornecedores		3	(3)
Fornecedores		(12.633)	41.350
Obrigações sociais e trabalhistas		78	404
Impostos, taxas e contribuições		(305)	586
Obrigações com partes relacionadas		940	8
Operações com derivativos		14.441	(5.134)
Adiantamentos de clientes		213	-
Outras contas a pagar		22	-
Caixa oriundo das (aplicado às) atividades operacionais		**7.433**	**(30.529)**
Juros sobre arrendamentos pagos	9.e	(2.668)	(13)
Juros sobre empréstimos pagos		(2.017)	-
Fluxo de caixa oriundo das (aplicado às) atividades operacionais		**2.748**	**(30.542)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado		(54.303)	(46.433)
Fluxo de caixa aplicados às atividades de investimento		**(54.303)**	**(46.433)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos tomados	13	58.895	98.992
Integralização de capital		-	2.000
Arrendamentos pagos	9.e	(16.657)	(101)
Fluxo de caixa gerados nas atividades de financiamentos		**42.238**	**100.891**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(9.317)**	**23.916**
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	4	23.916	-
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	4	14.599	23.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 19 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	**(18.376)**	**(1.435)**
Ajustes de avaliação patrimonial a serem reclassificados para o resultado em exercício subsequente:		
Instrumentos financeiros derivativos - (*hedge accounting*)	11.464	(8.564)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.898)	2.912
Resultado abrangente do exercício:	**(10.810)**	**(7.087)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período de 19 de abril de 2024 (data de constituição) a 31 dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Capital constituído	100	-	-	**100**
Aumento de capital	1.900	-	-	**1.900**
Prejuízo do período	-	-	(1.435)	**(1.435)**
Instrumentos financeiros derivativos (*hedge*)	-	(8.564)	-	**(8.564)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2.912	-	**2.912**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.000**	**(5.652)**	**(1.435)**	**(5.087)**
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**2.000**	**(5.652)**	**(1.435)**	**(5.087)**
Prejuízo do exercício	-	-	(18.376)	**(18.376)**
Instrumentos financeiros derivativos (*hedge*)	-	11.464	-	**11.464**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(3.898)	-	**(3.898)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.000**	**1.914**	**(19.811)**	**(15.897)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 19 de abril de 2024, com sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, a Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas S.A., a seguir denominada como "Preciosa" ou "Companhia" tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária, produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportá-los e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias aos seus funcionários; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos; e atividade de armazém geral. Em setembro de 2025, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2025/26, com área planejada total de 23.030 hectares.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("NBCTG"). A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2026. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; • Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas; • Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido. c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas. d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
6	Mensuração do valor realizável líquido dos produtos agrícolas
7	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
9	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
10	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado
14	Imposto de renda e contribuição social diferidos
18	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todo o período apresentado nessa demonstração financeira e estão apresentadas nas notas explicativas, exceto as abaixo: a) Demonstrações dos fluxos de caixa: A Companhia elaborou demonstrações dos fluxos de caixa nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. b) Redução ao valor recuperável: *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*: A Companhia considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. O CPC 48, exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais. *Ativos não financeiros*: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. c) Normas novas ou revisadas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis**: O CPC 51 revogou o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais já identificados sobre as demonstrações financeiras são os seguintes: • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio; • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1); • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Controladora do grupo encontra-se conduzindo o processo de avaliação e implementação dessa norma, incluindo a análise dos impactos esperados nas demonstrações financeiras consolidadas. Até a presente data, não é possível mensurar com precisão os efeitos potenciais da adoção, mas a administração entende que haverá necessidade de ajustes nos processos internos de coleta de informações e na forma de divulgação. **Outras normas**: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações no CPC 48 e CPC 40).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política Contábil: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Composição

	Rendimentos	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades em R$	-	4	11
CDB-DI	100,25% do CDI [1]	11.837	11.995
Operação compromissada	99,00% do CDI [1]	2.758	11.910
Caixa e equivalentes de caixa		**14.599**	**23.916**

[1] Rendimento médio em 31 de dezembro de 2025.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2025, não excedendo o valor de negociação. A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 18.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política Contábil: Incluem os recebíveis de venda de produtos agrícolas, reconhecidos inicialmente na transferência do controle aos clientes, ou seja, na data em que a Companhia satisfizer a obrigação de performance ao transferir a mercadoria.

Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	1.483	-
Total	**1.483**	**-**

A composição do saldo de clientes, segmentada por faixas de vencimento em 31 de dezembro de 2025 está apresentada conforme segue:

Aging	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.451	-
Vencido até 30 dias	32	-
Total	**1.483**	**-**

A Companhia entende que o risco de inadimplência em relação as contas a receber não é relevante, razão pela qual não constituiu provisão para perda de crédito no contas a receber de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 18.f.

6. ESTOQUES

Política Contábil: Com base no Pronunciamento técnico CPC 16 (R1), que corresponde nas normas internacionais à IAS 2, a Companhia mensura seus estoques ao final de cada período. Esta Norma proporciona orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Também proporciona orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques. Conforme este pronunciamento os estoques de produtos agrícolas após colheita, são mensurados pelo valor realizável líquido e suas alterações são reconhecidas no resultado do período em que tenha sido verificada esta alteração. Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. **Composição**: A composição dos estoques da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Produtos agrícolas	185	-
Produtos agrícolas - custos de formação	133	-
Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	52	-
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	24.864	27.022
Embalagens e material de acondicionamento	42	21
Peças de reposição	777	662
Outros estoques	637	491
Adiantamentos a fornecedores	1.141	1.061
Total	**27.646**	**29.257**

A rubrica "Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas" contempla marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico e marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola. Essa movimentação é apresentada abaixo:

	Produtos agrícolas - ativo biológico	Produtos agrícolas - valor realizável líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**-**	**-**	**-**
Movimentação decorrente da colheita	8.241	-	**8.241**
Realização do valor justo dos ativos biológicos [1]	(8.237)	-	**(8.237)**
Valor realizável líquido dos produtos agrícolas [2]	-	48	**48**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**4**	**48**	**52**

[1] Realização pelo faturamento dos produtos.

[2] Efeito do VRL na demonstração do resultado do exercício, na linha de variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas.

7. ATIVO BIOLÓGICO

Política Contábil: Com base no Pronunciamento técnico CPC 29 (R2), a Companhia mensura seus ativos biológicos ao final de cada período. As culturas são substancialmente formadas por soja, milho e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos de culturas são mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica significativa, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos de produção para o ano agrícola vigente a incorrer. O CPC 46, no item 72, para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo, estabelece uma hierarquia de valor justo. A mensuração a valor justo do ativo biológico das culturas inclui preços cotado em mercado ativo, ajustados para refletir novas informações, o que resulta na classificação como nível 3. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto. O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se abordagem de renda onde converte-se valores futuros (fluxos de caixa descontado para um único valor presente descontado), considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado (preços fazenda) / preços dos contratos. (b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas. Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível com o custo médio ponderado do capital. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do período. A aplicação do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, no item 66, aborda que, se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão. A Companhia captura os efeitos existentes nos seus contratos na mensuração a valor justo dos seus ativos biológicos, considerando em sua premissa de preço o valor dos seus contratos. **Composição**: Os ativos biológicos da Companhia são formados por culturas temporárias e a composição e movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício de 2025 e o período de 2024 é a seguinte:

	Soja	Milho	Outras culturas [1]	Total
Gastos com plantio	34.435	5.971	1.264	**41.670**
Variação do valor justo [2]	7.671	-	-	**7.671**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**42.106**	**5.971**	**1.264**	**49.341**
Ativo biológico - custos de formação	34.435	5.971	1.264	41.670
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	7.671	-	-	7.671

	Soja [1]	Milho	Outras culturas [2]	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**42.106**	**5.971**	**1.264**	**49.341**
Gastos com plantio	65.998	43.208	3.902	113.108
Variação do valor justo [3]	11.779	(4.355)	-	7.424
Colheitas - produtos agrícolas	(77.434)	(36.072)	(5.166)	(118.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**42.449**	**8.752**	**-**	**51.201**
Ativo biológico - custos de formação	35.595	8.752	-	44.347
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	6.854	-	-	6.854

[1] Áreas de soja e de soja semente; [2] Outras culturas são formadas por culturas de gergelim. [3] Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício, na linha de variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas.

Abaixo apresentamos as principais premissas e estimativas adotadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos referente a safra 2024/25 na data da mensuração:

	31/12/2025
Soja	
Área total colhida (ha)	11.542
Produtividade obtida (sc/ha)	66.95
Preço médio (R$/sc) [1]	94,61
Milho	
Área total colhida (ha)	9.338
Produtividade obtida (sc/ha)	111,66
Preço médio (R$/sc) [1]	R$ 35,46

[1] Valor justo na data da apuração.

Abaixo apresentamos as principais premissas e estimativas adotadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos referente a safra 2025/26 e 2024/25 na data da mensuração:

	31/12/2025 [1]	31/12/2024 (2)
Soja		
Área em ponto de colheita (ha)	3.432	5.347
Produtividade estimada (sc/ha)	75,00	70,15
Preço médio (R$/sc) [3]	R$ 95,60	R$ 97,17

[1] Dados referentes a safra 2025/26. [2] Dados referentes a safra 2024/25. [3] Valor justo na data da apuração.

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos a Companhia adota a técnica de avaliação de preços observáveis sobre abordagem de renda e inicia a mensuração a valor justo no momento da transformação biológica relevante, representada pelo estádio fenológico de cada cultura, sendo a partir do R5 para soja - onde correspondem ao enchimento de grãos até atingirem o seu tamanho potencial e R2 para o milho - estádio "grão bolha d'água". A Companhia registra o valor justo das culturas, líquido das despesas de vendas e dos custos. As culturas de soja e milho ocorrem nos seguintes períodos:

		Culturas	
Unidade	**Localização**	**Soja**	**Milho**
Fazenda Preciosa	Querência - MT	10/10 a 25/03	20/01 a 15/07

Área Plantada: A seguir, apresentamos o quadro comparativo da área plantada na safra 2024/25 e a área planejada para a safra 2025/26:

Culturas	Área	Área planejada safra 2025/26	Área plantada safra 2024/25
Soja	ha	11.515	11.542
Milho	ha	11.515	9.338
Outras culturas [1]	ha	-	2.204
Total		**23.030**	**23.084**

[1] As outras culturas compreendem as culturas de gergelim.

Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas A variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios tem a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Variação do valor justo - culturas em formação (7)	7.424	7.671
Valor realizável líquido dos produtos agrícolas (6)	48	-
Total	**7.472**	**7.671**

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Imposto sobre a renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia tinha um saldo de R$ 151 de imposto de renda a recuperar, não havendo valores de contribuição social a recuperar sobre o lucro líquido. Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL, os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais. b) Demais tributos a recuperar: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, temos a seguinte composição em tributos a recuperar:

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	3.251	2.793
COFINS	2.498	629
PIS	544	138
IRRF a recuperar	731	133
Total	**7.024**	**3.693**
Parcela classificada no ativo circulante	3.773	900
Parcela classificada no ativo não circulante	3.251	2.793

ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar: Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ajuste ao valor realizável de R$ 4.449 (R$ 1.683 em 31 de dezembro de 2024), referente a créditos tributários de ICMS, cuja perda é estimada pela não realização. A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS foi baseada na projeção de débitos de ICMS e nas transferências de créditos de ICMS a terceiros. O valor foi registrado em "outras despesas operacionais" na demonstração dos resultados. A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas e compensação/ressarcimento de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação da Companhia. Os prazos estimados de realização desses ativos estão descritos abaixo:

Prazo de realização	ICMS	COFINS	PIS
em até 1 ano	-	2.498	544
de 1 ano a 2 anos	813	-	-
de 2 anos a 3 anos	1.625	-	-
acima de 3 anos	813	-	-
Total	**3.251**	**2.498**	**544**

9. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

Política Contábil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data do início da vigência do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de terras, veículos e maquinários agrícolas. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. A metodologia de cálculo utilizada é do método retrospectivo modificado considerando o valor do direito de uso do ativo mensurado pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, calculado a valor presente pela taxa de juros incremental do arrendatário na data de transição. Para os casos abaixo não foram mensurados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, por apresentarem incerteza na mensuração do valor (preço totalmente variável), não apresentarem um valor mínimo a ser pago ou serem de curta duração: • Outros arrendamentos de maquinários e equipamentos: contratos que possuem valor variável, com base na utilização dos ativos subjacentes, além de terem prazo de vigência inferior a um ano.

Composição

a) Composição dos ativos de arrendamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e veículos	2.580	362
Terras de cultura	85.856	100.635
Total	**88.436**	**100.997**

b) Movimentação dos ativos de arrendamentos

Adições de contratos	113.085
Remensuração de contratos	(8.368)
(-) Depreciação do ativo de direito de uso	(3.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**100.997**
Depreciação de direito de uso no período:	
Terras de cultura	(3.612)
Máquinas e veículos	(108)
Total do período	**(3.720)**
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**100.997**
Adições de contratos	3.239
Remensuração de contratos	(4.840)
(-) Depreciação do ativo de direito de uso	(10.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**88.436**
Depreciação de direito de uso no exercício:	
Terras de cultura	(10.061)
Máquinas e veículos	(899)
Total do exercício	**(10.960)**

c) Composição dos passivos de arrendamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e veículos	2.648	368
Terras de cultura	100.696	109.469
Total	**103.344**	**109.837**
Passivo circulante	5.123	4.783
Passivo não circulante	98.221	105.054

d) Movimentação dos passivos de arrendamentos

Adições de contratos	113.085
Remensuração de contratos	(8.368)
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento	5.234
(-) Pagamentos	(114)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**109.837**
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**109.837**
Adições de contratos	3.239
Remensuração de contratos	(4.840)
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento	14.433
(-) Pagamentos	(19.325)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**103.344**

e) Pagamentos: Segue a abertura dos pagamentos do exercício por categoria de ativo arrendado, com efeito caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e veículos	1.034	114
Terras de cultura	18.291	-
Total	**19.325**	**114**
Principal	16.657	101
Juros	2.668	13

10. IMOBILIZADO

Política Contábil: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*"impairment"*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis; • Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. (iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o período corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa média	Vida útil
Correção e desenvolvimento do solo	12,46%	8 anos
Prédios e benfeitorias	10,00%	10 anos
Móveis e utensílios	10,00%	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	20,00%	5 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	8,88%	11 anos
Veículos	7,14%	14 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obteria com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. O valor residual e a vida útil dos ativos, são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Composição**: a) Composição do ativo imobilizado: Em 31 de dezembro 2025 e 2024 a composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Correção e desenvolvimento do solo	19.681	2.981
Prédios e benfeitorias	297	331
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	51.837	41.868
Veículos	2.745	2.799
Móveis e utensílios	1.063	618
Equipamentos e instalações de escritório	597	712
Total imobilizado em operação	**76.220**	**49.309**
Imobilizado em andamento	27.256	1.609
Total	**103.476**	**50.918**

b) Movimentação do ativo imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Correção e desenvolvimento do solo	2.981	-	2.981
Prédios e benfeitorias	334	(3)	331
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	42.112	(244)	41.868
Veículos	2.872	(73)	2.799
Móveis e utensílios	627	(9)	618
Equipamentos e instalações de escritório	721	(9)	712
Total imobilizado em operação	**49.647**	**(338)**	**49.309**
Imobilizado em andamento	1.609	-	1.609
Total	**51.256**	**(338)**	**50.918**

Custo do imobilizado bruto	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Correção e desenvolvimento do solo	2.981	17.111	-	-	(411)	19.681
Prédios e benfeitorias	331	-	-	-	(34)	297
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	41.868	13.299	(8)	193	(3.515)	51.837
Veículos	2.799	155	-	-	(209)	2.745
Móveis e utensílios	618	542	-	-	(97)	1.063
Equipamentos e instalações de escritório	712	34	-	-	(149)	597
Total imobilizado em operação	**49.309**	**31.141**	**(8)**	**193**	**(4.415)**	**76.220**
Imobilizado em andamento	1.609	25.840	-	(193)	-	27.256
Total	**50.918**	**56.981**	**(8)**	**-**	**(4.415)**	**103.476**

c) Imobilizado em andamento: Em 31 de dezembro 2025 o saldo das obras em andamento no valor de R$ 27.256 está substancialmente representado por obras de expansão em prédios administrativos e os custos de juros capitalizados às obras em andamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R$ 888 em uma taxa de 9,83%.

11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes: a) Saldos com partes relacionadas: Débitos com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui débitos com sua controladora SLC Agricola S.A. referente a compra de insumos, segue a composição dos saldos:

	31/12/2025	31/12/2024
Controladora		
SLC Agrícola S.A.	948	1
Outras Partes Relacionadas		
Fazenda Preciosa Empr. Agr. Ltda	-	7
Total	**948**	**8**

b) Transações com partes relacionadas

	Compras de mercadorias/ produtos/aluguéis/ TI corporativa/ outras transações		Vendas de mercadorias/ produtos/imobilizado/ prestação de serviço	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladora				
SLC Agrícola S.A.	15.177	8.184	859	-
Outras Partes Relacionadas				
Fazenda Preciosa Empr. Agr. Ltda	91	-	345	-
Total	**15.268**	**8.184**	**1.204**	**-**

A Companhia mantém com sua controladora direta, SLC Agrícola S.A., contrato de prestação de serviços de gestão agrícola no segmento de commodities agrícolas, para a produção de grãos e compra de sementes e insumos.

12. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores em moeda nacional	24.065	29.855
Fornecedores em moeda estrangeira	12.155	16.318
Total	**36.220**	**46.173**

A exposição do Grupo aos riscos de moeda relacionados a conta de fornecedores são divulgados na nota explicativa 18.c.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política Contábil: Os empréstimos e financiamentos contratados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto contratualmente acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações cambiais e amortizações apurados ao final de cada período. **Composição**: A movimentação da dívida bruta do exercício de 2025 e período de 2024 é demonstrada conforme abaixo:

Empréstimos e financiamentos tomados	98.992
Juros apropriados	1.449
Variação cambial	5.588
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**106.029**
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**106.029**
Empréstimos e financiamentos tomados	58.895
Juros pagos	(2.017)
Juros apropriados	15.022
Variação cambial	(7.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**170.547**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, temos a seguinte composição de empréstimos e financiamentos:

		Taxas médias anuais de juros			
	Indexador	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicados no Imobilizado					
Finame - BNDES	*Swap* CDI	14,29%	-	12.446	-
Aplicados no Capital de Giro					
Crédito rural	*Swap* CDI	14,80%	12,79%	57.083	49.729
Capital de giro	CDI	15,82%	-	28.119	-
Capital de giro	*Swap* CDI	6,01%	13,05%	72.899	56.300
Total				**170.547**	**106.029**
Parcela classificada no passivo circulante				13.565	-
Parcela classificada no passivo não circulante				156.982	106.029

Finame BNDES - Linha de investimento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). Recursos destinados a aquisição de bens industrializados de fabricação nacional que serão usados na atividade econômica da empresa, tais como insumos e materiais para produção, renovação de estoque ou expansão das operações, com vencimento em 15/02/2026. Crédito Rural - Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. Em alguns casos, são garantidos por aval da controladora SLC Agrícola S.A. A periodicidade das suas amortizações é semestral e final, com vencimento entre os períodos de 07/05/2027 até 24/12/2027. Capital de Giro - Linha com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, lastreado em produção, com vencimento entre os períodos de 04/10/2027 a 13/04/2028.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2026	13.565	-
2027	110.071	106.029
2028	46.911	-
Total	**170.547**	**106.029**

14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política Contábil: *Imposto de renda e contribuição social*: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Composição**: Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	194	70	**264**	103	37	**140**
Operações com derivativos - *NDF*	-	-	**-**	1.207	434	**1.641**
Operações com derivativos - *Swap*	2.426	873	**3.299**	-	-	**-**
Provisão deságio ICMS	1.112	400	**1.512**	421	151	**572**
Arrendamentos - Ativo	3.037	1.093	**4.130**	1.284	462	**1.746**
Prejuízos fiscais e base negativa	15.531	5.591	**21.122**	12.409	4.466	**16.875**
Subtotal	**22.300**	**8.027**	**30.327**	**15.424**	**5.550**	**20.974**
Passivos						
Depreciação incentivada atividade rural	(13.023)	(4.687)	**(17.710)**	(10.471)	(3.769)	**(14.240)**
Valor justo ativos biológicos	(1.715)	(617)	**(2.332)**	(1.918)	(690)	**(2.608)**
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	(12)	(4)	**(16)**	-	-	**-**
Operações com derivativos - *Commodities*	(211)	(76)	**(287)**	(43)	(16)	**(59)**
Operações com derivativos - *NDF*	(613)	(221)	**(834)**	-	-	**-**
Operações com derivativos - *Swap*	-	-	**-**	(306)	(110)	**(416)**
Subtotal	**(15.574)**	**(5.605)**	**(21.179)**	**(12.738)**	**(4.585)**	**(17.323)**
Total	**6.726**	**2.422**	**9.148**	**2.686**	**965**	**3.651**
Parcela classificada no ativo não circulante			9.148			3.651

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

A Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. a) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(27.771)	(27.771)	(2.174)	(2.174)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	6.943	2.499	543	196
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Adições e exclusões permanentes	(35)	(12)	-	-
Valor registrado no resultado	6.908	2.487	543	196
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		9.395		739
Impostos diferidos		9.395		739
Taxa efetiva		33,83%		34,00%

b) Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo tem a sua movimentação demonstrada como segue:

	Reconhecidos no resultado do período	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024
Provisão para participação nos resultados	140	-	**140**
Operações com derivativos - *NDF*	1.641	-	**1.641**
Operações com derivativos - *Swap*	(3.328)	2.912	**(416)**
Operações com derivativos - *Commodities*	(59)	-	**(59)**
Provisão para perdas créditos ICMS	572	-	**572**
Arrendamentos - Ativo	1.746	-	**1.746**
Prejuízos fiscais e base negativa	16.875	-	**16.875**
Depreciação incentivada atividade rural	(14.240)	-	**(14.240)**
Valor justo ativos biológicos	(2.608)	-	**(2.608)**
Total	**739**	**2.912**	**3.651**
Parcela classificada no ativo não circulante			**3.651**

	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Provisão para participação nos resultados	140	124	-	**264**
Operações com derivativos - *NDF*	1.641	1.423	(3.898)	**(834)**
Operações com derivativos - *Swap*	(416)	3.715	-	**3.299**
Operações com derivativos - *Commodities*	(59)	(228)	-	**(287)**
Provisão para perdas créditos ICMS	572	940	-	**1.512**
Arrendamentos - Ativo	1.746	2.385	-	**4.131**
Prejuízos fiscais e base negativa	16.875	4.246	-	**21.121**
Depreciação incentivada atividade rural	(14.240)	(3.470)	-	**(17.710)**
Valor justo ativos biológicos	(2.608)	276	-	**(2.332)**
Provisão valor realizável líquido nos estoques	-	(16)	-	**(16)**
Total	**3.651**	**9.395**	**(3.898)**	**9.148**
Parcela classificada no ativo não circulante	**3.651**			9.148

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito, no valor de R$ 2.000, está representado por 2.005.036 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

	Número de Ações	
Acionista	31/12/2025	31/12/2024
SLC Agrícola S.A.	1.102.770	1.102.770
Agropecuária Rica S.A.	902.266	902.266
Total de ações do capital integralizado	2.005.036	2.005.036

Em 19 de abril de 2024, a Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas Ltda. foi constituída, tendo como única sócia a SLC Agrícola S.A., com a integralização do capital social no valor de R$ 100, correspondentes a 1 (uma) quota. Em 05 de setembro de 2024, em Assembleia Geral, foi aprovada a transformação do tipo societário da Companhia, de sociedade limitada para sociedade por ações, além da conversão das quotas em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a substituição de 1 (uma) quota por 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas. Foi deliberado também o aumento do capital social da Companhia, com a incorporação de um novo acionista, a Agropecuária Rica S.A. O capital social passou a ser de R$ 2.000, com a emissão de 1.905.036 (um milhão, novecentas e cinco mil e trinta e seis) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,997356 por ação. A integralização do capital social foi realizada em moeda corrente, sendo R$ 1.100 aportados pela SLC Agrícola S.A. e R$ 900 pela Agropecuária Rica S.A. b) Resultado por ação:

Política Contábil: O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. **Composição**: A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Prejuízo do exercício (a)	(18.376)	(1.435)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	2.005.036	2.005.036
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária (Em Reais) (a)/(b)	(9,1654)	(0,7156)

c) Ajustes de avaliação patrimonial: Os ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2024	31/12/2024
Hedge accounting	1.914	(5.652)
Total	**1.914**	**(5.652)**

16. RESULTADO FINANCEIRO

Política Contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	3.379	805
Variação cambial	14.403	497
Ganhos com operações de derivativos	790	5.134
Outros	28	-
Total	**18.600**	**6.436**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(14.154)	(1.453)
Variação cambial	(5.897)	(6.943)
Realização de AVP - Passivo arrendamento	(14.433)	(5.234)
Perdas com operações de derivativos	(14.441)	-
Outras	(781)	(39)
Total	**(49.706)**	**(13.669)**
Resultado financeiro	**(31.106)**	**(7.233)**

17. COMPROMISSOS

A Companhia tem contratos de venda para entrega futura, conforme demonstrado a seguir:

Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Preço
Safra 2024/25						
Milho	Jan/26	18.850	3	sc	R$/sc	48,10
Safra 2025/26						
Soja	Fev/26	355.000	6	sc	USD/sc	18,30
Milho	Jul/26	225.000	1	sc	USD/sc	7,20

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política Contábil: Instrumentos financeiros: *(i) Ativos financeiros não derivativos*: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio de Resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *(ii) Custo amortizado*: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. *(iii) Passivos financeiros não derivativos*: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar. *(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge*: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e *swaps* de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. A Companhia avalia, se os objetos de hedge previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de hedge. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o exercício para o qual o hedge é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. *(v) Hedges de fluxos de caixa*: Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Para o exercício de 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa. **Composição**: As receitas de vendas da Companhia são geradas principalmente pela comercialização de commodities agrícolas como soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia estão expostas. Adicionalmente, a Companhia contrata operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas. Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A tabela abaixo apresenta o valor contábil dos ativos e passivos financeiros:

	Nível Hierárquico	Valor Contábil 31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	14.599	23.916
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes		1.483	-
Valor justo de instrumentos *hedge*			
Operações com derivativos	2	5.365	3.649
Total Ativos		**21.447**	**27.565**
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		170.547	106.029
Fornecedores		36.220	46.173
Débitos com partes relacionadas		948	8
Passivo arrendamento com partes relacionadas		100.696	109.469
Passivo arrendamento com terceiros		2.648	368
Outras contas a pagar		22	-
Subtotal		**311.081**	**262.047**
Valor justo de instrumentos *hedge*			
Operações com derivativos	2	11.772	7.080
Total Passivos		**322.853**	**269.127**

O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil, exceto para empréstimos e financiamentos cujo valor em 31 de dezembro de 2025 é R$ 165.328, a mensuração está classificada no nível 2. a) Política de utilização, objetivos e estratégias: O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia é a proteção das margens operacionais. A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos e aprovou, a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, a monitoração da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração. As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com "*Rating*" de no mínimo "A" em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Moody's, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente. b) Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido: As operações de contratos a termo (NDF) e contratos futuros de commodities (vide nota 18.h), são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Além disso, as operações de swap de câmbio (vide nota 18.h) visam proteger a variação cambial futura dos empréstimos em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de hedge ("*hedge accounting*"), em conformidade com o CPC 48. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras. c) Risco de câmbio: Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (*Non Deliverable Forward*). Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio. Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total. Com base no custo já formado com a compra dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o Comitê de Gestão de Riscos irá executar os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta. No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

	Valor de referência (notional)			Valor justo (MTM)		
	Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Contratos a termo (NDF):						
Moeda estrangeira - Posição vendida						
Vencimento em 2025	USD	-	6.480	R$	-	(3.728)
Vencimento em 2026	USD	10.230	2.200	R$	2.453	(1.099)
Total	**USD**	**10.230**	**8.680**	**R$**	**2.453**	**(4.827)**

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos, que estão enquadradas na metodologia de "*hedge accounting*":

Vencimentos	Moeda	Contratos a termo (NDF)
Até 31/03/2026	R$	2.303
Até 30/06/2026	R$	58
Até 30/09/2026	R$	92
Total	**R$**	**2.453**

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

	Valor de referência (notional)			Valor justo		
	Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Banco Itaú BBA S.A.	USD	1.070	460	R$	1.029	(11)
Banco Santander Brasil S.A.	USD	3.205	8.220	R$	1.580	(4.816)
BR Partners Banco de Investimentos S.A.	USD	5.955	-	R$	(156)	-
Total	**USD**	**10.230**	**8.680**	**R$**	**2.453**	**(4.827)**

Para determinação do valor justo das operações de contrato a termo (NDF) foram utilizados os seguintes critérios: curva futura do dólar publicada pela B3 no fechamento de cada exercício. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros DI x Pré B3 (www.b3.com.br) de fechamento de cada exercício. *Riscos da variação da taxa de câmbio*: A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2026 e 2027, conforme segue: • Cenário Provável: com base no relatório FOCUS (BACEN) de 30 de dezembro de 2025, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R$ 5,5000 variando para a taxa Ptax do dia 31 de dezembro de 2025 de R$ 5,5024. • Queda de 15% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R$ 4,6750, equivalente a 15% inferior à cotação do Cenário Provável. • Queda de 30% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R$ 3,8500, equivalente a 30% inferior à cotação do Cenário Provável. • Aumento de 15% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R$ 6,3250, equivalente a 15% superior à cotação do Cenário Provável. • Aumento de 30% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R$ 7,1500, equivalente a 30% superior à cotação do Cenário Provável. A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

	Cenário remoto Cotação R$ 3,8500	Cenário possível Cotação R$ 4,6750	Cenário pela cotação do encerramento do exercício Cotação R$ 5,5024	Cenário possível Cotação R$ 6,3250	Cenário remoto Cotação R$ 7,1500
Exercício 2026					
Estimativa de receita altamente provável em USD [1]	(46.867)	(23.433)	68	23.433	46.867
Estimativa de compromissos em USD [2]	8.993	4.496	(13)	(4.496)	(8.993)
Contratos a Termo (NDF) [3]	7.887	3.944	(11)	(3.944)	(7.887)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	**(29.987)**	**(14.993)**	**44**	**14.993**	**29.987**
Exercício 2027					
Estimativa de receita altamente provável em USD [1]	(47.012)	(23.506)	68	23.506	47.012
Exposição líquida em USD (1)-(3)	**(47.012)**	**(23.506)**	**68**	**23.506**	**47.012**
Total	**(76.999)**	**(38.499)**	**112**	**38.499**	**76.999**

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo em Reais (R$)	Saldo em Dólares (USD)	Saldo em Reais (R$)	Saldo em Dólares (USD)
Fornecedores (nota explicativa 12)	(12.155)	(2.209)	(16.318)	(2.635)
Exposição liquida do balanço patrimonial	**(12.155)**	**(2.209)**	**(16.318)**	**(2.635)**

A Companhia não considera empréstimos e financiamentos no cálculo da exposição líquida, uma vez que esses contratos estão protegidos por operações de *swap*. d) Risco de preço: A maior parte da proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de *swaps*, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras. Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das *commodities*, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de *hedge accounting*.

	Valor de referência (notional)			Valor justo		
	Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Com vencimentos em 2025						
Operações financeiras						
Commodities - Milho	USD	-	1.458	R$	-	(148)
Com vencimentos em 2026						
Operações financeiras						
Commodities - Soja	USD	128	1.913	R$	708	321
Com vencimentos em 2027						
Commodities - Soja	USD	1.100	-	R$	136	-
Total	**USD**	**1.228**	**3.371**	**R$**	**844**	**173**

Riscos da variação dos preços das commodities: A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços para cada cultura: soja e milho com base no cenário provável convertido a ptax de R$ 5,5000, conforme relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2025. • Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 31 de dezembro de 2025 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada; • Cenário Possível com aumento de preços: aumento no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada, de acordo com cada cultura; • Cenário Possível com queda de preços: queda no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada, de acordo com cada cultura. A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente

Continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida). Demonstramos a exposição líquida dos impactos para cada cenário projetado:

	% cenários	Exposição Líquida
Soja - 2026		
Cenário provável	-	**15.321**
Cenário possível - com aumento de preços	11,41	**17.069**
Cenário possível - com queda de preços	(7,44)	**14.181**
Milho - 2026		
Cenário provável	-	**122.615**
Cenário possível - com aumento de preços	14,53	**140.431**
Cenário possível - com queda de preços	(15,24)	**103.928**

e) Risco de juros: Uma parcela do endividamento referente a operações de financiamento à exportação da Companhia, está vinculada a taxas de juros pré-fixadas, que é a taxa de juros utilizada em empréstimos indexados ao dólar americano ou euro. Para proteção contra a variação cambial de operações de empréstimos, financiamentos e fornecedores, a Companhia realiza operações de hedge através de instrumentos de swap com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de variação cambial e taxas de juros pré-fixada ou IPCA e taxas de juros pré-fixada (posição ativa) por taxa de juros em CDI mais Taxa Pré-fixada (posição passiva). O valor do principal (nocional) e vencimentos da operação de swap é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do hedge. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação do câmbio.

A seguir segue detalhamento da operação de swap de moeda e taxas de juros:

Contraparte	Instrumento de hedge	Objeto hedgeado	MTM	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Itaú	*Swap* de R$ 20MM (Ativo Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R$ 20MM a juros de 12,67% a.a.	(969)	(514)	(455)
Itaú	*Swap* de R$ 30MM (Ativo VC USD+Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 5,5MM a juros de 5,63% a.a.	(4.074)	(3.295)	(779)
Itaú	*Swap* de R$ 20MM (Ativo VC USD+Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 3,5MM a juros de 6,35% a.a.	(3.099)	(2.804)	(295)
Itaú	*Swap* de R$ 29MM (Ativo Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R$ 29MM a juros de 16,27% a.a.	1.617	287	1.330
Itaú	*Swap* de R$ 20MM (Ativo VC USD+Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 3,4MM a juros de 6,26% a.a.	(3.088)	(2.891)	(197)
Safra	*Swap* de R$ 11,9MM (Ativo IPCA+Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R$ 11,9MM a juros de IPCA + 9,8338% a.a.	(91)	(91)	-
Total			**(9.704)**	**(9.308)**	**(397)**

Riscos da variação das taxas de juros: Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2025 foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 30 de dezembro de 2024 definimos os índices para o CDI, Câmbio e IPCA. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2026. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

	Taxa de juros [1]	Saldo em 31/12/2025	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dívidas em reais taxa pós-fixada							
Capital de Giro	106% CDI	**28.119**	(2.321)	(3.368)	(4.416)	(5.463)	(6.511)
Dívidas em IPCA *swapadas*							
BNDES	IPCA+9,8338% a.a.	**12.446**	(862)	(1.325)	(1.789)	(2.252)	(2.716)
Dívidas em dólares							
Capital de Giro	6,01%	**72.899**	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em pré *swapada*							
Crédito Rural	14,80%	**57.083**	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Swap							
Swap USD x CDI + PRÉ	Ativo: 12,67% a.a. Passivo: CDI + 0,90% a.a.	**(969)**	195	231	267	303	339
Swap USD x CDI + PRÉ	Ativo: 5,63% a.a. Passivo: CDI + 0,90% a.a.	**(4.074)**	533	685	836	988	1.140
Swap USD x CDI + PRÉ	Ativo: 6,35% a.a. Passivo: CDI + 0,90% a.a.	**(3.099)**	428	543	658	774	889
Swap USD x CDI + PRÉ	Ativo: 16,27% a.a. Passivo: CDI + 0,45% a.a.	**1.617**	(384)	(444)	(504)	(564)	(624)
Swap USD x CDI + PRÉ	Ativo: 6,26% a.a. Passivo: CDI + 0,69% a.a.	**(3.088)**	423	538	653	768	883
Swap USD x CDI + PRÉ	Ativo: IPCA + 9,8338% a.a. Passivo: CDI - 0,70% a.a.	**(90)**	15	19	22	26	29
Aplicações Financeiras							
CDB	99,92% CDI	**14.595**	1.086	1.630	2.173	2.716	3.259

[1] Taxas médias anuais.

f) Risco de liquidez: Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivados de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	170.547	**201.294**	14.510	155.707	31.077	-	-	-
Fornecedores	36.220	**36.220**	36.220	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	103.344	**180.317**	18.803	18.637	18.484	18.208	21.237	84.948
Subtotal	**310.111**	**417.831**	**69.533**	**174.344**	**49.561**	**18.208**	**21.237**	**84.948**
Derivativos								
Operações com derivativos	6.407	**6.407**	(3.070)	9.477	-	-	-	-
Total	**316.518**	**424.238**	**66.463**	**183.821**	**49.561**	**18.208**	**21.237**	**84.948**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes. g) Resumo das operações de derivativos em aberto: A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

	Valor de referência (notional)			Valor justo registrado no ativo			Valor justo registrado no passivo	
	Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Operações de proteção cambial									
Milho - 18.c	USD	3.410	2.280	R$	238	-	R$	145	1.421
Soja - 18.c	USD	6.820	6.400	R$	2.542	321	R$	182	3.406
Subtotal	**USD**	**10.230**	**8.680**	**R$**	**2.780**	**321**	**R$**	**327**	**4.827**
Operações de proteção dos produtos - operações financeiras									
Milho - 18.d	USD	-	1.913	R$	-	-	R$	-	148
Soja - 18.d	USD	1.228	1.458	R$	967	-	R$	123	-
Subtotal	**USD**	**1.228**	**3.371**	**R$**	**967**	**-**	**R$**	**123**	**148**
Operações de proteção cambial									
Swap VC+Pré x CDI+Pré - 18.e	USD	12.396	8.977	R$	-	3.328	R$	10.261	-
Subtotal	**USD**	**12.396**	**8.977**	**R$**	**-**	**3.328**	**R$**	**10.261**	**-**
Operações de proteção de juros									
Swap Pré x CDI+Pré - 18.e	BRL	48.992	48.992	R$	1.618	-	R$	969	2.105
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré 18.e	BRL	11.894	-	R$	-	-	R$	92	-
Subtotal	**BRL**	**60.886**	**48.992**	**R$**	**1.618**	**-**	**R$**	**1.061**	**2.105**
Total				**R$**	**5.365**	**3.649**	**R$**	**11.772**	**7.080**
Parcela classificada no circulante					3.612	-		542	3.876
Parcela classificada no não circulante					1.753	3.649		11.230	3.204

h) Resultado com operações de derivativos: A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Ganhos e perdas registrados no resultado				Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido		
		Alocado na receita bruta		Alocado no resultado financeiro				
	Moeda	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	Movimento	31/12/2024
Operações de proteção cambial								
Contratos NDF	R$	2.114	-	790	-	2.453	7.280	(4.827)
Operações de proteção de *commodities*								
Commodities Agrícolas	R$	1.129	-	-	-	844	671	173
Operações de proteção de câmbio								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	R$	-	-	(14.069)	5.079	(1.271)	479	(1.750)
Operações de proteção de juros								
Swap Pré x CDI+Pré	R$	-	-	(282)	55	874	3.034	(2.160)
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré	R$	-	-	(90)	-	-	-	-
Total	**R$**	**3.243**	**-**	**(13.651)**	**5.134**	**2.900**	**11.464**	**(8.564)**

i) Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas. Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	170.547	106.029
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(14.599)	(23.916)
Dívida líquida	**155.948**	**82.113**
Patrimônio líquido	**(15.897)**	**(5.087)**
Índice de alavancagem financeira	**(980,99%)**	**(1.614,17%)**

19. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores. O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido da controladora, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculados a metas estabelecidas para cada unidade de produção. A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano. Em 31 de dezembro de 2025, o montante provisionado no resultado do exercício, no grupo de despesas administrativas, é de R$ 637 (R$ 412 no período em 31 de dezembro de 2024).

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta os seguintes detalhamentos de seguros e coberturas contratados:

Natureza	Cobertura (R$)
Estoques de Grãos e Algodão	105.000
Prédios e benfeitorias	105.000
Máquinas e Equipamentos	60.000
Responsabilidade civil de administradores	60.000
Responsabilidade civil geral	10.000
Veículos	Contra terceiros

Seguro de estoque de grãos e algodão - Cobertura da colheita, beneficiamento e estoque de soja, milho, algodão, sendo produção própria ou de terceiros sobre sua responsabilidade. Apólice com vencimento em 18/06/2027. Seguro de prédios e benfeitorias - Cobertura a danos materiais, causados aos prédios e benfeitorias, ocasionados por incêndio, explosão, vendaval e fumaça. Apólice com vencimento em 18/06/2027. Seguro de máquinas e equipamentos - Cobertura a danos causados a Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, gerados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão. Cada máquina e equipamento possui seu limite máximo de indenização correspondente ao seu valor segurado. Apólice com vencimento em 09/10/2027. Seguro de responsabilidade civil de administradores - Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão. Apólices com vencimentos em 30/06/2026. Seguro de responsabilidade civil geral - Cobertura de garantia de pagamento de indenizações, a título de reembolso, a danos que a Companhia vier a ser responsável civilmente em sentença judicial transitada em julgado. Apólice com vencimento em 22/02/2026. Seguro de Veículos - Cobertura da Frota de veículos da controlada e controladora para danos causados a terceiros. Apólices com vencimentos em 10/10/2027.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política Contábil: O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: *(i) Venda de produtos*: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. *(ii) Impostos sobre vendas*: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3% e 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural e outras entidades	0,25% e 2,05%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos. A contrapartida está nos impostos a pagar no passivo. Os valores de impostos a pagar são compensados com eventuais créditos de impostos provenientes da compra de insumos e de ativo imobilizado, nas fazendas que permitem a tomada do crédito. **Composição**: Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	**135.583**	**-**
Venda de produtos	132.340	-
Resultado com operações de *hedge*	3.243	-
Deduções, impostos e contribuições	**(4.371)**	**-**
Receita operacional líquida	**131.212**	**-**

A Companhia comercializa seus produtos para o mercado interno e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	**23.606**	**-**
Venda de produtos	24.863	-
Deduções, impostos e contribuições	(1.257)	-
Mercado externo	**107.606**	**-**
Venda de produtos - exportação indireta	107.477	-
Resultado operação de *hedge* - exportação indireta	3.243	-
Deduções, impostos e contribuições - exportação indireta	(3.114)	-
Receita operacional líquida	**131.212**	**-**

As informações de venda operacional líquida, por segmento geográfico, são atribuídas aos seguintes países:

	31/12/2025		31/12/2024	
País	**Valor**	**% Participação**	**Valor**	**% Participação**
Brasil	127.969	100,00	-	-
Total	**127.969**	**100,00**	**-**	**-**
Resultado operação de hedge	3.243		-	
Receita operacional líquida	**131.212**		**-**	

O montante da receita operacional líquida de produtos proveniente dos principais clientes, por produto agrícola, é assim representado:

Cliente	Milho a Granel	Soja a Granel	Outras Culturas	Total	% sobre venda de produto (sem efeito de operações de hedge)
Bunge Alimentos S.A.	18.179	21.129	-	**39.308**	30,72%
Cargill Agrícola S.A.	2.530	23.108	-	**25.638**	20,03%
FSI Industria de Etanol S.A.	18.612	-	-	**18.612**	14,54%
Cutrale Trading Brasil Ltda	-	14.600	-	**14.600**	11,41%
Outros Clientes	6.452	19.735	3.624	**29.811**	23,30%
Total	**45.773**	**78.572**	**3.624**	**127.969**	**100,00%**

[1] O saldo apresentado em outros clientes individualmente não é superior a 10% da receita de vendas com produtos.

22. DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função		
Custo dos produtos vendidos	(119.321)	-
Despesas com vendas	(3.587)	(311)
Despesas gerais e administrativas	(9.701)	(621)
Outras despesas operacionais	(3.121)	(1.683)
Total	**(135.730)**	**(2.615)**
Despesas por natureza		
Depreciação e amortização	(3.163)	(1)
Despesas com pessoal	(15.259)	(729)
Matéria prima e materiais	(95.460)	(202)
Aluguéis e arrendamentos	(612)	-
Depreciação de direito de uso	(9.878)	-
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(8.237)	-
Outras despesas operacionais	(3.121)	(1.683)
Total	**(135.730)**	**(2.615)**

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir demonstramos o detalhamento de outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais		
Receita com revenda de estoques	347	-
Receita com serviços prestados	18	-
Receita com aluguel	15	3
Outras receitas	1	-
Subtotal	**381**	**3**
Outras despesas operacionais		
Baixa do ativo imobilizado - Obsolescência	(8)	-
Custo com revenda de estoques	(347)	-
Provisão para perda de impostos a recuperar (nota 8.b)	(2.766)	(1.683)
Subtotal	**(3.121)**	**(1.683)**
Total	**(2.740)**	**(1.680)**

Conselho de Administração

Aurélio Pavinato - Presidente
José Ricardo Rezek - Conselheiro
Sílvio Marcelo Zompero Sarlo - Conselheiro
Roberto Acauan de Araujo Junior - Conselheiro

Diretoria

Márcio José da Silveira
André Lemos de Vasconcellos
José Ricardo Rezek

Contadora

Adriana Friguetto Mezzomo
Contadora CRC RS – 059787/O-9

Continua

Continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Administradores e Conselheiros da
Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas S.A.
Porto Alegre-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 26 de março de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Arthur Ramos Arruda
Contador
CRC RS-096102/O

CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ 89.723.993/0001-33 - NIRE 43 3 0000235 7 - Companhia Aberta

Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31 de Dezembro de 2025

A Administração da **Construtora Sultepa S.A**. e controladas ("SULTEPA"), em Recuperação Judicial em observância aos preceitos legais e estatutários, submete-se à apreciação de VSas; o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2025, e suas notas explicativas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas e Operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado o contrário. No decorrer de 2015, a Administração da Companhia encontrou na Recuperação Judicial o meio mais propício para reorganizar-se e ajustar suas operações com o objetivo de honrar seus compromissos e voltar a crescer. Em 03/07/2015, conforme divulgado através do Fato Relevante, a Companhia em caráter de urgência, juntamente com as demais empresas do Grupo, ajuizou o Pedido de Recuperação, homologado em 09/07/2015, pela Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS. Em 27/07/2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial. Em 24/08/2015, publicou o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos. Em 21/09/2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial. Em 03/08/2016, foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, em 19/08/2016, foi realizada a primeira Assembleia de Credores tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença foi constatada que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembleia Geral convocada para o dia 30.08.2016. Em 30/08/2016, foi aberta a segunda Assembleia Geral de Credores tendo como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que, devido a alteração foi sugerido e aprovada a suspensão da Assembleia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias ficando marcada para o dia 07/11/2016. Em 07/11/2016, foi aberta a nova Assembleia de Credores onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação. Após a votação foram aprovadas as Classes I, III e IV, e reprovada a Classe II. Em 14/11/2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre/RS. Em 26/10/2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia, permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originariamente perante a Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre/RS, e autuando sob o nº 001/1.15. 0114361-2. Permanecem pendente de julgamento, perante o Superior Tribunal de Justiça, os recursos apresentados por credores (ARESP nº 1367179, pelo Banco BMG, ARESP Nº 1316925, pelo Banco do Brasil) contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio do Sul. **Perfil:** A Construtora Sultepa celebrou, em 2026, 70 ANOS de sua fundação, marco que reforça sua trajetória de solidez, compromisso e relevantes contribuições ao longo de sua história, mantendo suas principais atividades voltados para o setor de infraestrutura, construção de obras rodoviárias, urbanas, metroviárias, saneamento, construção civil, obras portuárias, aeroportuárias, concessões de rodovias, barragens e montagens industriais. Além dessas atividades, atuamos em obras de engenharia, britagem, vendas de concreto, serviços e locação de equipamentos. **Desempenho Operacional e Econômico Financeiro:** Encerrado o exercício de 2025 com uma receita operacional líquida foi de R$ 200 milhões os números mostraram que a infraestrutura teve um desempenho satisfatório em 2025, principalmente, no estado do Rio Grande do Sul, considerando que foi um ano em que a empresa precisou investir tempo e recursos para recuperação dos seus ativos. No final do exercício, a carteira de contrato atingiu R$ 543 milhões. Destacamos nos exercícios, a execução de relevantes obras de infraestruturas rodoviárias e barragens com ênfase nas obras BR 116, Travessia Urbana de Santa Maria, ERS-118, ERS-486 - Rota do Sol, Viaduto da ERS-118, Barragem do Arroio Jaguari Fases 1 e 2, Barragem Taquarembo, ERS-020, ERS-427 Itaimbezinho e Ponte Rio Balsas MA, sendo a maioria localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Tais projetos são estratégicos para a melhoria da mobilidade, ampliação da capacidade logística e aumento da segurança viária nas regiões. Os investimentos associados a essas obras somam aproximadamente R$ 410 milhões refletindo o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável da infraestrutura e com o fortalecimento da economia do estado do Rio Grande do Sul. Mesmo diante desse processo de recuperação, o Lucro do Período foi na ordem de R$ 93.579 mil, enquanto que em 2024 foi de R$ 95.232 mil. Salientamos nossos esforços em busca da racionalização dos nossos custos, conforme pode ser vislumbrado em nossos números. Em relação às Despesas Gerais e Administrativas foram de R$ 16.228 mil em 2025 R$ 13.523 mil em 2024, acréscimo de 8,3331% principalmente em razão dos investimentos destinados as ações de recuperação dos ativos e estrutura da Companhia fortemente atingidas pelas enchentes ocorridas no estado. Os indicadores de desempenho do Grupo Sultepa foram influenciados pelo cenário de elevação nos custos das matérias-primas, especialmente do cimento, matérias-primas impactados pelo óleo diesel relevante na composição dos custos operacionais, resultando em pressão sobre as margens e nos índices apurados no exercício. No decorrer de 2025 as iniciativas de gestão e controle nos custos internos e operacionais foram as preocupações da administração, e como não poderia deixar de mencionar a competição no mercado são fatores determinantes para as empresas de infraestrutura. Continuaremos nosso trabalho estratégico para os próximos anos e que deverá refletir no resultado do próximo exercício. **Cenário e Perspectivas para 2026:** A expectativa da Administração são bastante otimistas considerando atual carteira de contratos e as novas expectativas de investimentos no setor de infraestrutura, ferrovias e portos e aeroportos deverão superar os anos anteriores e desta forma suprirão parte das necessidades básicas do País. Em 2025, o Grupo Sultepa conseguiu atingir as principais metas sendo que para o próximo ano devem ultrapassar os 15% estimados. No decorrer do exercício 2026, o Grupo Sultepa continuará com as parcerias em consórcios para participar nos processos licitatórios, alinhados à sua estratégia de expansão e crescimento da carteira de obras. Esta atuação reforça o posicionamento da empresa no mercado e especialmente em projetos de infraestrutura visando a instalação de vários aeroportos no País. Fortalecemos ainda mais as iniciativas no decorrer de 2025, podendo citar como exemplo o aumento nas vendas de materiais diversos, serviços ao público privado, estabelecendo como prioridade o planejamento rigoroso das obras em andamento e o controle das despesas administrativas. Ao longo de 2026, a Administração projeta uma melhora gradual do cenário econômico, impulsionada principalmente pela expectativa de redução das taxas de juros. Este movimento tende a fortalecer o ambiente de negócios, estimulando o aumento dos investimentos por partes dos governos federal, estaduais e municipais e o Grupo dará continuidade aos projetos para viabilizar e aos resultados, e esperamos encerrar o ano mais fortes e com a carteira de obras ultrapassando os 600 milhões de reais. **Mercado de Capitais:** Em que pese a perda de documentos ocasionados pelas enchentes, ao longo de 2025 a Companhia direcionou esforços à recuperação de parte desses registros, preservando seu comprometimento com a continuidade e a qualidade do atendimento aos acionistas, mercado CVM e B3. **Sustentabilidade:** A atuação do Grupo Sultepa em 2025 foi marcada pela consolidação das ações iniciadas no período crítico enfrentado no ano anterior, reforçando seu compromisso com a resiliência operacional e a sustentabilidade socioambiental. Após os impactos da enchente histórica de maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul, a empresa manteve seu papel estratégico no apoio à reconstrução da infraestrutura, com atuação contínua em obras de recuperação viária, implantação de acessos e fornecimento de materiais essenciais para a construção civil, tanto na região metropolitana de Porto Alegre quanto no interior do Estado. No setor de mineração, foram mantidas e ampliadas as ações de recuperação ambiental, com foco na recuperação da vegetação de áreas mineradas exauridas e no monitoramento contínuo das condições ambientais, ao mesmo tempo em que avançaram os estudos para prospecção de novas áreas, visando garantir o abastecimento sustentável de insumos minerais para a cadeia da construção civil. A Gestão Ambiental e Minerária permaneceu integrada à alta direção da companhia, assegurando o cumprimento das diretrizes corporativas e legais, com continuidade dos Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos e Controle da Qualidade Ambiental. Essas ações garantem que as operações do Grupo estejam alinhadas às melhores práticas de sustentabilidade, com foco na mitigação de impactos ambientais e na melhoria contínua de seus processos. Adicionalmente, em 2025, a empresa iniciou o processo de seleção de consultoria especializada para a elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), referente ao ano-base 2026, com previsão de publicação em 2027. Em paralelo, foi iniciada a estruturação da Matriz de Riscos e Oportunidades Climáticas, em conformidade com as mais recentes exigências regulatórias e tendências de mercado, fortalecendo a governança climática e a transparência corporativa do Grupo Sultepa frente aos desafios das mudanças climáticas. **Recursos Humanos, Treinamentos e Assistência Social:** Chegamos ao final de 2025 com 416 colaborados diretos e aproximadamente 912 terceirizados. O Grupo Sultepa manteve em 2025 o papel estratégico no suporte às operações atuando de forma ativa no desenvolvimento de seus colaboradores e no fortalecimento da cultura da empresa e apoiando a recuperação das atividades após os impactos recentes enfrentados pelas enchentes. Periodicamente, o Grupo Sultepa promove ações sociais e campanhas voltadas à conscientização com programas de diversidade educacionais e Inclusão e a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, objetivando adequar aos padrões de exigência da gestão, o centro de integridade corporativa e administrativa das obras em geral. **Relacionamento com a Auditoria:** Em atendimento a Resolução nº 162 de 13.06.2022, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, informamos que no exercício de 2025, os nossos auditores independentes, a **Moreira Associados Auditores Independentes S/S** não prestaram quaisquer serviços, que possam acarretar conflito de interesse ou perda de independência, além da auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e de suas controladas no exercício encerrado em 31/12/2025. **Declaração da Diretoria:** Em observância as disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do art. 27 da Resolução CVM 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões divulgadas no relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025. **Agradecimentos:** A Companhia celebrou **70 anos** de história, um marco significativo que evidencia sua solides e capacidade de adaptação ao longo do tempo. Administração expressa seu profundo agradecimento a seus colaboradores, clientes, parceiros acionistas, instituições financeiras e entidades governamentais, cujo apoio e confiança foram fundamentais para a construção dessa trajetória e para a continuidade de suas operações.

A Administração

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 (Em reais R$ 1.000)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo Circulante		**13.634**	**13.140**	**176.884**	**154.122**
Caixa e equivalentes de caixa	4	28	12	1.684	3.333
Clientes	5	1.303	821	32.575	37.759
Impostos a recuperar	8	2.111	1.211	10.461	6.920
Outras contas a receber	6	8.773	10.054	93.304	66.969
Operações com consórcios	24	173	173	36.832	37.636
Estoques	7	1.245	868	2.028	1.504
Ativo não Circulante		**1.815.642**	**1.696.892**	**2.064.697**	**1.947.852**
Realizável a Longo Prazo		**1.010.848**	**945.625**	**1.931.958**	**1.818.808**
Partes relacionadas	11	1	1	86.976	79.910
Depósitos judiciais e compulsórios		6.705	6.439	7.254	17.410
Outras contas a receber	6	3.642	3.596	4.952	4.735
Imóveis destinados a venda	10	87	87	87	87
Créditos a receber	9	1.000.413	935.503	1.823.460	1.707.436
Operações com consórcios	24	–	–	9.230	9.230
Investimentos	12	**728.999**	**675.381**	**5.695**	**6.751**
Participações em controladas		725.046	671.428	1.742	2.798
Participações em coligadas		3.954	3.954	3.954	3.954
Imobilizado	13	**75.791**	**75.885**	**126.068**	**121.321**
Intangível	13	4	–	976	972
Total do Ativo		**1.829.276**	**1.710.032**	**2.241.580**	**2.101.974**

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo Circulante		**497.291**	**477.250**	**614.446**	**576.732**
Fornecedores	17	2.548	2.017	5.090	5.301
Instituições financeiras	14	288	250	3.729	4.979
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	475.548	457.633	551.999	518.587
Obrigações sociais e trabalhistas		4.615	4.767	8.497	7.774
Dividendos a pagar		100	100	2.528	2.528
Credores diversos	15 A	7.616	6.551	15.652	12.822
Partes relacionadas	11	–	–	–	–
Parcelamento especial Lei 11.941/2009	19	–	–	1.413	1.290
Parcelamento PERT	19	–	–	–	–
Parcelamento recuperação judicial	19	–	–	5.900	5.378
Parcelamento excepcional PGFN	19	6.561	5.916	8.555	7.557
Operações com consórcios	24	16	16	11.084	10.515
Passivo não Circulante		**694.025**	**685.550**	**984.775**	**974.155**
Instituições financeiras	14	–	–	131	258
Credores diversos	15 A-B	250.075	250.833	231.248	233.834
Partes relacionadas	11	61.501	60.808	4.023	4.270
Parcelamento PERT	19	–	–	–	–
Parcelamento recuperação judicial	19	149.181	139.892	156.562	147.268
Parcelamento excepcional PGFN	19	582	664	729	1.024
Obrigações sociais a pagar		–	–	–	–
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	3.526	4.179	40.027	37.607
Tributos diferidos	20	192.434	192.450	434.813	435.011
Provisão passivos contingentes	23	35.176	35.176	77.217	77.352
Provisão para reflorestamento	23	1.549	1.549	6.402	6.402
Operações com consórcios	24	–	–	33.624	31.128
Patrimônio Líquido	25	**637.960**	**547.231**	**642.359**	**551.087**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		**637.960**	**547.231**	**637.960**	**547.231**
Capital social		130.000	130.000	130.000	130.000
Reserva de reavaliação		37.173	37.189	37.173	37.189
Ajuste avaliação patrimonial		19.377	19.377	19.377	19.377
Reservas de lucros		196.230	196.230	196.230	196.230
Lucros (prejuízos) acumulados		255.179	164.435	255.179	164.435
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	4.399	3.856
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.829.276**	**1.710.032**	**2.241.580**	**2.101.974**

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita Operacional Líquida	30	**80.713**	**70.255**	**200.033**	**187.582**
Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	31	**(72.655)**	**(70.950)**	**(184.092)**	**(174.484)**
Lucro (Prejuízo) Bruto		**8.058**	**(695)**	**15.941**	**13.098**
Receitas (Despesas) Operacionais		**46.121**	**57.594**	**(15.165)**	**(11.630)**
Despesas gerais e administrativas	31	(7.528)	(6.043)	(16.228)	(13.523)
Outras receitas operacionais	31	78	1.565	7.943	11.769
Outras despesas operacionais	31	(47)	(1.771)	(6.880)	(9.874)
Resultado da Equivalência Patrimonial	12	53.618	63.843	–	(2)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**54.178**	**56.899**	**776**	**1.468**
Receitas financeiras	32	56.289	54.468	120.207	114.280
(–) Despesas financeiras	32	(19.746)	(13.575)	(27.419)	(17.355)
Resultado antes dos Impostos		**90.721**	**97.792**	**93.564**	**98.393**
IRPJ e contribuição social corrente	18	–	–	–	(3.184)
IRPJ e contribuição social diferido	18	8	8	15	23
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período		**90.729**	**97.800**	**93.579**	**95.232**
Atribuído aos acionistas controladores		–	–	90.729	97.800
Atribuído aos acionistas não controladores		–	–	2.850	(2.568)
Resultado básico/diluído por ação ON - R$	27	7,20	7,74	7,41	7,54
Resultado básico/diluído por ação PN - R$	27	7,20	7,74	7,41	7,54

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	90.729	97.800	93.579	97.800
Outros Componentes do Resultado Abrangente:	**(16)**	**(17)**	**(16)**	**15**
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	**(16)**	(16)	(16)	–
Realização da reserva de reavaliação	–	(1)	–	15
Resultado Abrangente Consolidado do Período	90.713	97.783	93.564	97.815
Atribuído a sócios de empresa controladora	–	–	90.713	97.815
Atribuído a sócios não controladores	–	–	2.851	–

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do período	90.729	97.800	93.579	95.232
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	–	–	–	–
Depreciação, amortização e exaustão	(40)	(156)	(77)	(288)
Resultado de equivalência patrimonial	(53.618)	(63.843)	–	1
Constituição (reversão) de provisões	(78)	(1.565)	(78)	(1.565)
Custo do permanente baixado ou vendido	–	–	4.900	6.070
Aquisição do Imobilizado	(14)	(143)	(14)	(143)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8)	(8)	(16)	(23)
Despesas de juros	19.746	13.575	36.949	24.703
Receita com juros sobre créditos a receber	(56.289)	(54.468)	(129.735)	(121.626)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	–
	428	**(8.807)**	**5.509**	**2.362**
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento) redução dos créditos a receber de clientes	1.033	6.975	6.698	(4.053)
(Aumento) redução dos estoques	(377)	1.465	(525)	1.218
(Aumento) redução de devedores diversos	69	(4.971)	69	(4.971)
Aumento (redução) de fornecedores	531	(107)	(212)	(1.193)
Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações sociais a pagar	17.657	15.139	47.626	37.082
Aumento (redução) de credores diversos	9.597	9.177	11.439	12.487
Operações com consórcios	–	–	3.870	1.860
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	(119.953)	(126.559)	(195.913)	(187.612)
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	90.301	106.352	136.587	159.110
	(1.142)	**7.471**	**9.639**	**13.927**
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**(714)**	**(1.336)**	**15.148**	**16.289**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado	–	–	–	–
Aquisição de investimentos	–	–	–	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**–**	**–**	**–**	**–**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	–	–	–	–
Mútuos com partes relacionadas	693	1.298	(16.835)	(13.930)
Captações de empréstimos/financiamentos (principal)	37	33	37	33
Amortização de principal e juros de financiamentos	–	–	–	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	**730**	**1.331**	**(16.797)**	**(13.897)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**17**	**(5)**	**(1.649)**	**2.391**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	17	3.333	941
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28	12	1.684	3.332
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**17**	**(5)**	**(1.649)**	**2.391**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reservas de Reavaliação: Ativos Próprios	Reservas de Reavaliação: Ativos de Controladas	Reservas de Reavaliação: Total	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Lucros a Realizar	Reservas de Lucros: Total	Ajuste de Aval. Patrimonial: Ativos Próprios	Ajuste de Aval. Patrimonial: Ativos de Controladas	Ajuste de Aval. Patrimonial: Total	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não Controladores	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**130.000**	**21.299**	**15.905**	**37.204**	**4.460**	**258.645**	**263.105**	**4.368**	**15.010**	**19.378**	**–**	**449.688**	**4.603**	**454.289**
Realização da reserva de reavaliação	–	**(16)**	–	(16)	–	**(240)**	(240)	–	–	–	**(240)**	(257)	–	(257)
Realização do aj. aval. patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	**(1)**	–	(1)	–	(1)	**2**	1
Constituição de reservas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro (prejuízo) líquido do período	–	–	–	–	–	**97.800**	97.800	–	–	–	**97.800**	97.800	**(747)**	97.054
Ajustes de minoritário do período	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**130.000**	**21.283**	**15.905**	**37.189**	**4.460**	**356.205**	**360.665**	**4.367**	**15.010**	**19.377**	**–**	**547.231**	**3.856**	**551.087**
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	1	–	1
Realização do aj. aval. patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	(16)	(16)	–	(16)	–	(16)
Constituição de reservas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro (prejuízo) líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	90.744	90.744	543	91.287
Ajustes de minoritário do período	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	**130.000**	**21.283**	**15.905**	**37.189**	**4.460**	**356.205**	**360.665**	**4.367**	**14.995**	**19.362**	**90.744**	**637.960**	**4.399**	**642.359**

Demonstrações do Valor Adicionado

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas	**89.138**	**70.385**	**217.030**	**206.546**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	66.786	50.010	162.926	158.921
Outras receitas	22.275	20.245	53.934	48.811
Perdas com créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	77	130	169	(1.186)
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui os Valores dos Impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(73.260)**	**(61.008)**	**(169.409)**	**(160.244)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(40.382)	(30.480)	(63.379)	(49.381)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.753)	(30.526)	(105.906)	(110.594)
Perda/recuperação de valores ativos	–	–	–	–
Outros	(124)	(2)	(124)	(269)
Valor Adicionado Bruto	**15.878**	**9.377**	**47.621**	**46.302**
Depreciação, Amortização e Exaustão	(165)	(156)	(276)	(288)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Sociedade	**15.713**	**9.221**	**47.345**	**46.014**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**109.906**	**118.310**	**120.213**	**114.278**
Resultado de equivalência patrimonial	53.618	63.843	6	(1)
Receitas financeiras	56.289	54.468	120.207	114.280
Valor Adicionado Total a Distribuir	**125.620**	**127.531**	**167.558**	**160.292**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e Encargos	**6.908**	**6.865**	**26.140**	**23.302**
Remuneração direta	5.045	5.242	20.069	17.855
Benefícios	1.378	1.179	4.318	3.951
FGTS	485	444	1.753	1.496
Outros	–	–	–	–
Impostos, Taxas e Contribuições	**7.285**	**8.423**	**19.437**	**21.706**
Federais	3.152	4.889	12.494	17.558
Estaduais	431	105	1.492	334
Municipais	3.703	3.429	5.451	3.814
Remuneração de Capitais de Terceiros	**20.698**	**14.444**	**30.441**	**20.061**
Juros e variações monetárias	19.746	13.575	27.423	17.358
Aluguéis	952	869	3.018	2.702
Outras	–	–	–	–
Remuneração de Capitais Próprios	**90.729**	**97.800**	**91.541**	**95.223**
Participação dos não controladores	–	–	(2.038)	(4)
Lucro (prejuízo) líquido do período	90.729	97.800	93.579	95.227
Valor Adicionado Distribuído	**125.620**	**127.531**	**167.558**	**160.292**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Informações Gerais: A Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial (a "Companhia") e suas controladas têm por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços a terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1.200 Porto Alegre - RS, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa. Diante da situação econômica financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando há vários meses, a Alta Administração tomou algumas medidas para compatibilizar os fluxos financeiros com as suas operações. A Companhia elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a consequente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos. Neste plano operacional, estamos considerando um incremento no faturamento na ordem de 10%, considerando que o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Companhia não possui total domínio. No dia 3 de Julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de Julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências, sob nº 001/1.15-0114361-2 (CNJ: 0163234-77.2015.8.21.0001). Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial. Em 24 de agosto de 2015, foi publicado o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos e no dia 21 de setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial. Em 03 de agosto de 2016, foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, e em 19 de agosto de 2016, foi realizada a primeira Assembleia de Credores, tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença, foi constatado que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembleia Geral convocada para o dia 30 de agosto de 2016. Em 30 de Agosto de 2016, foi aberta a segunda Assembleia Geral de Credores, tendo como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que devido a alterações, foi sugerido e aprovado a suspensão da Assembleia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias, ficando marcada para o dia 07 de novembro de 2016. Em 07 de Novembro de 2016, foi aberta a nova Assembleia de Credores, onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação Judicial. Após a votação, foi aprovado nas Classes I, III e IV, reprovado na Classe II. Em 14 de Novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Em 26 de Outubro de 2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia, permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originalmente perante a Vara de Direito Empresarial Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS e autuando sob nº 001/1.15.01143612-2. A Companhia manterá, durante todo o andamento do processo, sua estrutura de relacionamento com o mercado, de forma que todas as informações e fatos pertinentes à Companhia e ao processo judicial serão divulgados, oportunamente, em atenção à respectiva legislação. Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia e suas controladas, apresentam as propostas de pagamento como segue: **Classe I - Créditos Trabalhistas:** Os valores até R$ 13.000,00 por trabalhador arrolados, serão pagos em dinheiro e sem deságio, com prazo de trinta dias do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano. Os valores acima de R$ 13.000,00 por trabalhador arrolados, serão pagos sem deságio, sendo que, até R$ 13.000,00 em dinheiro e o saldo mediante dação em pagamento de "direitos creditórios judiciais". Os créditos convertidos judicialmente, serão pagos nas mesmas condições acima expostas (suspenso até a liquidação), sem deságio, com rateio de valores da venda de dois imóveis (81.781 e 81.782). O apoiador, com contrato de trabalho vigente, será nas mesmas condições acima expostas, sem deságio com a condição especial de eventuais pagamentos trimestrais em dinheiro, dentro do prazo de doze meses, como recompra de "direitos creditórios judiciais" cedidos aos credores (com recursos oriundos de percentual da receita operacional líquida da controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda.). **Classe II - Créditos com Garantia Real:** Os créditos com garantia real, serão pagos em dinheiro, sem deságio, em parcelas sucessivas, com rateio entre a classe conforme seus créditos, com entrada de R$ 817.309,85. Após doze meses de carência: • 12 parcelas de R$ 136.218,31 cada; • 24 parcelas de R$ 204.327,46 cada; • 12 parcelas de R$ 272.436,62 cada; • 06 parcelas de R$ 340.545,77 cada. **Classe III - Quirografário:** Deságio de 45% sobre o crédito arrolado com dação de "direitos creditórios judiciais". **Classe IV - ME e EPP:** Deságio de 35% sobre o crédito arrolado com dação de "direitos creditórios judiciais". O Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento para os Credores Classe III e Classe IV. **Apoiador Regular:** Para o Apoiador Regular que mantiver fornecimento, concedendo prazo de pagamento e preços competitivos conforme o mercado, da

continua →★

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial

Classe III, concessão de trinta dias para pagamento, com deságio de 35% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de "direitos creditórios judiciais". Para Classe IV, concessão de trinta dias para pagamento, com deságio de 30% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de "direitos creditórios judiciais". Classe III e IV, concessão de 60 dias para pagamento, com deságio de 25% sobre o crédito arrolado e pagamento será dação de "direitos creditórios judiciais". **Apoiador Financeiro:** Para o Apoiador Financeiro, com oferta de serviços e operações financeiras dentro das condições usuais de mercado, será concedido um deságio de 35% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de "direitos creditórios judiciais". **Apoiador Essencial/Relevante:** Para o Apoiador Essencial/Relevante que se enquadrar em critérios de essencialidade e relevância, conforme disposições especificadas no Plano, bem como manter fornecimento com preços competitivos conforme o mercado, deságio de 15% sobre o crédito arrolado e pagamento em dação de "direitos creditórios judiciais". No dia 1º de Setembro de 2017, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul, novo Edital, e em 22 de Junho de 2018, um Edital complementar, conforme demonstrado abaixo. **Resumo dos Valores conforme Edital do Plano de Recuperação Judicial "versus" Contabilidade:**

	Consolidado
Valor Contabilizado	285.235
Valor Edital	455.836
Total Divergências	170.555

Os valores considerados na Recuperação Judicial, processo nº 001/1.15-0114361-2, foram relacionados conforme artigo 7, parágrafo segundo, da Lei nº 11.101/05. Desse modo, são passíveis de alteração conforme julgamento das divergências e habilitações de créditos, a fim de atender o artigo 18 da Lei nº 11.101/05. Assim, as divergências mencionadas no quadro acima, decorrem basicamente de operações entre partes relacionadas, que ainda estão sujeitas às devidas adequações de seus saldos. Resta pendente de julgamento, perante o Superior Tribunal de Justiça, os recursos apresentados por credores (ARESP nº 1367179, pelo Banco BMG, ARESP nº 1316925, pelo Banco do Brasil) contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base para Preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/NBC TGs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Gerais (NBC-TG), bem como as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Consolidação: (a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a.1) Controlada:** Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é totalmente consolidada. Transações entre as empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladora e controlada são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora. Abrangem as demonstrações financeiras da Construtora Sultepa S.A. e das suas controladas, conforme quadro abaixo:

	31.12.2025		31.12.2024	
Sociedade	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Pedrasul Construtora S/A	99,63	–	99,63	–
Sultepa Construções e Comércio Ltda.	99,95	–	99,95	–
Rioest Estacionamentos S/A	–	97,44	–	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda.	–	89,00	–	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda. (*)	–	43,42	–	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda.	–	50,00	–	50,00

A consolidação das demonstrações financeiras foi procedida em consonância com as normas aplicáveis, sendo eliminadas as participações e as transações ocorridas entre as sociedades e destacada a participação dos acionistas não controladores no capital social integralizado da controlada. (*) A Companhia possui preponderância na tomada de decisões sobre esse investimento, embora não tenha a maioria na participação em relação ao patrimônio líquido da investida. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora. **2.3 Conversão em Moeda Estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Empresa e suas controladas e também, a moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.5 Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **2.6 Instrumentos Financeiros:** Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de derivativos. **2.7 Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e executado a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.8 Estoques:** Os estoques da Companhia e suas controladas são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.9 Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia optou na adoção inicial das Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Gerais (NBC-TG), pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas e equipamentos e veículos. **2.10 Propriedade para Investimentos:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. **2.11 Impairment de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **2.12 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes. **2.13 Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **2.15 Provisões:** Geral: provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e solidários: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa e sua controlada nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.17 Capital Social:** As ações do capital são classificadas no patrimônio líquido. **2.18 Reconhecimento da Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e na prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas ligadas. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **2.19 Arrendamento Mercantil (Leasing):** Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, sobre os quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13. **2.20 Informações por Segmento:** A Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões. **2.21 Normas, Interpretações e Alterações de Normas Contábeis:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Gerais (NBC-TG). • IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014. • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. **2.22 Demonstração do Valor Adicionado - DVA:** As Demonstrações do Valor Adicionado - DVA têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, seguindo as disposições contidas na NBC-TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.23 Evento Subsequent conforme NBC TG 24 (R1):** Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas no dia 25 de março de 2026. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** No decorrer do 4º trimestre de 2025, enviamos pedidos de informações de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia, para atender procedimentos obrigatórios de auditoria e até a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos - conta movimento e a Aplicações Financeiras na controladora, classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) na controladora e consolidado, classificados no passivo circulante e não circulante referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Caixa	24	8	24	8
Depósitos bancários	1	1	820	2.541
Aplicações líq. Imediata/Fdo. Investimentos	3	3	840	784
Total	**28**	**12**	**1.684**	**3.333**

5. Clientes:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Governo Federal	–	–	5.541	24.253
Governos Estaduais	–	1.069	24.432	12.406
Governos Municipais	–	586	739	3.845
Clientes Privados	2.977	2.354	7.833	5.089
(–) Prov. Devedores Duvidosos	(1.674)	(3.188)	(5.970)	(7.834)
Total	**1.303**	**821**	**32.575**	**37.759**

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada abaixo e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Saldo no início do período	**(3.188)**	**(3.104)**	**(7.834)**	**(6.503)**
Adições/reversões	1.514	(84)	1.864	(1.331)
Saldo no final do período	**(1.674)**	**(3.188)**	**(5.970)**	**(7.834)**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
A vencer	1.209	478	30.649	18.373
Vencidos até 30 dias	12	229	129	15.883
Vencidos até 60 dias	3	8	140	155
Vencidos até 90 dias	3	49	92	216
Vencidos há mais de 90 dias	1.750	3.245	7.535	10.966
Total	**2.977**	**4.009**	**38.545**	**45.593**

6. Outras Contas a Receber/Créditos a Receber: A Administração da Companhia e suas controladas entende que os valores são plenamente recuperáveis no decorrer do andamento das obras.

			Controladora	
	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Devedores Diversos	–	4	3.642	3.596
Adiantamentos Diversos	6.340	7.622	–	–
Outros Créditos	2.433	2.428	6.705	6.439
Total	**8.773**	**10.054**	**10.347**	**10.035**

			Consolidado	
	Circulante		Não Circulante	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Devedores Diversos	7.422	6.477	4.221	4.005
Adiantamentos Diversos	46.538	25.316	–	–
Outros Créditos	39.342	35.176	7.985	18.140
Total	**93.302**	**66.969**	**12.206**	**22.145**

7. Estoque:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Matéria-prima	869	527	1.034	703
Peças de reposição	122	112	162	150
Combustíveis e Lubrificantes	165	153	707	525
Outros	89	76	125	126
Total	**1.245**	**868**	**2.028**	**1.504**

8. Impostos a Recuperar:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Imposto de Renda e CSLL	1.898	1.094	6.019	3.308
INSS	117	117	4.287	3.569
Outros	96	–	155	43
Total	**2.111**	**1.211**	**10.461**	**6.920**

9. Créditos a Receber - Não Circulante:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Direitos Creditórios União (a)	672.677	629.283	1.495.444	1.400.937
Precatório Sinicon (b)	172.882	161.356	172.882	161.355
Precatórios União (c)	154.854	144.864	154.854	144.864
Precatórios Prefeitura POA (d)	–	–	280	280
Total	**1.000.413**	**935.503**	**1.823.460**	**1.707.436**

a) Créditos a receber - processo Construtora Sultepa S.A. e suas controladas x União Federal (sucessora do DNER): Referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. A seguir, apresentamos as principais informações que tramitam na Justiça: A União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e suas controladas. A Ação Rescisória retromencionada foi julgada procedente pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. A Companhia interpôs embargos infringentes (Recurso Processual) por se tratar de Acórdão (decisão não unânime), que julgou procedente a ação rescisória. Em 26 de fevereiro de 2013, os embargos infringentes foram julgados improcedentes por 4 votos a 3 pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. Como o acórdão foi publicado de forma incompleta, em 10 de abril de 2013, opomos embargos de declaração, com o fim de que o acórdão fosse integralmente publicado. Nessa petição, não foi tratada questão de mérito, mas apenas questão processual (disponibilização da integralidade do acórdão). Assim, as questões relevantes serão tratadas em embargos de declaração a serem opostos após a publicação correta do acórdão. Caso a decisão dos Embargos Infringentes, após o julgamento dos Embargos de Declaração reiterar como procedente a ação rescisória, caberá recurso ao STJ e/ou ao STF. Novamente, a Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda, sendo provável a reversão da decisão de procedência da Ação Rescisória. Os assessores jurídicos sustentam que o julgamento de procedência da Ação Rescisória será revertido com base nos seguintes argumentos: o acórdão unânime que confirmou integralmente a sentença da qual se originou o precatório não violou o literal dispositivo de lei, não sendo cabível ação rescisória, com base no NCPC inciso V do art. 485: houve a decadência da ação rescisória; a impossibilidade de rescisória para novo julgamento da causa mediante reexame de prova; a improcedência dos pedidos formulados na rescisória; o erro de fato deve ser afastado, considerando que houve pronunciamento judicial sobre o fato; e a parcela incontroversa objeto do precatório não pode ser abrangida pela Ação Rescisória, visto que a União expressamente reconheceu a quantia devida após o ajuizamento da Ação Rescisória, implicando evidente redução do pedido rescisório. Acerca do assunto, a Administração encaminhou consulta a dois escritórios de advocacia, os quais corroboraram com os argumentos dos assessores jurídicos. **b) Precatório Sinicon x União Federal:** Referem-se a Precatórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano. Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A Ação Rescisória foi julgada procedente e o SINICON opôs embargos de declaração, que está pendente de julgamento. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Companhia, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. **c) Precatórios a receber da União Federal:** Referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano. A tramitação judicial deste item está mencionada no item (a) logo acima. Conforme descrito nas notas explicativas nº 19 e 22, os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei nº 11.941/2009 e parcelamentos simplificados junto à RFB - Receita Federal do Brasil. **d) Precatórios a receber da Prefeitura Municipal de Porto Alegre:** Refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23 de junho de 2008. Este crédito foi oferecido em garantia de dívidas, que a Controladora possui com a União Federal. A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. também é detentora de precatório desta Prefeitura. **Composição dos Precatórios e Direitos Creditórios oferecidos como garantia/pagamento de dívidas da Companhia e controlada Pedrasul Construtora S.A.:** Os seguintes valores relativos aos créditos a receber - não circulante foram dados como garantias à dívidas existentes e utilizados como pedidos de compensação, através de liminar, para pagamento de tributos federais:

		31/12/2025
Descrição	**Controladora**	**Consolidado**
Direitos Creditórios União (a)	100.337	100.337
Precatório Sinicon (b)	172.882	172.882
Precatórios União (c)	154.854	154.854
Precatórios Prefeitura POA (d)	–	280
Total	**428.073**	**428.353**

a) Garantia concedida aos debenturistas. b) Garantia concedida a credores diversos, instituição financeira e reforço de garantia para debenturistas. c) Parte do valor foi utilizado para pedidos de compensação de parcelas relativas ao parcelamento de tributos - Lei nº 11.941, parcelamentos ordinários, e como garantia concedida a credores diversos, conforme descrito nas notas explicativas 19, 21 e 22. d) Garantia em dívidas com a União Federal. **10. Imóveis Destinados a Venda:** A Administração está analisando propostas de compra para as áreas de terra, sem benfeitorias denominadas de Parobé e Jardim Monte Samkhya da controladora, registrados no Ativo Não Circulante com os valores de R$ 37 e R$ 50 respectivamente, os quais são menores que o valor justo menos a despesa de venda. **11. Partes Relacionadas: a) Saldos com partes relacionadas:**

Controladora - Empresas	Ativo		Passivo	
	Não Circulante		Não Circulante	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Pedrasul Construtora S/A	–	–	11.810	3.699
Sultepa Constr e Com Ltda.	–	–	49.691	57.109
Outros	1	1	–	–
Total	**1**	**1**	**61.501**	**60.808**

Consolidado - Empresas	Ativo		Passivo	
	Não Circulante		Não Circulante	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Sultepa Participações S.A.	54.895	50.551	1	–
Portella Nunes Partic. S.A.	30.149	28.121	–	–
Controle em conjunto	–	216	–	–
Outros	1.932	1.022	4.023	4.270
Total	**86.976**	**79.910**	**4.023**	**4.270**

Os saldos das operações de mútuos são atualizados nos mesmos índices de correção da poupança com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2026. As controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepa Construções e Comércio Ltda., possuem créditos a receber da controladora da Companhia Sultepa Participações S/A e Portella Nunes Participações S.A., no montante de R$ 85.044 classificado no Ativo Não Circulante, cuja realização depende do sucesso de operações futuras. **b) Remuneração do pessoal-chave:** A Companhia e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Benefícios de Curto Prazo (honorários, salários)	247	246	781	781
Total	**247**	**246**	**781**	**781**

continua →★

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial

12. Participações em Controladas e Coligadas: Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir: **Movimentação dos Saldos:**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Participações em controladas/coligadas	675.381	611.539	6.751	6.146
Equivalência Patrimonial	53.618	63.842	(1.056)	605
Saldo	**728.999**	**675.381**	**5.695**	**6.751**

31 de dezembro de 2025			Controladas
Descrição	Pedrasul Constr. S/A	Sultepa Constr. e Com. Ltda.	Sulbrape Constr. Ltda.
Capital social	70.500	91.000	300
Patrimônio líquido ajustado	401.030	325.662	9.413
Resultado do período	32.946	24.419	–
Participação %	99,63	99,95	42,00

Controladas/Coligada	31.12.2025				31.12.2024
Descrição	Pedrasul Const. S.A.	Sultepa Constr. e Com. Ltda.	Sulbrape Ltda.	Total	Total
Saldo inicial	368.745	302.683	3.954	675.381	611.539
Equivalência Patrimonial	30.801	22.817	–	53.618	63.842
Saldo Final	**399.546**	**325.500**	**3.954**	**728.999**	**675.381**

13. Imobilizado - Intangível:

					Controladora
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	**4%**	**11,50%**	**12,02%**	**10%**	**–**
Saldos em 31.12.2024	**66.478**	**5.140**	**3.829**	**437**	**75.885**
Adições/Baixas	–	7	9	55	71
Depreciações	(48)	(24)	(36)	(57)	(165)
Saldos em 31.12.2025	**66.430**	**5.123**	**3.802**	**435**	**75.791**

Consolidado					
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	**4%**	**11,50%**	**12,02%**	**10%**	**–**
Saldos em 31.12.2024	**110.825**	**5.179**	**3.905**	**1.412**	**121.321**
Adições/Baixas	5.000	62	9	(48)	5.023
Depreciações	(81)	(68)	(55)	(72)	(276)
Saldos em 31.12.2025	**115.744**	**5.173**	**3.859**	**1.292**	**126.068**

Intangível	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2024	**–**	**972**
Saldos em 31.12.2025	**4**	**976**

Bens Oferecidos em Garantia:

	31/12/2025	
Descrição	Controladora	Consolidado
Imóveis	66.430	115.744
Máquinas e Equipamentos	5.123	5.173
Veículos	3.802	3.859
Total	**75.355**	**124.776**

a) Bens Reavaliados: As contas de imobilizado incluem R$ 60.762 (R$ 78.572 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações em 31 de dezembro de 2025, não encontrou a necessidade de constituição de provisão. A empresa realizou conferência e avaliação do imobilizado com objetivo de apurar o valor atualizado e/ou de mercado. **b) Direitos de lavra:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem terrenos com direitos de lavra, os quais foram reavaliados, nas datas conforme item acima, considerando a expectativa futura de produção de brita existentes nesta terra, no montante de R$ 65.845 (consolidado - R$ 109.881). Desse saldo, existem terrenos com direitos de lavra que se encontram sem atividades, no montante de R$ 14.746 (consolidado - R$ 30.359).

14. Empréstimos e Financiamentos:

Descrição			Controladora	
			Passivo Circulante	
		Encargos	31.12.2025	31.12.2024
Capital de Giro (a)		CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	–	–
Finame (b)		TJLP + 6% a.a.	288	250
Total			288	250

		Consolidado			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
Descrição	**Encargos**	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	3.212	4.507	–	–
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	288	250	–	–
Leasing (c)	1,36% a.m.	229	222	131	258
Total		**3.729**	**4.979**	**131**	**258**

a) Para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9 e com aval dos diretores. No consolidado, encontram-se vencidos, o valor de 2. **b)** Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, na controladora, o valor de R$ 288. **c)** Leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, no consolidado, o valor de R$ 87. **15. Outros: a) Credores Diversos: Controladora:**

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prestadores de Serviços	6.334	5.470	–	–
Subempreiteiros	602	455	–	–
Transportadores	414	406	–	–
Honorários a Pagar (1)	–	–	141.343	132.225
Outros	266	220	7.839	7.667
Total	**7.616**	**6.551**	**149.182**	**139.892**

Consolidado:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prestadores de Serviços	11.268	10.380	–	–
Subempreiteiros	1.868	1.171	–	–
Transportadores	1.302	974	–	–
Honorários a Pagar (1)	–	–	141.343	132.225
Outros	1.213	298	15.219	15.043
Total	**15.651**	**12.823**	**156.562**	**147.268**

Refere-se à provisão dos honorários profissionais dos assessores jurídicos incidentes sobre os direitos creditórios, conforme descrito na nota explicativa nº 9. **B) Credores Recuperação Judicial:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 e com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia e suas controladas, reclassificaram valores do Passivo Circulante para o Passivo não Circulante. A coligada Sultepa Construções e Comércio Ltda., atribuiu o valor de 87.147 milhões da conta Credores Diversos - Recuperação Judicial para a sua controladora, para quitação de parte do saldo de partes relacionadas existente entre ambas, em razão do Plano de Recuperação Judicial prognosticar todos como integrantes de mesmo grupo econômico. A coligada Sultepa Construções permanecerá solidária ao pagamento deste valor.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Classe I - Trabalhista	12.077	12.077	14.505	14.505
(–) Pgto Classe I	(11.595)	(10.838)	(12.091)	(11.385)
Classe II - Créditos c/Garantia	132.070	132.070	94.448	94.448
Classe III - Créditos Quirografários	182.943	182.943	201.617	201.617
Classe III - Credores c/Privilégios	–	–	–	–
(–) Deságio Classe III - Créditos Quirografários	(68.072)	(68.072)	(68.072)	(68.072)
Classe IV - Micro Empresas/EPP	4.078	4.078	4.149	4.149
(–) Deságio Classe IV - Micro Empresas/EPP	(1.428)	(1.428)	(1.428)	(1.428)
Total	**250.075**	**250.833**	**231.248**	**233.835**

16. Títulos a Pagar: Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os valores de Títulos a Pagar, classificados no Passivo Circulante, foram reclassificados para o Passivo Não Circulante - Credores Diversos - Recuperação Judicial e o pagamento se dará, conforme mencionado na nota explicativa nº 01. **17. Fornecedor:** O saldo com fornecedores, em 31 de dezembro de 2025, na controladora é de R$ 2.548 (consolidado - R$ 5.090). Estão apresentados pelos valores originais, sem provisão de eventual multa e juros, quando da efetiva liquidação. **18. Imposto de Renda e Contribuição Social - resultado do exercício:** O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R$ 240, para imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos. Em 31 de dezembro de 2025, foi registrado no resultado na controladora o valor de R$ 8 e no consolidado, o valor de R$ 15 como tributos diferidos.

				Lucro real
	Controladora		Consolidado	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes dos impostos	90.721	97.792	93.564	98.393
Equivalência patrimonial	(53.618)	(63.842)	–	1
Demais adições/exclusões	(61.513)	(58.359)	(137.864)	(89.096)
Base de cálculo	**(24.410)**	**(24.409)**	**(44.300)**	**9.298**
Imposto de renda e contrib. social corrente	–	–	–	(3.184)
Imposto de renda e contrib. social diferido	8	8	15	23
Total	**8**	**8**	**15**	**(3.161)**

19. Programa de Parcelamento de Tributos: a. Lei nº 11.941/2009: De acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2025 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento. A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei nº 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos. Através do Comunicado Secat/DRF/POA/RS, a controladora, foi excluída das modalidades de parcelamento da Lei nº 11.941/2009, no âmbito da RFB e PGFN, relativo à parte que não foi objeto dos pedidos de compensação com créditos de precatórios, conforme abaixo demonstrado: **Composição dos parcelamentos perdidos:**

	Controladora
Parcelamentos perdidos débitos não previdenciários	97.785
Parcelamentos perdidos débitos previdenciários	78.885
Reversão de Benefícios - Descontos Obtidos	159.743
Total	**336.413**

Composição dos Parcelamentos Atuais	
Passivo Circulante	**Consolidado**
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.290**
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.413**

Parcelas compensadas: Abaixo, demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa nº 9. Contabilmente, a Companhia e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados.

	Controladora	Consolidado
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	44.363	45.676
Parcelas compensadas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	17.240	19.523
Total compensado até 31 de dezembro de 2025	**61.603**	**65.199**

b. Lei nº 10.522/2002: De acordo com a Lei nº 10.522/2002 - artigo 10-A, as controladas Pedrasul Construtora S.A. e a Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em 13 de novembro de 2019, ao parcelamento de Recuperação Judicial, em 86 parcelas, de tributos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos de Parcelamentos Simplificados, de Parcelamentos da Lei nº 12.996/14 e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. No decorrer do período a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., teve a exclusão do parcelamento.

	31/12/2025	31/12/2024
Consolidado	CP	CP
RFB - Débitos Fazendários	805	760
RFB - Débitos Previdenciários	2.218	2.032
PGFN - Débitos Fazendários/Previdenciários	3.235	2.944
(–) Baixas/Transferências	–	–
(–) Pagamentos efetuados	(358)	(358)
Total	**5.900**	**5.378**

c. Parcelamento Excepcional: A Companhia e suas Controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em setembro de 2021 ao parcelamento excepcional junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluindo débitos previdenciários e não previdenciários em 120 parcelas. No decorrer do período, a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., foi excluída do parcelamento.

	31/12/2025		31/12/2024	
Controladora	CP	LP	CP	LP
RFB - Demais Débitos	10.375	424	10.058	437
PGFN - Débitos Previdenciários	7.541	158	7.296	227
(–) Descontos PGFN - Demais Débitos	(3.747)	–	(3.747)	–
(–) Descontos PGFN - Débitos Previdenciários	(2.445)	–	(2.445)	–
(–) Pagamentos PGFN Demais Débitos	(463)	–	(443)	–
(–) Pagamentos PGFN Débitos Previdenciários	(242)	–	(151)	–
(–) Transferência p/LP demais débitos	(2.102)	–	(2.102)	–
(–) Transferência p/LP débitos previdenciários	(2.724)	–	(2.917)	–
(–) Negociação	–	–	–	–
Atualização	368	–	367	–
Total	**6.561**	**582**	**5.916**	**664**

	31/12/2025		31/12/2024	
Consolidado	CP	LP	CP	LP
RFB - Demais Débitos	12.642	424	11.596	–
PGFN - Débitos Previdenciários	17.859	305	11.541	1.024
(–) Descontos PGFN - Demais Débitos	(4.315)	–	(4.052)	–
(–) Descontos PGFN - Débitos Previdenciários	(6.461)	–	(4.225)	–
(–) Pagamentos PGFN Demais Débitos	(585)	–	(520)	–
(–) Pagamentos PGFN Débitos Previdenciários	(1.146)	–	(541)	–
(–) Transferência p/LP demais débitos	(2.895)	–	(2.588)	–
(–) Transferência p/LP débitos previdenciários	(7.392)	–	(4.166)	–
(–) Negociação	–	–	–	–
Atualização	848	–	512	–
Total	**8.555**	**729**	**7.557**	**1.024**

20. Tributos Diferidos: A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no NBCTG 32 (R3) e deliberação CVM 599/2009.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Direito creditório/precatório	737.510	737.510	1.404.083	1.404.083
Reserva de reavaliação	32.236	32.259	54.419	54.442
Ajuste de avaliação patrimonial	6.605	6.605	25.337	25.360
Saldo	**776.351**	**776.374**	**1.483.839**	**1.483.885**
(–) Comp. Prejuízo fiscal	(221.253)	(221.253)	(221.253)	(221.253)
Base de cálculo p/IRPJ e CSLL	555.098	555.121	1.262.586	1.262.632
Alíquota Normal	34%	34%	34%	34%
IRPJ E CSLL	**188.733**	**188.741**	**429.279**	**429.295**
PIS E COFINS	**3.701**	**3.709**	**5.534**	**5.716**
Total	**192.434**	**192.450**	**434.813**	**435.011**

21. Debêntures: Em 02 de Outubro de 2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão, a Companhia apresentou proposta de repactuação compatível com fluxo de caixa atual. Os debenturistas não concordaram e autorizaram ao Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias para recuperação do crédito da comunhão de debenturistas. Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os valores de debêntures, não estão sendo atualizados desde julho de 2015 e foram reclassificados para o Passivo Não Circulante - Credores Diversos-Recuperação Judicial e o pagamento, se dará, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01.

22. Impostos e Contribuições Sociais:

				Controladora
	Circulante		Não Circulante	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto Corrente	**465.464**	**448.945**	**–**	**–**
IRRF	2.584	1.550	–	–
PIS/COFINS	12.358	9.044	–	–
INSS/FGTS	10.808	7.910	–	–
Outros	439.714	430.441	–	–
Parcelado	**10.084**	**8.688**	**3.526**	**4.179**
Não Previdenciário	4.773	4.149	287	421
Previdenciário	4.803	4.106	1.905	2.265
Outros	508	433	1.334	1.493
Total	**475.548**	**457.633**	**3.526**	**4.179**

				Consolidado
	Circulante		Não Circulante	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto Corrente	**529.860**	**499.576**	**–**	**–**
IRPJ/CSLL	–	62.374	–	–
IRRF	6.632	3.909	–	–
PIS/COFINS	24.899	17.444	–	–
INSS/FGTS	39.144	29.001	–	–
Outros	459.185	386.848	–	–
Parcelado	**22.139**	**19.455**	**40.027**	**37.607**
Não Previdenciário	10.968	9.754	476	668
Previdenciário	10.462	8.665	37.289	34.418
Outros	709	1.036	2.262	2.521
Total	**551.999**	**519.031**	**40.027**	**37.607**

23. Provisões: Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis. **Resumo das movimentações dos montantes provisionados:**

Controladora	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	Total
(=) Saldos em 31.12.2024	**14.969**	**19.550**	**–**	**657**	**1.549**	**36.725**
(+) Novos processos/complementos e atualizações	–	–	–	–	–	–
(–) Reversões e pagamentos	–	–	–	–	–	–
(=) Saldos em 31.12.2025	**14.969**	**19.550**	**–**	**657**	**1.549**	**36.725**

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	Total
(=) Saldos em 31.12.2024	**22.703**	**19.550**	**31.880**	**3.219**	**6.402**	**83.754**
(+) Novos processos/complementos e atual. e reversões	–	–	–	–	–	–
(–) Reversões e ajustes	–	–	(135)	–	–	(135)
(=) Saldos em 31.12.2025	**22.703**	**19.550**	**31.745**	**3.219**	**6.402**	**83.619**

Características dos montantes: **Processos cíveis -** referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros. **Processos trabalhistas -** relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial. **Processos tributários -** referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais. **Passivo solidário -** refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Companhia é responsável solidária junto a credores da CP Construções e Participações Ltda., Coparco Participações e Construções Ltda. e Noroesthe Bioenergética S.A. **Provisão para Reflorestamento de Jazida -** Foi constituída no valor de R$ 1.549 na controladora e R$ 6.402 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local. **Provisões perda Possível -** A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão. Em 31 de dezembro de 2025, os processos cíveis, trabalhistas e tributários, considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R$ 664.098 (consolidado R$ 675.301). Com base nas informações de nossa assessoria jurídica, os valores das provisões para contingências existentes em 31 de dezembro de 2025, serão revistos e se for o caso ajustados no decorrer do próximo ano. **24. Operações com Consórcios:** Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Companhia e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por Auditoria Externa, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados, os quais relacionamos a seguir: • **Consórcio Conesul:** a Companhia participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança - CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado. • **Consórcio Construtor do Sul:** a Companhia participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado. • **Consórcio Corredor Padre Cacique**: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade de Porto Alegre/RS. • **Consórcio Sultepa/Pedrasul:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116. • **Consórcio Sultepa/Convap:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 100%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS. • **Consórcio BRT Bento:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT da Av. Bento Gonçalves - trecho entre a Av. Antonio de Carvalho e a Av. Princesa Isabel na cidade de Porto Alegre/RS. • **Consórcio BRT Protásio Alves:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves - trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS. • **Consórcio TBS:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique/Av. Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) - trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS. • **Consórcio Viaduto Pinheiro Borda:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 42,50% na construção do viaduto estaiado da Rua Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS. • **Consórcio Beira Rio:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% entre o complexo Beira Rio e a Av. Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS. • **Consórcio Santa Maria:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 51% na execução de serviços referentes ao Programa CREMA 1ª etapa na Rodovia BR/158 na cidade Santa Maria/RS. • **Consórcio Nova Bento:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 1% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS. • **Consórcio Travessia:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 97% na elaboração de projeto básico e executivo das obras de duplicação, restauração de pista, implantação de ruas laterais e construção de obras de arte especiais. • **Consórcio Crema/Santa Maria:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 31,25% nas obras de Restauração e Manutenção de Rodovias - Crema - na Região de Santa Maria/Cachoeira do Sul. • **Consórcio Cânion Fortaleza:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução de serviços de pavimentação da estrada municipal CS-012, acesso ao Cânion Fortaleza, em Cambará do Sul/RS. • **Consórcio Sultepa/Conpasul:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 50% na execução de serviços de recuperação de pavimentos em diversos logradouros de Porto Alegre/RS. • **Consórcio Nova 118:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 70% na execução de serviços na Rodovia ERS-118, trecho entre BR-116 (Sapucaia do Sul - Entre BR-290 (Gravataí), numa extensão de 1.400 km. • **Consórcio Renova POA:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 50,01% na execução de obras de recuperação estrutural de pavimentos em diversos logradouros de Porto Alegre/RS do Plano de Requalificação de Vias Lote E-03C. • **Consórcio Nova Conexão:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 50% na construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Caí, conforme Edital 006/23 Município de Feliz. **25. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O capital Social autorizado é de R$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R$ 130.000. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
Total	**12.600.000**

b) Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício, nos termos do art.193 da Lei 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de Retenção de Lucros:** Foi constituída, em decorrência da atual situação da companhia, que encontra-se em recuperação judicial, uma reserva de retenção de lucros conforme art. 196 da Lei nº 6.404/76. Na controlada, em 31 de dezembro de 2025 o saldo da Reserva de Retenção de Lucros é de R$ 192.501. **d) Reservas de Reavaliações:** Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados. **e) Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, onde em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 19.377. **26. Dividendos:** Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia. **27. Resultado por Ação:** De acordo com NBCTG 41(R1) - (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Resultado do exercício	53.929	36.800	58.132	39.668
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	7.490	5.110	7.490	5.110
Resultado por ação - básico e diluído	7,20	7,20	7,74	7,74

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **28. Instrumentos Financeiros: a) Gerenciamento de capital:** A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme amplamente divulgado nas notas explicativas nºs 14 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. **b) Práticas contábeis significativas:** os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 2. **c) Categorias dos instrumentos financeiros:** A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativos Financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	28	12	1.684	3.333
Clientes	1.303	821	32.575	37.759
Total	**1.331**	**833**	**34.259**	**41.092**
Passivos Financeiros				
Outros Passivos				
Empréstimos	288	250	3.860	5.237
Total	**288**	**250**	**3.860**	**5.237**

d) Risco de crédito: a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantêm um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **e) Risco de mercado:** Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública. Recentemente, foi criado o RDC - Regime Diferenciado de contratação que se constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC. Uma das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução. Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT - Departamento Nacional de

continua →★

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial

Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra. Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e consequentemente da própria formação dos preços. Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas. Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços. É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional. **f) Risco de liquidez -** Representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debênture. A seguir, são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros, os quais estão apresentados na nota explicativa nº 14 :

Descrição	Controladora		Consolidado	
Instituições Financeiras	**Finame**	**Capital de Giro**	**Finame**	**Leasing**
Vencidos - 31/12/2025	288	2	288	87
A vencer - 31/03/2026	–	3.210	–	36
A vencer - Após 01/04/2026	–	–	–	237
Total	**288**	**3.212**	**288**	**360**

29. Cobertura de Seguros (Não Auditado): A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos e de suas obras. As principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro referem-se a seguro garantia de obras, o que é considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

		Importância Segurada	
Descrição	**Tipo de seguro**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Execução de Obras	Garantia	54.175	40.862
Total		**54.175**	**40.862**

30. Receita Líquida:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Receita Operacional Bruta	**89.061**	**70.255**	**216.860**	**203.532**
Receitas de Obras p/Empreitada	66.786	50.010	155.641	138.677
Receitas com Vendas de materiais	21.421	18.245	29.906	24.662
Receitas com Consórcios	–	–	30.048	37.556
Receita com Locação de Equips.	854	2.000	1.265	2.637
Impostos + Devoluções	**(8.348)**	**(6.899)**	**(16.827)**	**(15.950)**
Receita Líquida	**80.713**	**63.356**	**200.033**	**187.582**

31. Despesas por Natureza: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por Função	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Custos com Obras por Empreiteira	(72.655)	(70.950)	(184.092)	(174.484)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.528)	(6.043)	(16.228)	(13.523)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	30	(205)	1.063	1.895
Total	**(80.153)**	**(77.198)**	**(199.257)**	**(186.112)**

	Controladora		Consolidado	
Despesas por Natureza	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Depreciação e Amortização	(40)	(156)	(77)	(288)
Despesas com Pessoal	(6.908)	(6.865)	(26.140)	(23.301)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros e fretes	(32.753)	(30.526)	(105.906)	(110.594)
Custo dos produtos, das mercadorias e serv. vendidos	(40.382)	(30.480)	(63.379)	(49.381)
Provisões/Reversões de Contingências	77	(130)	1.571	(1.446)
Despesas por Natureza	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(147)	(9.041)	(5.326)	(1.102)
Total	**(80.153)**	**(77.198)**	**(199.257)**	**(186.112)**

32. Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Despesas Financeiras:				
Encargos financeiros s/tributos	(13.597)	(8.616)	(24.553)	(15.679)
Encargos s/financiamentos	(612)	(377)	(1.702)	(1.036)
Juros pagos/apropriados	(5.466)	(4.522)	(943)	(435)
Demais despesas financeiras	(71)	(60)	(221)	(205)
Total	**(19.746)**	**(13.575)**	**(27.419)**	**(17.355)**
Receitas Financeiras:				
Atualização proc. trânsito julgado	55.792	53.944	111.224	107.361
Juros recebidos/apropriados	403	367	7.376	5.707
Descontos obtidos	94	157	897	899
Demais receitas financeiras	–	–	710	313
Total	**56.289**	**54.468**	**120.207**	**114.280**
Resultado Financeiro	**36.543**	**40.893**	**92.788**	**96.925**

33. Compatibilização das Dívidas: Diante da atual situação financeira que a Companhia vem enfrentando, a alta administração implantou em todo o Grupo Econômico, um Planejamento Estratégico com monitoramento de forma ampla em todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo feitos ajustes de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no Planejamento, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo, com destinação de maiores recursos para obras que estão gerando maiores resultados. A Companhia criou um Fluxo de Caixa projetado com reenquadramento de custos e despesas fixas, para adequação ao ponto de equilíbrio com a consequente revisão e redução de todas as despesas por departamento. O Grupo encerrou o ano letivo com efetivo de 416 colaboradores, mantendo apenas benefícios de alimentação, transporte e saúde.

Diretoria

Sergio Mattos - Diretor Presidente, Administrativo Financeiro e Relações com Investidores

Pompilio Vieira Loguércio - Diretor de Obras

Conselho de administração

Pompilio Vieira Loguércio - Presidente do Conselheiro de Administração
Ricardo Thomé da Silveira - Conselheiro
Jaime Barrios da Costa - Conselheiro

Contador

Gilberto Loreno Reis - CRC 52.515/RS

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial -** Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial,** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidados como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade operacional - Recuperação Judicial -** Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1, 15, 16, 21, 28 e nº 33, de que diante da situação econômica e financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando, a Administração elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. No dia 03 de julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências. Em 14 de novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Em 26 de outubro de 2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia, permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originalmente perante a Vara de Direito Empresarial Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS e autuando sob nº 001/1.15. 01143612-2. A Companhia manterá, durante todo o andamento do processo, sua estrutura de relacionamento com o mercado, de forma que todas as informações e fatos pertinentes à Companhia e ao processo judicial serão divulgados, oportunamente, em atenção à respectiva legislação. **Como o assunto foi tratado na auditoria -** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, por amostragem, da implementação dos controles e levantamentos dos itens considerados no Plano de Recuperação Judicial. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações. **Ênfases: Resumo dos valores conforme Edital do Plano de Recuperação "versus" Contabilidade:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1, os valores considerados na Recuperação Judicial foram relacionados conforme artigo 7, parágrafo segundo, da Lei nº 11.101/05. Desse modo, são passíveis de alteração conforme julgamento das divergências e habilitações de créditos, a fim de atender o artigo 18 da Lei nº 11.101/05. Assim, as divergências mencionadas no quadro da referida nota explicativa, no montante de R$ 170.555 mil (Consolidado), decorrem basicamente de operações entre partes relacionadas, que ainda estão sujeitas a devida adequação de seus saldos. Resta pendente de julgamento, perante o Superior Tribunal de Justiça, os recursos apresentados por credores (ARESP nº 1367179, pelo Banco BMG, ARESP nº 1316925, pelo Banco do Brasil) contra a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Créditos a Receber (direitos creditórios e precatórios):** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R$ 1.000.413 mil e consolidados em R$ 1.823.460 mil, em 31 de dezembro de 2025. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. A administração da **Construtora Sultepa S.A.** suportada por parecer de seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda. Parte desses ativos foi dada como garantia de dívidas, R$ 428.073 mil (controladora) e R$ 428.353 mil (consolidado). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Empréstimos e financiamentos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, letra "a", em 31 de dezembro de 2024, para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9 e com aval dos diretores. No consolidado, encontram-se vencidos, o valor de R$ 2 mil. Letra "b", financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, na controladora, o valor de R$ 288 mil. Letra "c", leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, no valor de R$ 87 mil, encontram-se vencidos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Compensações de contribuições sociais e impostos:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e nº 22, de acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2025 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento. A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei nº 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos. Através do Comunicado Secat/DRF/POA/RS, a controladora, foi excluída das modalidades de parcelamento da Lei nº 11.941/2009, no âmbito da RFB e PGFN, relativo à parte que não foi objeto dos pedidos de compensação com créditos de precatórios, conforme demonstrado na nota 19. Das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa Nº 9. Contabilmente, a Companhia e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados. De acordo com a Lei nº 10.522/2002 - artigo 10-A, as controladas Pedrasul Construtora S.A. e a Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em 13 de novembro de 2019, ao parcelamento de Recuperação Judicial, em 86 parcelas, de tributos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos de Parcelamentos Simplificados, de Parcelamentos da Lei nº 12.996/14 e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. No decorrer do período a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., teve a exclusão do parcelamento. A Companhia e suas Controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram em setembro de 2021 ao parcelamento excepcional junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluindo débitos previdenciários e não previdenciários em 120 parcelas. No decorrer do período, a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., foi excluída do parcelamento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos. **Debêntures:** Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 21 e 28, os valores relativos as debêntures registradas no passivo circulante da controladora e do consolidado, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, não estão sendo atualizados desde julho de 2015 e foram reclassificados para o passivo não circulante - credores diversos - Recuperação Judicial, e o pagamento se dará conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Provisões para contingências:** De acordo com a nota explicativa nº 23, com base nas informações da assessoria jurídica da Companhia, os valores das provisões para contingências existentes em 31 de dezembro de 2025 serão revistos e se for o caso ajustados no decorrer do próximo ano. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Operações com consórcios:** Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24, a Companhia e suas controladas, visando aumentar sua capacidade operacional e produtiva em determinadas obras participam de alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por auditoria externa, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Compatibilização das dívidas:** Conforme nota explicativa nº 33, diante da atual situação financeira que a Companhia vem enfrentando, a alta administração implantou em todo o Grupo Econômico, um Planejamento Estratégico com monitoramento de forma ampla em todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo feitos ajustes de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no Planejamento, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo, com destinação de maiores recursos para obras que estão gerando maiores resultados. A Companhia criou um Fluxo de Caixa projetado com reenquadramento de custos e despesas fixas, para adequação ao ponto de equilíbrio com a consequente revisão e redução de todas as despesas por departamento. O Grupo encerrou o ano letivo com efetivo de 476 colaboradores, mantendo apenas benefícios de alimentação, transporte e saúde. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial,** e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial.** Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial** e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de março de 2026

Moreira Associados
Auditores Independentes S/S
CRC RS 004632/O

Diego Rotermund Moreira
Contador - CRC RS 68603
CNAI Nº 1128 - Sócio - Responsável Técnico

BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. - CNPJ nº 05.040.481/0001-82

dll financial solutions partner

www.bancodll.com.br

Relatório da Administração

Prezados senhores: Submetemos à apreciação as Demonstrações Financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com as normas do Conselho Monetário Nacional e com as regulamentações do Banco Central do Brasil. O exercício foi marcado pela entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021 e normativos complementares, que introduziram novo modelo de classificação, mensuração e constituição de perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de crédito totalizava R$ 13,1 bilhões, com provisão total de R$ 1,36 bilhão, refletindo a mensuração das perdas esperadas e incorridas conforme Resolução acima mencionada. O ambiente econômico ao longo do exercício permaneceu desafiador, especialmente no setor agrícola, impactado por eventos climáticos adversos, volatilidade nos preços das commodities e elevado nível de endividamento acumulado no setor. Diante desse cenário, o Banco adotou postura conservadora na gestão da carteira, com monitoramento intensivo das exposições, revisão criteriosa de concessões e priorização da qualidade do crédito. O ritmo de originação foi ajustado de forma seletiva, contribuindo para a preservação de capital e para o fortalecimento da estrutura patrimonial. O aumento de capital aprovado pelos acionistas foi integralmente realizado em dezembro de 2025, com a efetivação do aporte financeiro e o cumprimento dos trâmites regulatórios aplicáveis, tendo seu deferimento concedido pelo Banco Central do Brasil no dia 03 de Março de 2026. Considerando referido aporte, os índices de capital permanecem acima dos mínimos regulatórios vigentes. O ativo fiscal diferido reconhecido decorre substancialmente de provisões para perdas associadas ao risco de crédito e demais diferenças temporárias dedutíveis, estando suportado por estudo técnico de realização elaborado pela Administração, em conformidade com a regulamentação aplicável. O exercício encerrou-se com prejuízo líquido de R$ 499 milhões, refletindo principalmente o aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito. A Administração entende que as medidas adotadas ao longo do período contribuem para a manutenção da solidez patrimonial e para a adequada gestão de riscos da instituição. Para 2026, a Administração entende que o ambiente econômico deverá permanecer desafiador, especialmente nos segmentos com maior exposição ao setor agrícola. Nesse contexto, o Banco manterá postura prudente na gestão de seus ativos, com foco na qualidade da carteira, no monitoramento contínuo do risco de crédito e na disciplina na alocação de capital. A condução dos negócios seguirá pautada por critérios conservadores de originação e provisionamento, observando a evolução do cenário macroeconômico e regulatório. A Administração entende que o nível mais elevado de provisionamento observado em 2025 possui caráter predominantemente prudencial e cíclico. Os índices de capital deverão permanecer acima dos mínimos regulatórios vigentes. A Administração continuará acompanhando de forma contínua as condições de mercado, revisando suas premissas e estratégias sempre que necessário.

Porto Alegre, 27 de março de 2026

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando informado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2025
Circulante		**5.264.849**
Caixa e equivalentes de caixa	4	**88**
Instrumentos financeiros		**5.550.203**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	184.637
Depósitos no Banco central do Brasil	29	229.537
Operações de crédito	6	4.751.973
Operações de arrendamento mercantil	6	322.668
Outros instrumentos financeiros	7	61.388
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		**(374.586)**
Provisão para perdas em operações de crédito	6	(365.600)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	6	(8.986)
Outros ativos	8	**89.144**
Não Circulante		**8.286.760**
Instrumentos financeiros		**8.058.532**
Operações de crédito	6	7.652.206
Operações de arrendamento mercantil	6	406.326
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		**(989.046)**
Provisão para perdas em operações de crédito	6	(973.489)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	6	(15.557)
Ativo fiscal diferido - Créditos tributários	16b	**1.140.798**
Investimentos	9	**59.254**
Imobilizado de uso (líquido de depreciação acumulada)		**8.669**
Intangível (líquido de amortização acumulada)		**8.553**
TOTAL		**13.551.609**

PASSIVO	Nota	31/12/2025
Circulante		**4.475.397**
Instrumentos financeiros e depósitos		**4.394.799**
Depósitos	10	1.641.105
Recursos de aceites e emissões de títulos	11	310.591
Obrigações por empréstimos no exterior	12	151.004
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	13a	1.381.461
Obrigações por repasses do exterior	13b	417.815
Instrumentos financeiros derivativos	5	43.188
Arrendamento		15.195
Dívidas subordinadas	14	434.440
Fiscais e previdenciárias	15a	**10.919**
Outros passivos	15b	**69.679**
Não Circulante		**7.987.986**
Instrumentos financeiros e depósitos		**7.782.264**
Depósitos	10	580.204
Recursos de aceites e emissões de títulos	11	2.470.837
Obrigações por empréstimos no exterior	12	399.772
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	13a	2.902.966
Obrigações por repasses do exterior	13b	1.122.298
Rendas Diferidas	18	306.187
Passivo fiscal diferido - créditos tributários	16b	**183.741**
Provisão para processos fiscais e trabalhistas		**21.981**
Patrimônio Líquido	19	**1.088.226**
Capital:		
De domiciliados no país		1.609.952
De domiciliados no exterior		48
Aumento de capital		229.537
Prejuízos acumulados		(751.311)
TOTAL		**13.551.609**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações

Demonstrações de Resultado
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando informado de outra forma)

	Nota	2º semestre/ 2025	Exercício 2025
Receitas de intermediação financeira		**854.410**	**1.645.822**
Operações de crédito		811.097	1.596.317
Operações de arrendamento mercantil		66.505	124.913
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		13.655	28.626
Resultado com instrumentos financeiros	5	(36.847)	(104.034)
Despesas de intermediação financeira		**(1.459.919)**	**(2.284.811)**
Operações de captação no mercado		(322.162)	(604.084)
Operações de empréstimos e repasses		(241.650)	(381.472)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6g	(896.107)	(1.299.255)
Resultado bruto de intermediação financeira		**(605.506)**	**(638.989)**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(138.649)**	**(278.864)**
Receitas de prestação de serviços	20	877	1.651
Despesas de pessoal	21	(46.918)	(96.746)
Outras despesas administrativas	22	(104.053)	(196.960)
Despesas tributárias	27	(25.656)	(53.884)
Resultado de participações em controlada	9	3.577	5.690
Outras receitas operacionais	23	43.510	77.791
Outras despesas operacionais	23	(9.986)	(16.406)
Resultado operacional		**(744.158)**	**(917.853)**
Resultado não operacional	28	**294**	**949**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(743.864)**	**(916.904)**
Imposto de renda e contribuição social		**338.945**	**417.728**
Provisões para imposto corrente		2.466	2.466
Ativo fiscal diferido	16a	336.479	415.262
(Prejuízo) do semestre/exercício		**(404.919)**	**(499.176)**
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		**1.610.000**	**1.610.000**
(Prejuízo) por ação - R$		**(0,25)**	**(0,31)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando informado de outra forma)

	Nota	Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 30/06/2025		**1.610.000**	**(346.393)**	**1.263.607**
Aumento de capital social		229.537*	–	**229.537***
Prejuízo líquido do semestre		–	(404.919)	**(404.919)**
Saldos em 31/12/2025		**1.839.537**	**(751.311)**	**1.088.226**
Mutações do semestre		**229.537***	**(404.919)**	**(175.382)**
Saldos em 31/12/2024		**1.610.000**	**(170.731)**	**1.439.269**
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		–	(81.405)	**(81.405)**
Saldos em 01/01/2025				**1.357.864**
Aumento de capital social		229.537*	–	**229.537***
Prejuízo líquido do exercício	18d	–	(499.176)	**(499.176)**
TOTAL		**1.839.537**	**(751.311)**	**1.088.226**
Mutações do exercício		**229.537***	**(580.581)**	**(351.044)**

**Aumento de capital realizado em dezembro de 2025 e deferido pelo Banco Central do Brasil no dia 03 de Março de 2026 (vide nota explicativa 29).*

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações

Demonstrações do Resultado Abrangente
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando informado de outra forma)

	2º semestre/2025	Exercício 2025
(Prejuízo) do semestre/exercício	(404.919)	(499.176)
Total	**(404.919)**	**(499.176)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando informado de outra forma)

	Nota	2º semestre/ 2025	Exercício 2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro líquido do exercício		**(404.919)**	**(499.176)**
Ajustes ao lucro líquido			
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		896.107	1.217.851
Depreciações e amortizações	22	681	1.383
Provisão para passivos contingentes	17	(8.240)	(8.404)
Variação créditos tributários	16	(336.479)	(415.262)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(2.466)	(2.466)
Resultado de participações em coligadas e controladas	9	(3.577)	(5.690)
Resultado com instrumento financeiro	5	(36.847)	(104.034)
Lucro líquido ajustado		**104.260**	**184.202**
Redução nos ativos operacionais		**28.460**	**1.217.878**
Variações Patrimoniais			
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		(2.315)	132.059
(Aumento)/redução em depósitos no Banco central		(229.537)	125.461
Redução em operações de crédito		353.438	1.116.003
(Aumento) em operações de arrendamento mercantil		(31.573)	(65.566)
Redução/(aumento) em outros ativos financeiros		5.430	(21.204)
(Aumento) em outros ativos		(66.983)	(68.875)
(Aumento) nos passivos operacionais		**(320.834)**	**(1.585.602)**
Variações Patrimoniais			
Aumento/(redução) em depósitos		34.768	(479.233)
Aumento em recursos de emissão de títulos		285.727	224.918
(Redução) em repasses no país		(491.906)	(820.026)
(Redução) nos empréstimos e repasses do exterior		(124.424)	(410.998)
(Redução) dívidas subordinadas		(11.457)	(54.471)
(Redução) rendas diferidas		(27.544)	(73.079)
Contingências (utilizadas)		(2.391)	(4.689)
Aumento em outras obrigações		34.213	49.796
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.820)	(17.820)
Caixa (Utilizado nas) Operações		**(188.114)**	**(183.522)**
Fluxos de Caixa (Utilizado nas) Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		(15.587)	(15.754)
Caixa (Utilizado nas) Atividades de Investimento		**(15.587)**	**(15.754)**
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Aumento de capital		229.537	229.537
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		**229.537**	**229.537**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**25.836**	**30.261**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do período		158.889	154.464
Fim do período		184.725	184.725
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**25.836**	**30.261**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco DLL" ou "Banco") foi constituído em 6 de março de 2002, na cidade de Porto Alegre - RS e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "BCB") em 3 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002. O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, com forte presença no segmento primário e foco em apoiar o desenvolvimento e a modernização da produção agrícola. Além disso, atua nos segmentos de Equipamentos de Informática e Softwares - "Technology Solutions", voltado ao financiamento de máquinas e equipamentos para escritório e licenças de software; Equipamentos Médico-Hospitalares - "Healthcare", que financia equipamentos médico-hospitalares; e Construção e Transporte - "Construction, Transportation and Industrial", destinado a máquinas-ferramentas, movimentação de materiais e equipamentos para a indústria de construção e logística. Complementarmente, em 11 de fevereiro de 2016, foi constituída a DLL Corretora de Seguros Ltda., que tem como objetivo a prestação de serviços de corretagens em todos os ramos de seguros, consultoria e serviços técnicos de corretagem, como prestação de assistência e administração de carteira de seguros. **Impactos climáticos:** O Banco DLL realiza tradicionalmente um processo de monitoramento contínuo de sua carteira, com base na classificação do risco de integridade dos clientes. A cada revisão, é realizada uma análise completa do risco de integridade, abrangendo diversos requisitos, destacando-se o risco de imagem, reputacional, regulatório, entre outros. Risco de integridade "alto" requer revisão anual, "médio" a cada três anos e risco de integridade "baixo" a cada cinco anos. Diante da elevada importância às questões socioambientais, o Banco DLL conduz um monitoramento que envolve a coleta de informações via satélite de desmatamento e lista de trabalho escravo, conforme previsto na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) da instituição. Ou seja, caso um cliente, na fase de contração, não apresente irregularidades, mas venha a figurar posteriormente em uma lista restritiva (como, por exemplo, IBAMA ou trabalho escravo), a revisão para uma nova classificação do risco de integridade é antecipada. Importante mencionar que a avaliação da irregularidade também compreende a análise de documentos mitigantes, dentre os quais destacamos: PRAD[1], PRA[2], TAC[3], TC[4], ASV[5] ou qualquer outro documento que demonstre a regularização ou regularidade do ato. Esses documentos devem estar em conformidade com as condições estabelecidas pelo BNDES na Circular BNDES nº 76/2023, que entrou em vigor em 10/03/2024, assim como com o Código Florestal, conforme as alterações introduzidas pela Lei nº 14.595/2023. Esta lei determina, no parágrafo 8º do art. 59, que, a partir da assinatura do termo de compromisso e durante a vigência do PRA, o proprietário ou possuidor de imóvel rural estará em processo de regularização ambiental, conforme previsto nesta legislação. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN n° 4.943 e n° 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, com um olhar apurado para o gerenciamento de riscos associados às questões ambientais e sociais além de uma PRSAC. É importante destacar a publicação da Lei nº 14.904, de 2024, que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas. Essa norma, publicada em 27 de junho de 2024, busca reduzir a vulnerabilidade e a exposição a riscos nos sistemas ambiental, social, econômico e de infraestrutura, enfrentando os efeitos adversos das mudanças climáticas. O Banco DLL tem se posicionado de maneira proativa diante dos desafios climáticos, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade e a resiliência do setor agrícola. As políticas do Banco DLL estão alinhadas às diretrizes da Lei nº 14.904 e busca apoiar os produtores rurais por meio de soluções financeiras sustentáveis que atendam às suas necessidades específicas. O objetivo da instituição é manter uma carteira de crédito de qualidade, atenta às oportunidades e limitações de cada produtor. As instituições financeiras do setor agrícola, de modo geral, enfrentam desafios contínuos, como riscos climáticos, volatilidade nos preços das commodities, dificuldades relacionadas a crédito e financiamento, além de infraestrutura inadequada. Para fomentar um crescimento sustentável, será cada vez mais necessário adotar práticas ecológicas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emitidas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BCB. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020, a qual estabelece os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A demonstração financeira referente ao exercício de 2025, elaborada conforme o padrão contábil "Cosif", não apresenta informações comparativas de período anterior, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN n° 4.966/2021.As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização do imposto de renda e contribuição social diferidos e provisão para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas acerca dos itens descritos acima, pelo menos semestralmente.

Em 27 de março de 2026, a Diretoria Executiva, atendendo recomendação do Comitê de Auditoria, aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico no qual a entidade atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, sendo essa a moeda funcional e de apresentação do Banco. **c. Alterações nas políticas contábeis:** As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, exceto nos casos indicados no item "d" dessa nota. **d. Normas contábeis emitidas recentemente aplicáveis ou a serem aplicadas em exercícios futuros: d.1) Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021:** A Resolução trata dos princípios e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, além de abordar a definição e o reconhecimento das operações de proteção (hedge accounting) pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central. O objetivo é alinhar as normas contábeis do Cosif aos padrões internacionais, reduzindo eventuais divergências e assimetrias. Os critérios contábeis definidos pela norma foram adotados de forma prospectiva, e os impactos dos ajustes foram registrados diretamente na conta de ajustes de exercícios anteriores em 1º de janeiro de 2025, já considerando os efeitos tributários correspondentes. A Resolução BCB nº 352/2023 complementa a Resolução CMN nº 4.966/2021, abordando sobre os critérios contábeis para classificação dos instrumentos financeiros bem como a designação e o reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge). **(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros:** A classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros a partir da Resolução CMN nº 4.966/2021 passa a ter como fundamentos básicos o modelo de negócio adotado pela instituição na gestão dos instrumentos financeiros, bem como nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo. **- Modelo de negócio:** O modelo de negócio refere-se à maneira pela qual a instituição administra seu ativo financeiro para geração de fluxos de caixa. Ao determinar seu modelo de negócio a instituição tem os seguintes objetivos: (a) manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, (b) manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais bem como a venda do ativo; (c) manter os ativos para negociação. Para os itens (a) e (b) deve-se aplicar o teste de somente pagamento de principal e juros (SPPJ). - **Teste SPPJ:** Esse teste tem como objetivo determinar a classificação contábil dos ativos e avaliar os termos contratuais dos mesmos para determinar se os fluxos de caixa se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. A norma estabelece três categorias de classificação para os ativos financeiros: - **Custo amortizado (CA):** Os fluxos de caixa contratuais do ativo são somente pagamento de principal e juros e o objetivo do modelo de negócio da instituição é somente o recebimento dos respectivos fluxos de caixa contratuais. **- Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA):** Os fluxos de caixa contratuais do ativo são somente pagamento de principal e juros e o objetivo do modelo de negócio da instituição é gerar retorno com o recebimento dos respectivos fluxos de caixa contratuais bem como com a venda do ativo com a transferência dos riscos e benefícios. **- Valor justo no resultado (VJR):** São os ativos que não atendem os critérios de classificação mencionados anteriormente não sendo classificados nessas categorias. De forma geral, os fluxos contratuais do ativo não possuem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando o objetivo do modelo de negócios da instituição é realizar fluxos de caixa pela venda de ativos. A instituição entende que as definições trazidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 não apresentaram impacto significativo na mensuração desses ativos financeiros que com base nas normas anteriores eram mensurados pelo custo amortizado e continuam sendo mensurados da mesma forma. **(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A Resolução CMN nº 4.966/2021 trouxe um novo modelo de cálculo para a perda esperada da carteira de crédito. As instituições financeiras devem considerar para determinar a provisão para perda de crédito evidências objetivas de impairment bem como incorporar elementos macroeconômicos em seu modelo como variação da taxa de juros, inflação, entre outros, que possam impactar na determinação da mesma, trazendo assim mais alinhamento com as normas internacionais. O modelo de cálculo introduzido pela resolução estabelece a alocação dos instrumentos financeiros em três estágios, sendo eles: **- Estágio 1:** Operações em curso normal, ou seja, os ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentaram problemas de recuperação de crédito, com atraso inferior ou igual a 30 dias. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de default para os próximos 12 meses. **- Estágio 2:** Operações que apresentaram aumento significativo no risco de crédito em relação a sua alocação original. Os ativos enquadrados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias do pagamento do principal ou de encargos ou algum outro fator de aumento significativo do risco tal como clientes considerados de setores vulneráveis. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade desse ativo se tornar um problema de recuperação de crédito até o final da vida do mesmo. **- Estágio 3:** Operações em default (ativos problemáticos) são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito que apresentam algum dos seguintes critérios: atraso de pagamento superior a 90 dias; medidas judiciais restritivas; reestruturação; renegociação; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas sem que seja necessário recorrer a garantias. Ainda, a aplicação dos critérios acima ocorre para todo o grupo econômico (regra de arrasto). A perda esperada é calculada considerando que o instrumento se caracteriza como um problema de recuperação de crédito. A Resolução BCB nº 352/2023 traz a metodologia completa para apuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Tal metodologia aborda conceitos de default e respectivas aplicações ao portfólio, além da mensuração da perda esperada com metodologias associadas como o aumento significativo do risco de crédito, classificação em estágios e demais tópicos. O incremento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito na adoção inicial da norma foi de R$ 97.018, líquido de efeitos fiscais, conforme abertura do ajuste demonstrado no item (vii). **(iii) Taxa efetiva de juros:** Para cálculo da taxa efetiva de juros, é considerado o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo todos os termos contratuais que fazem parte do instrumento financeiro, como taxa de juros, prêmios, descontos e outros custos de transação. O Banco adotou a metodologia diferenciada para as operações de crédito classificadas como custo amortizado, aplicando-a prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2025, assim, os custos de transação e os valores recebidos serão incorporados aos instrumentos financeiros quando esses forem materiais em relação ao valor do contrato. **(iv) Interrupção do reconhecimento de juros:** A Resolução CMN nº 2.682/1999 estabelecia que não era permitido o reconhecimento de receitas e encargos de qualquer natureza, no resultado, referente às operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias do pagamento de alguma parcela. A Resolução CMN nº 4.966/2021 não permite o reconhecimento dessas receitas e encargos para os ativos financeiros classificados no estágio 3. **(v) Hedge accounting:** Conforme o art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021, fica facultada para 1º de janeiro de 2027 a redefinição das operações de hedge. A instituição aplicará os requerimentos atribuídos pela norma somente a partir da data mencionada. **(vi) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados:** Conforme art. 71-A da Resolução CMN nº 4.966/2021, fica facultada o uso da taxa de juros efetiva repactuada para apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026.

(vii) Adoção inicial - Conciliação do Patrimônio Líquido	**Banco Múltiplo**
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	**1.439.269**
Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquido de efeitos fiscais	
Classificação e mensuração de ativos financeiros	15.613
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(97.018)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	**1.357.864**

d.2) Resolução CMN nº 4.975 de 16 de dezembro de 2021: A Resolução estabelece critérios contábeis para operações de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As operações de arrendamento são demonstradas pelo método financeiro ao valor das contraprestações a receber e do valor residual garantido, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento, e descontadas ao valor presente. As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas são apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84. Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "valores residuais e realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. O prejuízo ao final do contrato, apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento. O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais. A constituição das perdas esperadas para as operações de arrendamento mercantil levam em consideração as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 já mencionadas no item 'd.1' anteriormente. **d.3) Lei nº 14.467 de 16 de novembro de 2022:** A Lei nº 14.467/2022 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. Tal lei busca uma convergência entre as normas contábeis e fiscais com o objetivo de reduzir as diferenças que acabam gerando um reconhecimento e contabilidade de ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. Até 31/12/2024 com a Lei nº 9.430/1996, a determinação da dedutibilidade das perdas incorridas nas operações de crédito estava vinculada a critérios de dias de atraso, montante, existência ou não de garantia e adoção dos procedimentos de cobrança. A partir de 1º de janeiro de 2025 com a nova resolução, considera-se inadimplida a operação com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos e o valor da perda incorrida será calculado a partir da aplicação de fatores crescentes conforme o tempo de atraso no pagamento. As instituições poderão deduzir da

continua →★

[1] PRAD: Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.
[2] PRA: Programa de Regularização Ambiental.
[3] TAC: Termo de Ajustamento de Conduta.
[4] TC: Termo de Compromisso.
[5] ASV: Avaliação de Sinais de Vulnerabilidade.

continuação

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 do BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido as perdas incorridas no recebimento de créditos referentes às operações inadimplidas e referente a operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial. As perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas a créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, cujas perdas não foram deduzidas até aquela data e não tenham sido recuperadas, somente poderão ser deduzidas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 avos para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está respaldada em estudo técnico elaborado referente ao exercício de 2025 considerando os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas segundo a legislação. **d.4) Resolução CMN nº 5.185 de 21 de novembro de 2024:** A Resolução traz alterações e consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Principal ponto trazido por essa resolução é que a partir do exercício de 2028 a instituição deverá divulgar os relatórios de informações financeiras referentes à sustentabilidade como parte integrante das demonstrações financeiras consolidas anuais. **d.5) Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração,comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3. Descrição das principais práticas contábeis: Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração de resultados:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e são contabilizadas pelo critério *"pro-rata temporis"*, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes e aplicações interfinanceiras cujos vencimentos na data de originação sejam iguais ou inferiores a 90 dias. **c. Instrumentos financeiros:** A classificação, reconhecimento e mensuração passa a ter como base o modelo de negócios adotado pela instituição para gestão desses instrumentos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado. **c.1) Ativos financeiros:** O Banco avaliou as modalidades de produtos financeiros (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) que constam no portfólio e são oferecidos aos seus clientes (pessoa física e pessoa jurídica), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa conforme previsto no Art. 4 da Resolução CMN 4.966, além do objetivo da Diretoria da instituição (modelo de negócio) para esses produtos. Com isso, o objetivo da instituição é manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuam sendo classificados pelo custo amortizado. Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo adicionado aos custos de transação e assim avaliados, posteriormente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e encargos são contabilizados de acordo com o regime de competência, sendo adicionado ao valor do principal. O valor do ativo é reduzido pelas amortizações e pelo valor das perdas esperadas. A instituição utiliza a metodologia diferenciada na mensuração dos ativos financeiros classificados como custo amortizado. Tal metodologia consiste na: - apropriação de receitas no resultado do período, "*pro rata temporis"*, por ocasião dos balancetes e balanços considerando a taxa de juros contratual original; - apropriação de receitas e despesas relativas ao custo de transação e demais valores recebimentos na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, de acordo com as características do contrato. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco, como aplicações interfinanceiras de liquidez, possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Não foram identificados impactos significativos ou necessidade de alteração nas classificações já realizadas até 31 de dezembro de 2024. As categorias que são mensuradas ao custo amortizado de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros), continuam sendo mensuradas da mesma forma. **(i) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros e deduzido das perdas esperadas quando aplicável. **(ii) Operações de crédito:** São as operações de empréstimos e financiamentos, demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas de forma proporcional a um determinado período até a data do balanço. O valor contábil da carteira de crédito é reduzido pelas perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que são estimativas da administração quanto as perdas esperadas da carteira. A instituição não reconhece receita de qualquer natureza referente as operações que possuem problema de recuperação de crédito (ativo problemático), vencidas há mais de 90 dias, sendo reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas. O reconhecimento de receitas é realizado quando a operação de crédito deixa de ser caraterizada como um ativo problemático. **(iii) Cessão de crédito:** A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que as operações de créditos e outras operações com característica de concessão de crédito devem ser classificadas na categoria de custo amortizado, com exceções com base no art. 4º da resolução. Os ativos financeiros adquiridos, com retenção substancial de risco e benefícios são registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo, na rubrica de Outros Créditos, como direito a receber da instituição cedente, pelo seu valor de aquisição, sendo as receitas apropriadas pelo prazo remanescente da operação. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Tais instrumentos são classificados na categoria de valor justo no resultado. De forma geral, são mensurados nessas categorias os ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a administração tem como objetivo realizar fluxo de caixas pela venda desses ativos. **c.2) Passivos financeiros:** A regra geral para classificação dos passivos financeiros das entidades é na categoria de custo amortizado, com exceções conforme art. 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021. Após o reconhecimento inicial são ajustados pelo método da taxa efetiva de juros. De acordo com a resolução, é vedada a reclassificações de passivos financeiros. **(i) Garantias financeiras prestadas:** Os avais e fianças são considerados como garantias financeiras pela Resolução CMN nº 4.966/2021. Isso significa que a instituição que presta a garantia pode ser obrigada a efetuar pagamentos caso o devedor não cumpra com sua obrigação. As garantias não honradas e prestadas pela Instituição, não constituídas por dinheiro, são registradas em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião do Balanço. Tais operações são avaliadas quanto ao risco de crédito e estão sujeitas à constituição de perdas esperadas com base na Resolução CMN nº 4.966/2021. **d. Provisão para perda esperada:** Outra alteração relevante trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021 refere-se ao cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. As perdas devem ser apuradas com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco observa os níveis de provisão estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023 para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações correspondem no mínimo ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na Resolução BCB nº 352/2023, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por essa Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo. A metodologia utilizada pela instituição é a completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros. O modelo de cálculo para perda esperada define a classificação dos ativos financeiros em três estágios: **- Estágio 1:** Operações em curso normal, ou seja, os ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentaram problemas de recuperação de crédito, com atraso inferior ou igual a 30 dias. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de default para os próximos 12 meses. **- Estágio 2:** Operações que apresentaram aumento significativo no risco de crédito em relação a sua alocação original. Os ativos enquadrados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias do pagamento do principal ou de encargos ou algum outro fator de aumento significativo do risco tal como clientes considerados de setores vulneráveis. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade desse ativo se tornar um problema de recuperação de crédito até o final da vida do mesmo. **- Estágio 3:** Operações em default (ativos problemáticos) são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito que apresentam algum dos seguintes critérios: atraso de pagamento superior a 90 dias; medidas judiciais restritivas; reestruturação; renegociação; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas sem que seja necessário recorrer a garantias. Ainda, a aplicação dos critérios acima ocorre para todo o grupo econômico (regra de arrasto). A perda esperada é calculada considerando que o instrumento se caracteriza como um problema de recuperação de crédito. A resolução traz o conceito de arrasto, onde a instituição quando um instrumento financeiro for alocado no terceiro estágio, deverá alocar todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte para o terceiro estágio. Fica admitida, em caráter de excepcionalidade, a não realocação do instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito. O estágio dos instrumentos é revisto periodicamente, uma vez que a resolução permite a realocação em primeiro estágio caso o ativo deixe de ser caracterizado como um ativo com problema de recuperação de crédito ou tenha representado redução do risco de crédito a um nível semelhante àquele que foi alocado no reconhecimento inicial. A instituição considera informações qualitativas, modelos de cálculo e cenários macroeconômicos para estimativa das perdas esperadas das operações de crédito. Os valores projetados consideram essas premissas e também análises de julgamento. As principais variáveis macroeconômicas são o PIB, taxa Selic, taxa de câmbio, indicador de atividade econômica e índices de desemprego. **(i) Variação do risco de crédito:** A alocação do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. Os critérios de alocação dos instrumentos financeiros para o segundo estágio englobam exposições com atrasos superiores ou igual a 30 dias, existência de reestruturações e renegociações de obrigações da contraparte, elevação da probabilidade de inadimplência e caracterização julgamental de aumento de risco indicado pela administração. **(ii) Operações renegociadas:** Instrumentos decorrentes de acordo que implique em alterações das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da obrigação original. **(iii) Operações reestruturadas:** Instrumentos decorrentes de renegociações que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da sua deterioração de crédito, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse essa deterioração. Definição de reestruturação pela administração refere-se a uma nova formalização, gerada com novas garantias ou aquelas vinculadas anteriormente as operações originais. O entendimento é que clientes com reestruturações devem ser considerados como ativo problemático. O conceito de reestruturação do Banco Central, que considerada a operação de crédito como ativo problemático, é similar ao conceito de *Forbearance* do IFRS 9, onde determina que concessões significativas alinhadas a incapacidade financeira devem ser alocadas como ativo problemático. A administração avalia dados financeiros, tipo de safra, perfil do cliente, histórico de pagamento, *probability of default (PD)* original e corrente, comportamento de renegociações recorrentes para determinar a incapacidade financeira. **(iv) Não cumprimento das obrigações contratuais:** Os critérios para marcação de ativo problemático no portfólio da instituição englobam as exposições das operações com atrasos superiores a 90 dias, medidas judiciais restritivas, reestruturação, incapacidade financeira, descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte, instrumento negociado com desconto significativo, instrumentos em processo de cura. **(v) Cálculo da perda esperada:** Após a definição dos estágios dos ativos financeiros, o cálculo da perda esperada leva em consideração: **- Probabilidade de perda (PD - *Probability of Default*):** Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo problemático, considerando prazo esperado do instrumento financeiro e situações macroeconômicas corrente e previsões. **- Perda dada uma inadimplência (LGD - *Loss Given Default*):** Perda efetiva das operações que entram em *default*. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor em relação ao valor exposto ao risco no momento da inadimplência. É constituída com base na expectativa de recuperação do instrumento financeiro considerando custo de recuperação do instrumento, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, situação econômica corrente e previsões. **- Exposição em caso de perda (EAD - *Exposure at default):*** Reflete o saldo exposto no momento da inadimplência, e considera valor contábil bruto dos ativos financeiros e valor presente. A modelagem da provisão para perda esperada de crédito deve contemplar aspectos regressivos, através da experiência da instituição, e prospectivos, incorporando fatores macroeconômicos que possam impactar a estimativa dessas perdas. Para cada estágio a provisão deve corresponder a um nível de perda esperada conforme probabilidade de o ativo entrar em default e de recuperação, conforme modelagens de PD e LGD. **- Primeiro estágio:** A provisão deve corresponder à perda esperada apurada, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses. **- Segundo estágio:** a provisão deve corresponder à perda esperada, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro. **- Terceiro estágio:** a provisão deve corresponder à perda esperada, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito. A provisão considera a PD 100% devido ao cliente estar inadimplente ou com demais indicativos de ativo problemático. **(vi) Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** A Resolução BCB nº 352/2023 determina a observância de níveis de provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito no caso de ativos inadimplidos (ativos com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. A perda incorrida é um componente da perda esperada, onde se é determinada pelo montante total de provisão de um contrato. Os registros de provisão de perda incorrida e perda esperada são realizados de forma segregada. O nível de provisão é determinado considerando a aplicação dos percentuais definidos na resolução sobre o valor contábil bruto do ativo, observados os períodos de atraso e as carteiras. Os níveis de provisão são classificados por carteiras de C1 a C5 onde o balizador são as garantias atreladas aos contratos. **e. Baixa de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros da instituição devem ser baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem ou o ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar como baixa. Em virtude das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o ativo financeiro deve ser baixado quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor, ou seja, sem potencial de produzir benefício futuro. Os passivos financeiros devem ser baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta. **f. Tributos:** As provisões para imposto de renda são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e para a contribuição social sobre o lucro líquido na alíquota de 20% conforme legislação fiscal. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 4.842/2020 que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: (i) apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e (ii) ter expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. De acordo com a Lei nº 14.467/2022, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser deduzidas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 avos para cada mês de período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026, sendo permitida a opção até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as referidas deduções, à razão de 1/120 avos para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Ainda segundo a lei mencionada, não é permitido deduzir as perdas incorridas relativas ao exercício de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. As perdas não deduzidas devem ser adicionadas aos saldos das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida em lei e citada anteriormente. Referente ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o regime tributário adotado pelo Banco é o Não-Cumulativo com as seguintes alíquotas: PIS (0,65%) e Cofins (4%) aplicadas às receitas operacionais e outras receitas. Em relação ao Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN), a alíquota aplicável é de 5%. **g. Investimentos:** O Banco possui investimento em controlada, o qual está avaliado pelo método da equivalência patrimonial. O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do Banco nos lucros ou prejuízos do período ou exercício gerados pela investida após a aquisição. A participação no lucro ou prejuízo do período ou exercício da controlada é reconhecida no resultado do período ou exercício do Banco. As distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento. Nas demonstrações financeiras individuais do Banco as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. O investimento está localizado no Brasil conforme demonstrado abaixo:

Companhia	Natureza	País	31/12/2025
DLL Corretora de Seguros Ltda.	Controlada	Brasil	99,99%

A participação em controlada é registrada e atualizada através do método de equivalência patrimonial. **h. Ativo imobilizado:** O imobilizado de uso é depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **i. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros:** O ativo imobilizado e o intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **j. Operações de arrendamento mercantil:** Direito de uso: Reconhecimento de contratos na posição de arrendatário. Ainda em conformidade com o IFRS 16, contratos nos quais a instituição figura como arrendatária geram o reconhecimento de: Ativo de direito de uso, representando o direito econômico de utilizar o bem; e Passivo de arrendamento, representando as obrigações futuras de pagamento. **Arrendamento Arrendatário:** nas operações em que o DLL figura como arrendatário, temos o aluguel das sedes do Banco, aluguel dos veículos disponibilizados aos colaboradores e alguns aluguéis de softwares. Para esses contratos, registramos o direito de uso dos ativos conforme vigência contratual, em contrapartida a um passivo de arrendamento que é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontado pelas taxas de mercado. O ativo é depreciado pelo prazo do contrato, enquanto o passivo é atualizado pelo método do custo amortizado, com apropriação dos encargos financeiros no resultado. **k. Depósitos a prazo:** Estão registrados pelos respectivos valores captados, atualizados *"pro rata dia"* de acordo com a taxa de juros e indexadores acordados. **l. Dívida subordinada:** Registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustada pelo efeito de variação cambial. Esses instrumentos de capital é utilizado para compor o Nível II do Patrimônio de Referência. **m. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais: (i) Ativos e passivos contingentes: - Ativos contingentes**: São divulgados quando for possível a entrada de benefícios econômicos. Ativos contingentes se tornam ativos e são reconhecidos contabilmente quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Não existem ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2025. **- Passivos contingentes**: Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização frequente. São constituídas provisões para os casos classificados e estimados como Perda Provável, e em que baseado no histórico de despesas com casos de mesma natureza, o "valor do risco de perda" pode ser determinado ou estimado de forma confiável. **(ii) Obrigações legais:** Representadas por exigíveis relativos às obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, de acordo com a probabilidade de perda conferida pela avaliação dos consultores jurídicos e da Administração. **n. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. **o. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo:** Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **p. Rendas diferidas:** Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como rendas diferidas e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito. **q. Moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As receitas e despesas em moeda estrangeira foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data do registro contábil. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2025, o valor de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas Demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

	31/12/2025
Disponibilidades	**88**
Disponibilidades em moeda nacional	88
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**184.637**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	184.637
Total	**184.725**

5. Instrumentos financeiros derivativos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por operações de swaps, as quais são utilizadas para compensar as variações relacionadas ao descasamento da estrutura de ativos e passivos. Abaixo encontram-se a abertura dessas movimentações:

					31/12/2025
Swaps	**Valor de referência**	**Venc. Até 1 ano**	**Venc. Acima de 1 ano**	**Valor de mercado**	**Valor da curva**
Dólar x CDI	450.000	(43.188)	–	(43.188)	(19.109)
Total		**(43.188)**	**–**	**(43.188)**	**(19.109)**

As operações são registradas e custodiadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em despesa de R$ 104.034, registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

6. Carteira de crédito: a. Carteira de crédito por modalidade

	31/12/2025
Operações de crédito	
Empréstimos	524.675
Financiamentos	1.754.134
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.738.377
Operações de arrendamento mercantil	
Arrendamento mercantil	728.994
Outros créditos com características de concessão de crédito	
Títulos e créditos a receber	386.993
Total da carteira de crédito	**13.133.173**
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.363.632)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	**11.769.541**

b. Composição da carteira por tipo de cliente

	31/12/2025	
	Carteira	**Provisão**
Pessoa física	10.067.766	(1.239.853)
Pessoa jurídica	3.065.407	(123.779)
Total	**13.133.173**	**(1.363.632)**

c. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	31/12/2025
Setor privado	
Agrícola	11.370.175
Construção e Transporte	913.781
Equipamentos Médico-hospitalares	486.576
Equipamentos de Informáticas e Softwares	360.641
Total	**13.133.173**

d. Concentração dos maiores tomadores de crédito

			31/12/2025
	Valor	**Carteira**	**% Patrimônio de referência Nível (I)**
Maior	55.030	0,42%	4,15%
10 maiores seguintes	345.953	2,63%	26,12%
20 maiores seguintes	482.155	3,67%	36,40%
Demais	12.250.035	93,28%	
Total	**13.133.173**	100,00%	

e. Carteira de crédito e perdas esperadas por estágio
31/12/2025

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do Crédito	**Perda esperada**	**Valor do Crédito**	**Perda esperada**	**Valor do Crédito**	**Perda esperada**	**Valor do Crédito**	**Perda esperada**
Composição das operações de crédito e arrendamento mercantil								
Empréstimos	253.248	656	123.511	432	147.916	5.014	**524.675**	**6.102**
Financiamentos	644.279	6.358	566.071	19.691	543.784	242.048	**1.754.134**	**268.097**
Financiamento rurais e agroindustriais	2.909.612	27.170	4.965.937	232.177	1.862.828	804.873	**9.738.377**	**1.064.220**
Arrendamento mercantil	444.941	3.674	252.576	7.381	31.477	13.489	**728.994**	**24.544**
Títulos e créditos a receber	314.974	602	34.776	67	37.243	–	**386.993**	**669**
Total da carteira de crédito	**4.567.054**	**38.460**	**5.942.871**	**259.748**	**2.623.248**	**1.065.424**	**13.133.173**	**1.363.632**

f. Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento por parcela

	C1	C2	C3	C4	C5	31/12/2025
A vencer:						
Até 30 dias	5.775	186.247	–	167.122	155.799	514.945
De 31 a 60 dias	6.173	270.915	–	205.965	128.815	611.869
De 61 a 90 dias	5.808	340.320	–	34.518	77.718	458.363
De 91 a 180 dias	15.089	1.279.785	–	63.841	28.698	1.387.413
De 181 a 360 dias	27.910	2.070.821	–	–	3.323	2.102.054
Subtotal	**60.755**	**4.148.088**	**–**	**471.446**	**394.354**	**5.074.642**
De 361 a 720 dias	42.027	2.945.756	–	–	3.322	2.991.105
De 721 a 1080 dias	25.144	2.094.276	–	–	676	2.120.097
Acima de 1081 dias	12.073	2.332.769	–	–	536	2.345.378
Subtotal	79.243	7.372.802	–	–	4.534	7.456.580
Total	**139.998**	**11.520.889**	**–**	**471.446**	**398.888**	**12.531.222**
Vencidas:						
Até 30 dias	401	44.252	–	22.703	129	67.485
De 31 a 60 dias	76	29.996	–	4.014	1	34.087
De 61 a 90 dias	153	43.599	–	8.044	36	51.833
De 91 a 180 dias	194	117.866	–	137	21	118.217
De 181 a 540 dias	65	327.765	–	2.061	438	330.329
Total	**889**	**563.478**	**–**	**36.958**	**626**	**601.951**
Total geral	**140.888**	**12.084.368**	**–**	**508.404**	**399.514**	**13.133.173**

continua

continuação **Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 do BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

g. Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estágio 1

	Saldo em 01/01/2025*	Transferência para o Estágio 2	Transferência para o Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Transferência para prejuízo	(Constituições)/ reversões	Saldo em 31/12/2025
	(17.512)	29.639	17.986	(35.650)	(1.270)	208	(31.861)	(38.460)

Estágio 2

	Saldo em 01/01/2025*	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Transferência para prejuízo	(Constituições)/ reversões	Saldo em 31/12/2025
	(362.266)	35.650	360.685	(29.639)	(8.713)	141	(255.606)	(259.748)

Estágio 3

	Saldo em 01/01/2025*	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Transferência para prejuízo	(Constituições)/ reversões	Saldo em 31/12/2025
	(393.342)	1.270	8.713	(17.986)	(360.685)	708.394	(1.011.788)	(1.065.424)
Total	**(773.120)**	**66.559**	**387.384**	**(83.275)**	**(370.668)**	**708.743**	**(1.299.255)**	**(1.363.632)**

**Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021.*

h. Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**31/12/2025**
Saldo em 01 de janeiro de 2025*	(773.120)
Constituição	(1.299.255)
Créditos baixados contra prejuízo	708.743
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.363.632)
Créditos recuperados	107.375

**Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021.*

i. Garantias: Em 31 de dezembro de 2025, em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Banco tinha constituído, a seu favor, notas promissórias, penhores, hipotecas e alienações fiduciárias, cédulas de crédito rural e cédulas de crédito bancário. **j. Renegociações e reestruturações:** O Banco no decorrer normal das operações, continua com seus esforços em recuperar a solvabilidade de seus clientes em situação de inadimplência, promovendo acordos administrativos, procurando o enquadramento no que for possível das condições econômico/financeiras de seus clientes. O total de renegociações no exercício de 2025 foi de R$ 801.826 e o total de reestruturações no exercício de 2025 foi de R$ 35.506

7. Outros instrumentos financeiros	**31/12/2025**
Financeiros	
Impostos e contribuições a compensar	21.505
Devedores por depósitos em garantia	14.142
Devedores diversos - país	16.370
Rendas a receber	8.212
Outros	1.159
Total	**61.388**

8. Outros ativos	**31/12/2025**
Não Financeiros	
Despesas antecipadas	25.186
Bens não de uso	13.268
Outros valores e bens	50.690
Total	**89.144**

9. Participações em Controlada: Em 31 de dezembro de 2025 a participação em investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial era:

	31/12/2025
DLL Corretora de Seguros Ltda.	
Número de quotas possuídas	250
Percentual de participação	99,99%
Capital social	250
Patrimônio líquido Inicial	53.564
Lucro líquido ajustado do exercício	5.690
Valor do investimento (patrimônio líquido final)	59.254
Equivalência patrimonial	5.690

10. Depósitos **31/12/2025**

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Depósitos interfinanceiros (1)	1.574.860	580.204	2.155.064
Depósitos a prazo (2)	66.245	–	66.245
Total	**1.641.105**	**580.204**	**2.221.309**

(1) Representado por captações via depósito interfinanceiros, sobre as quais incidem juros pré-fixados determinados na data de contratação da operação.

(2) Representado por captações via certificado de depósito bancário, sobre as quais incidem juros indexados à variação de 100% do CDI.

11. Recursos de aceites e emissão de títulos: As letras financeiras e letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa, indexadas ao CDI, sendo R$ 310.591 a vencer até dezembro de 2026 e R$ 2.470.837 a vencer até 2029, totalizando um valor de R$ 2.781.428.

31/12/2025

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos	310.591	2.470.837	2.781.428
Total	**310.591**	**2.470.837**	**2.781.428**

12. Obrigações por empréstimos no exterior: Representado por captações no exterior junto ao De Lage Landen Ireland Company, sobre as quais incidem variação cambial e acréscimos de juros. Adicionalmente, no ano de 2025 foi captado uma nova linha de empréstimo junto ao IFC com vencimentos semestrais, finalizando em 2030.

31/12/2025

		Principal (*)	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
De Lage Landen Ireland Co.	**EUR**	3.500	22.694	–	22.694
De Lage Landen Ireland Co.	**USD**	700	3.866	–	3.866
International Finance Corporation (IFC)	**USD**	90.000	124.444	399.772	524.216
Total		**94.200**	**151.004**	**399.772**	**550.776**

13. Obrigações por repasses: a. Repasses no país: Representados por recursos provenientes do BNDES, por meio da sua Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com incidência de encargos financeiros pré-fixados ou pós-fixados acrescidos da variação da TJLP, TLP, Dólar ou Selic. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão de intermediação.

Finame/BNDES	**31/12/2025**
Vencimento até 3 meses	177.775
Vencimento de 3 meses a 12 meses	1.203.686
Vencimentos acima de 12 meses	2.902.966
Total	**4.284.427**

b. Repasses no exterior: Representado por captações no exterior junto ao De Lage Landen Ireland Company, sobre as quais incidem variação cambial e acréscimos de juros.

31/12/2025

		Principal	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
De Lage Landen Ireland Co.	**USD**	82.913	121.289	347.452	468.741
De Lage Landen Ireland Co.	**EUR**	162.544	296.526	774.846	1.071.372
Total		–	**417.815**	**1.122.298**	**1.540.113**

14. Dívidas subordinadas: Refere-se a um empréstimo caracterizado como "Dívida Subordinada", conforme Resolução nº 4.192/2013 do CMN, sendo este empréstimo contraído em dólares com a parte relacionada DLL International BV e realizado em 17 de dezembro de 2021 com vencimento do principal em 17 de dezembro de 2031, com a possibilidade de liquidação integral a partir de 17 de dezembro de 2026 e com taxa de juros de 6,96% a.a.

	31/12/2025
Instrumento de dívida elegíveis a capital	434.440
Total	**434.440**

O Banco DLL, para proteger os efeitos cambiais dessa captação, a qual foi realizada em USD, contratou operações de instrumentos derivativos destinados à cobertura do risco cambial avaliados nos termos da Circular nº 3.082/2002 do BACEN. No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, as operações destes instrumentos derivativos resultaram em despesa de R$ 104.034 que compõem o saldo apresentado no DRE.

15. Outras obrigações: a. Fiscais e previdenciárias	**31/12/2025**
Impostos e contribuições sobre salários a pagar	5.130
CIDE a pagar	2.094
COFINS a pagar	1.617
ISS s/serviços a pagar	1.081
PIS a pagar	262
Outros impostos e contribuições	735
Total	**10.919**

b. Outros passivos	**31/12/2025**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	513
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	39.511
Operações de crédito a liberar	10.300
Outros valores a pagar	19.355
Total - Circulante	**69.679**

(1) Referem-se, a provisões relativas a despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

16. Imposto de renda e contribuição social: a. Demonstração do cálculo

	2025	
	Exercício	
	IRPJ	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(916.904)**	**(916.904)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos		
Diferenças Temporárias	**918.433**	**918.433**
Diferenças Permanentes	**(1.529)**	**(1.529)**
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**–**	**–**
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 20%	–	–
Crédito tributário	230.701	184.561
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social	**230.701**	**184.561**

b. Passivos fiscais diferidos: O passivo diferido no valor de R$ (183.741) encontra-se classificadas na rubrica "Passivo fiscal diferido ". Sua composição e movimentação durante o exercício está apresentada a seguir:

	01/01/2025	Constituição/ (Realização)	31/12/2025
Superveniência/Insuficiência de depreciação	(146.727)	(26.207)	(172.934)
Outros	(12.775)	1.968	(10.807)
Total	**(159.502)**	**(24.239)**	**(183.741)**

c. Ativos fiscais diferidos (créditos tributários): Os créditos tributários no valor de R$ 1.140.797 encontram-se classificados na rubrica "Ativo fiscal diferido - Créditos tributários". Sua composição e movimentação durante o exercício está apresentada a seguir:

	01/01/2025	Constituição/ (Realização)	31/12/2025
Diferenças temporárias			
Provisão para perdas risco de crédito	649.026	465.832	1.114.858
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	15.783	(5.892)	9.891
Provisões passivas - outras	18.041	(11.095)	6.946
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	18.446	(9.344)	9.102
Total	**701.296**	**439.501**	**1.140.797**

d. Estimativas de realização: O ativo fiscal diferido reconhecido decorre, substancialmente, de provisões para perdas associadas ao risco de crédito e demais diferenças temporárias dedutíveis. Seu reconhecimento e manutenção estão fundamentados em estudo técnico de realização elaborado pela Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020 e com a legislação tributária vigente. Nos últimos cinco exercícios, incluindo 2025, o Banco não apurou prejuízo fiscal para fins de imposto de renda e contribuição social, mantendo histórico consistente de geração de base tributável. As projeções de resultados tributáveis futuros, baseadas no planejamento estratégico aprovado pela Diretoria e já contemplando os efeitos da Lei nº 14.467/2022, indicam capacidade de realização dos créditos dentro do prazo regulamentar. O valor do crédito tributário está apresentado como segue:

	Valor nominal	Valor presente
Em 2026	156.425	136.664
Em 2027	153.835	118.976
Em 2028	116.070	78.261
Em 2029	177.389	104.368
A partir de 2030	353.337	181.037
Total	**957.057**	**619.306**

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente, podendo ser ajustadas caso ocorram alterações relevantes no ambiente econômico ou no desempenho da instituição. O Banco não possui créditos tributários não registrados no exercício findo 31 de dezembro de 2025.

17. Provisão para processos fiscais e trabalhistas - Demandas judiciais: - Ativos Contingentes: no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não existem ativos contingentes e não há processos classificados como praticamente certos de realização. **- Ação judicial de PIS e COFINS**: Em dezembro de 2014, o Banco ingressou com ação judicial pleiteando a repetição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, nos últimos cinco anos, sobre as receitas financeiras decorrentes de sua atividade principal, já que tais tributos somente podem incidir sobre o faturamento, assim entendido como produto da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços. O processo aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal, o qual aprecia a questão em recurso com repercussão geral reconhecida. **- Passivos Contingentes:** as provisões foram constituídas considerando os critérios descritos na Nota Explicativa 3, aprovados pela Administração e admitidos pela regulamentação em vigor, de maneira consistente, com base na avaliação de assessores jurídicos. A Administração considera remota a probabilidade de que pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados. Os passivos contingentes com risco provável de perda do Banco estão descritos abaixo: **- Provisões Trabalhistas:** São provenientes de ações movidas, na grande maioria, por ex-funcionários que pleiteiam direitos trabalhistas que entendem devidos. A apuração das provisões trabalhistas é realizada mensalmente a partir do valor do pedido, e a probabilidade de perda, por sua vez, é estimada de acordo com os fatos, matéria de direito e despesas esperadas relacionadas diretamente ao andamento de cada ação. Para provisão contábil consideram-se os valores classificados como perda provável. **- Provisões Cíveis:** Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral e/ou material, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a questionamento de juros e mora e/ou por terem sido incluídos em sistemas restritivos de crédito e central de risco do Banco Central do Brasil. Os valores encontram-se provisionados em sua totalidade, obedecendo a escala de provisionamento de prováveis, não sendo provisionado os classificados como possíveis e remotos. **- Processos de Naturezas Fiscais e Previdenciárias:** os passivos de obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de ações conjuntas promovidas pela Federação de Bancos referentes à majoração de alíquota de INSS relativo ao SAT - Seguro de Acidentes de Trabalho e visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas a título de aviso prévio indenizado. Os valores encontram-se integralmente provisionados com base no depósito judicial efetuado e são contabilizados na linha 'outros impostos e contribuições' na rubrica 'Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias'. Na tabela abaixo incluímos os valores provisionados 31 de dezembro de 2025:

Natureza	**31/12/2025**
Cíveis	2.348
Fiscais	2.098
Trabalhistas	17.535
Total geral	**21.981**

Em 31 de dezembro de 2025, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível relativos a processos cíveis, cujo valor estimado de perda é de R$ 9.851.

Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais	**31/12/2025**
Demandas cíveis	
Saldo inicial	**3.121**
Constituição	3.227
Reversão da provisão	(2.771)
Baixa por pagamento	(1.229)
Saldo final	**2.348**
Demandas trabalhistas	
Saldo inicial	**29.785**
Constituição	4.967
Reversão da provisão	(13.827)
Baixa por pagamento	(3.390)
Saldo final	**17.535**
Demais fiscais	
Saldo inicial	**2.168**
Constituição	39
Reversão da provisão	**(39)**
Baixa por pagamento	(70)
Saldo final	**2.098**
Total das provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	**21.981**

18. Rendas Diferidas: Representadas por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

	31/12/2024	Entradas	Apropriações	31/12/2025
Arrendamento mercantil	2.624	6.843	(2.902)	6.565
Financiamento	376.642	106.647	(183.667)	299.622
Total	**379.266**	**113.490**	**(186.569)**	**306.187**

A renda diferida de equalização e juros possui uma vigência média de 7 anos, sendo o montante diferido ao longo deste período.

19. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social de 1.610.000 está representado por ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

	31/12/2025
De Lage Landen Participações Ltda.	99,99%
Outros	0,01%
Total	100,00%

O aumento de capital aprovado pelos acionistas foi integralmente realizado em dezembro de 2025, no valor de R$ 229.537, totalizando o capital social de R$ 1.839.537, com a efetivação do aporte e o cumprimento dos trâmites regulatórios cabíveis. A entidade recebeu o deferimento do pedido pelo Banco Central na data de 03 de Março de 2026. Considerando esse reforço patrimonial, os índices de capital permanecem acima dos mínimos regulatórios e alinhados ao apetite de risco aprovado, reforçando a solidez da instituição. **b. Dividendos e Juros sobre capital próprio:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco. Em razão do prejuízo auferido, não houve distribuição de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **c. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido do período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em razão do prejuízo auferido, não houve constituição de reserva legal no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **d. Prejuízos acumulados:** O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 499.176. **e. Reserva Estatutária:** A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantia de futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social. O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria. O Banco não constituiu reserva estatutária no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como o saldo em sua totalidade registrado anteriormente foi utilizado para abater o prejuízo acumulado.

20. Receitas de prestação de serviços	**31/12/2025**
Rendas de tarifas bancárias	1.651
Total	**1.651**

21. Despesas de pessoal	**31/12/2025**
Salários	(42.047)
Férias	(6.656)
Benefícios	(24.132)
Encargos sociais	(22.891)
Outras despesas	(1.020)
Total	**(96.746)**

22. Outras despesas administrativas	**31/12/2025**
Emolumentos judiciais, cartoriais e outros *(1)*	(63.629)
Seguros	(4.948)
Serviços de terceiros, manutenção e conservação	(20.971)
Processamento de dados	(15.672)
Serviços técnicos especializados	(66.397)
Comunicação	(597)
Promoções e relações públicas	(3.130)
Aluguéis	(5.014)
Viagem no país e exterior	(3.283)
Amortização e depreciação	(1.383)
Outras despesas administrativas	(11.936)
Total	**(196.960)**

(1) Custos associados aos procedimentos de cobrança da carteira em atraso.

23. Outras receitas e despesas operacionais	**31/12/2025**
Outras receitas	**77.791**
Recuperação despesas	58.648
Reversão de provisões passivos contingentes (Nota 17)	16.637
Rendas com variação monetária ativa	2.506
Outras rendas operacionais	–
Outras despesas	**(16.406)**
Despesas com provisões passivos contingentes (Nota 17)	(11.167)
Outras despesas operacionais	(5.239)
Total	**61.385**

24. Partes relacionadas

A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda., uma subsidiária do grupo De Lage Landen que é parte integrante do grupo Rabobank International. O Banco tem como controlada a DLL Corretora de Seguros Ltda., da qual detém 99,99% das quotas.

As principais operações com as partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado da época da operação, podem ser resumidas como segue:

a. Transações com a controladora direta

De Lage Landen Participações Ltda.

31/12/2025

	Ativos (passivos)	Receitas/ (despesas)
Depósitos a prazo (remuneração média de 100% do CDI)	(4.053)	(776)

b. Transações com a controladora indireta

De Lage Landen International B.V.

31/12/2025

	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Valores a receber de serviço técnico especializado	1.131	–
Instrumento de dívida elegíveis a capital	434.440	43.014
Provisão Serviços Técnicos Exterior	–	(63.637)

c. Transações com controlada

DLL Corretora de Seguros Ltda.

31/12/2025

	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Depósitos a prazo (remuneração média de 100% do CDI)	(62.192)	(7.904)

d. Transações com outras partes relacionadas

Banco Rabobank International Brasil S.A.

31/12/2025

	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4)	184.637	28.626
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(43.188)	(104.034)
Depósitos interfinanceiros	(1.501.591)	(157.737)

De Lage Landen Ireland Company

31/12/2025

	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Obrigações por empréstimos do exterior (Nota 12)	(26.560)	(345)
Obrigações por repasses no exterior (Nota 13.b)	(1.540.113)	(149.464)

Remuneração do pessoal-chave da administração: O Banco define como pessoal chave, membros da diretoria e gerência, que compõem os diversos comitês estratégicos, alinhados com o modelo de governança corporativa do Banco. Os valores destinados para essa responsabilidade estão definidos como remuneração fixa, a qual compõe os vencimentos contratuais individuais dos funcionários e remuneração variável a título de bonificação, substanciado por administração de performance, apurado anualmente. O Banco não mantém outro tipo de remuneração junto a seus colaboradores.

	31/12/2025
Total pró-labore	3.166
Total salários	10.654
Remuneração variável	1.127
Contribuição INSS	294
Total	**15.241**

Outras informações

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

25. Limites operacionais: O Banco apura seus limites de patrimônio mínimo dentro dos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções nº 4.955/2021 e normativos complementares.

	31/12/2025
Patrimônio de referência Nível I	911.189
Patrimônio de referência Nível II	434.440
Patrimônio de referência (Nível I e II)	**1.345.629**
RWA - Risco de Crédito	11.048.847
RWACAM - Risco de Mercado	42.398
RWAOPAD - Risco Operacional	754.123
Total - RWA	**11.845.368**
Patrimônio líquido exigido	945.865
Adicional de Conservação de Capital	295.583
Índice de Basileia Nível I	**7,69%**
Índice de Basileia Patrimônio de referência	**11,37%**

No dia 17/12/2025 os acionistas do Banco DLL realizaram um aumento de capital no valor de R$ 229.537 mil, sendo deferido o pedido pelo Banco Central na data de 03 de Março de 2026. Com esse aumento, o índice Nível I seria de 9,65% e o índice de Basileia 13,32%.

26. Estrutura de gerenciamento de risco: A gestão de risco é considerada uma atividade estratégica no Banco, sendo conduzida de forma integrada e alinhada aos objetivos institucionais. A Área de Riscos é responsável pela disseminação, implementação e supervisão das políticas de gerenciamento de riscos, sob orientação da Diretoria e com o apoio da área de Controles Internos. A aplicação dessas políticas se dá nas respectivas áreas executoras, conforme a natureza de cada risco: Área de Crédito e Cobrança pela análise, concessão de crédito e recuperação; Risco de Mercado e Liquidez, pela Área Financeira; e Risco Operacional, gerenciado em toda organização, monitorado e acompanhado pela Diretoria de Risco e Comitê de Risco. O monitoramento é realizado por meio de relatórios gerenciais elaborados pelas áreas de Riscos e Financeira, contendo análises específicas, comentários e exposição da Instituição a cada tipo de risco. Esses relatórios são apresentados à Diretoria, acompanhados de propostas de ações e direcionamentos, quando aplicável. A seguir, são detalhados os principais componentes da estrutura de gerenciamento de riscos adotada pelo Banco, abrangendo os diferentes tipos de risco aos quais a Instituição está exposta. **- Risco de crédito:** O Risco de crédito decorre da possibilidade de inadimplemento por parte da contraparte, da degradação de garantias e da concentração de exposição em clientes ou setores específicos. A área de Riscos é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações, proposição de limites máximos para assunção de risco, monitoramento contínuo, além do desenvolvimento e implementação de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento do risco de crédito. Até 31/12/2024, o Banco seguia os critérios da Resolução CMN nº 2.682/99, que permitia a classificação de risco da base de clientes com base em aspectos qualitativos e quantitativos. A partir de 01/01/2025, passou a adotar a Resolução CMN nº 4.966/21, que introduz o modelo de perdas esperadas, alinhado ao IFRS 9, para classificação de risco e provisão de operações de crédito. As áreas de concessão de crédito utilizam-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito aos clientes, enquanto a área de Cobrança atua na gestão de inadimplência e recuperação de crédito. **- Risco operacional:** Risco Operacional refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado. O gerenciamento do risco operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco, fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios. Todas as áreas de negócios são responsáveis por observar riscos operacionais relacionados às suas atividades, inclusive no reporte desses eventos. Cabe à área de

continua

continuação Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 do BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Riscos a responsabilidade pela gestão centralizada do risco operacional, atuando de forma estratégica na identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos eventos de risco. Essa atuação inclui a coordenação com as áreas de negócio para garantir a correta aplicação das políticas e procedimentos estabelecidos, bem como o fortalecimento da cultura de controle e prevenção. Os eventos identificados como potenciais riscos operacionais são reportados, assegurando visibilidade e alinhamento das ações de mitigação com os objetivos institucionais. **- Risco de mercado:** O risco de mercado refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de oscilações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações, commodities e outros ativos financeiros. Essa exposição varia conforme o tipo de produto, volume de operações, prazo, condições contratuais e volatilidade dos mercados. O Banco implementou política de gestão de riscos de mercado, consoante com os dispositivos da Resolução CMN nº 4.557/2027, que estabelece diretrizes para estrutura integrada e contínua de gerenciamento de riscos. A área de Riscos monitora de forma independente das áreas executoras, os níveis de riscos de mercado., aplicando as exigências. Em linha com as melhores práticas do sistema financeiro, o Banco adota ferramentas como análise de sensibilidade, testes de estresse e modelos de mensuração. A política corporativa de gerenciamento de risco de mercado é aprovada pela Diretoria e observa os preceitos do Novo Acordo de Basileia III, conforme regulamentação vigente. **- Risco de Liquidez:** O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a instituição não conseguir honrar eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou inesperadas, correntes ou futuras, sem incorrer em perdas significativas ou comprometer suas operações. Esse risco pode decorrer de descasamentos entre ativos e passivos, restrições de mercado ou eventos extraordinários. A área de Riscos, em conjunto com a área Financeira, é responsável pelo monitoramento da capacidade do Banco em manter níveis adequados de liquidez e solvência, tanto no curto quanto no longo prazo. Esse monitoramento é realizado de forma contínua e está em conformidade com os dispositivos da Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabelece diretrizes para a estrutura integrada de gerenciamento de riscos. O processo de gestão de liquidez inclui a análise de fluxo de caixa, projeções de curto prazo, testes de estresse e simulações de cenários adversos, permitindo à Administração tomar decisões antecipadas e ajustar políticas, limites e estratégias conforme necessário.
- Risco Social, Ambiental e Climático: O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de impactos negativos sobre o meio ambiente, a sociedade ou o clima, direta ou indiretamente relacionados às atividades da instituição, de seus clientes ou fornecedores. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.945/2021, o Banco mantém uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), proporcional ao seu modelo de negócio e à complexidade de suas operações. A política contempla diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação desses riscos, integrando-os à estrutura de gerenciamento de riscos da instituição. O Banco acredita que a sustentabilidade é essencial para o sucesso a longo prazo - para o seu negócio, para os negócios de seus clientes e para a sociedade. Por meio de iniciativas corporativas, apoia programas sociais e beneficentes no Brasil e no exterior, promove o voluntariado corporativo e mantém programas de doação. Adicionalmente, adota elevados padrões éticos e ambientais em suas práticas, com o objetivo de oferecer soluções financeiras sustentáveis e alinhadas aos princípios ESG. **- Gerenciamento de capital:** O processo de gerenciamento de capital tem como objetivo assegurar que o Banco mantenha níveis adequados de capital para suportar seus riscos e atingir seus objetivos estratégicos, considerando o ambiente econômico, as características dos produtos e os mercados em que atua. Em conformidade com a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco adota uma estrutura contínua e integrada de gerenciamento de capital, compatível com seu modelo de negócio e perfil de risco. O Banco elabora periodicamente orçamentos de capital com base em projeções internas e cenários econômicos, acompanhando diariamente a adequação entre o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e o Patrimônio de Referência (PR), conforme os requerimentos mínimos definidos pela regulamentação vigente. Esse acompanhamento permite à instituição tomar decisões prudenciais e manter sua solvência mesmo em situações adversas. Na elaboração e manutenção do Plano de Capital são considerados fatores como metas de crescimento, ameaças e oportunidades, além de cenários de estresse. Para esses cenários, o Banco dispõe de um Plano de Contingência de Capital formalmente estabelecido e testado, que visa garantir a continuidade das operações em momentos de pressão sobre o capital. O BACEN determina que o PRE deve ser permanentemente compatível com o PR do Banco, garantindo assim que o capital mantido pelos acionistas seja sempre suficiente para cobrir no mínimo os riscos de crédito, mercado e operacional, conforme demonstrado na nota 25. A análise de sensibilidade realizada pelo Banco tem como objetivo mensurar, controlar e reportar o impacto dos movimentos das taxas de juros sobre o balanço da Instituição. Desta forma, limites máximos de exposição total, por indexador e prazo, são definidos e aplicados nas carteiras e buscam limitar exposições acima do apetite de riscos definido pela Instituição. Os dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da entidade são a taxa de juros em moeda determinada que não seja observável e não possa ser corroborada por dados de mercado observáveis em intervalos comumente cotados ou de outro modo para substancialmente a totalidade do prazo do swap de moeda. Aumentos (reduções) significativos em quaisquer dessas informações isoladamente resultariam na mensuração do valor justo significativamente mais baixa (elevada). De modo geral, a mudança na premissa utilizada é acompanhada por mudança direcionadamente similar na premissa utilizada para a gravidade da perda e uma mudança direcionadamente oposta na premissa utilizada para o objeto de hedge, evitando impactos significativos. Este conjunto de práticas e políticas reflete o compromisso do Banco com a gestão prudente de riscos, a conformidade regulatória e a sustentabilidade de suas operações. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.dllgroup.com.br (não auditado). **27. Outras informações: a.** Despesas tributárias referem-se, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4%, ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% e demais impostos, conforme abaixo:

	31/12/2025
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	(17.923)
Imposto sobre serviços (ISS)	(6.193)
Contribuição ao programa de integração social (PIS)	(2.912)
Impostos de remessa para exterior	(25.732)
Outros impostos	(1.124)
Total	**(53.884)**

b. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus colaboradores e administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R$ 969 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida. **c.** Em atendimento as normas previstas no CPC nº 33 e Resolução nº 4.424 do CMN, de 25 de junho de 2015, a Administração efetuou uma avaliação preliminar com o propósito de identificar e determinar o montante dos passivos atuariais relativos a benefícios a empregados. Esta avaliação concluiu que o Banco não possuía passivo com essas características no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **28. Resultados não recorrentes:** De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, determina-se que o resultado não recorrente se trata do resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2025
Resultado não operacional - alienação imobilizado em uso	949

29. Eventos Subsequentes: Na data de 03 de Março de 2026 o Banco Central deferiu o aumento de capital realizado na data de 17/12/2025.

Diretoria

José Luiz Souza de Campos - Diretor Presidente
Anderson Juliano dos Santos - Diretor Executivo
Franciscus Johannes Bosse[2] - Diretor Executivo
Diogo Conter Junqueira[1] - Diretor Executivo
Juliana Gilioli - Diretora Executiva

[1] Homologado pelo Bacen em 08/01/2026
[2] Homologado pelo Bacen em 26/02/2026

Responsáveis Técnicos

Guilherme Pieri Pacheco - CRC RS 098418/O-5 - Gerente Contábil
Claudiomiro Schutz Mengue - CRC RS 056825/O-8 - Especialista Contábil
Isadora Michelon Marini - CRC RS 100132/O-1 - Coordenadora Contábil

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Informações Gerais: O Comitê de Auditoria ("Comitê") estatutário do Banco De Lage Landen Brasil (DLL) foi instituído em 12/12/2024. Consoante o disposto em seu Regulamento, o Comitê deve zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do DLL, bem como pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos (PwC), da auditoria interna, das áreas de gerenciamento de riscos e controles internos, além de suas próprias análises. **Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria: Informações Gerais:** Conforme seu Regulamento, o Comitê atua como instância independente de supervisão, reportando-se diretamente à Diretoria, com foco na integridade das informações financeiras, conformidade regulatória e efetividade dos controles internos. O Comitê de Auditoria reuniu-se oito vezes ao longo de 2025: 22/01, 17/02, 21/03, 25/04, 10/07, 20/08, 17/09 e 22/12, com participação de áreas internas como Auditoria Interna, Compliance, Finanças e os auditores independentes. As atas das reuniões foram devidamente documentadas. **Auditoria Externa:** A PwC é a atual auditoria independente contratada para o exame das demonstrações financeiras do DLL. O Comitê supervisionou os trabalhos da PwC, avaliando sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados. Não foram identificadas situações que comprometessem a independência. O escopo e cronograma de trabalho foram considerados adequados, sem apontamentos de riscos significativos. As demonstrações financeiras de 31/12/2025 foram aprovadas. **Auditoria Interna:** A Auditoria Interna atua com foco em áreas de maior risco e na avaliação dos sistemas de controle interno e gerenciamento de riscos. O Comitê supervisionou suas atividades, analisando relatórios emitidos até 31/12/2025, fragilidades identificadas e recomendações propostas. O cronograma de auditorias foi cumprido sem atrasos relevantes. O planejamento estratégico e tático foi aprovado e os planos de ação foram implementados dentro dos prazos. A abrangência e qualidade dos trabalhos foram avaliadas como positivas. **Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos:** O Comitê avaliou os principais riscos da Instituição, com foco nos riscos de crédito, operacional, de liquidez e de mercado, em conjunto com as áreas de Controladoria, Jurídico, Compliance, Crédito, Tesouraria e Riscos. **Cumprimento de Legislação, Regulamentação e Normas Internas:** Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos das auditorias interna e externa, o Comitê concluiu que os procedimentos de avaliação e monitoramento dos riscos legais estão adequadamente estruturados. Não foram identificadas falhas relevantes que comprometam a solidez e continuidade das operações do DLL. **Riscos Emergentes:** O Comitê acompanhou discussões sobre riscos emergentes, destacando: disrupção digital, cibersegurança, mudanças climáticas e ESG, capital humano e cultura organizacional, e mudanças regulatórias. Recomenda-se a incorporação desses temas aos planos de auditoria e estratégias de controle e conformidade. **Conclusão:** O Comitê considera efetivos os trabalhos das auditorias externa e interna, bem como os controles internos da Instituição. Recomenda a aprovação das demonstrações financeiras de 31/12/2025, registrando como positivos os esforços contínuos para garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e gerenciamento de riscos.

Fabio de Barros Pinheiro - Membro do Comitê de Auditoria
Juliana Gilioli - Presidente do Comitê de Auditoria
João Francisco Sanchez Tavares - Vice-Presidente do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Banco De Lage Landen Brasil S.A.. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** Conforme divulgado nas Notas 3(d) e 6, na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito a administração da Instituição leva em consideração as determinações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BCB no 352/2023. No cumprimento dessas normas, a administração da Instituição exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para definição do risco de crédito das contrapartes das operações, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois o uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa incorreta da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, resultando em variações significativas dessa provisão. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à (i) aprovação da política de crédito; (ii) concessão de crédito; (iii) operações renegociadas; (iv) atribuição de nível de risco; (v) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares; e (vi) elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações, e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. **Valor recuperável de créditos tributários:** Conforme divulgado nas Notas 3(f), 16(c) e (d), a Instituição possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, constituídos nos termos da legislação em vigor, conforme Resolução nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020. Esses créditos foram constituídos considerando as expectativas de realização determinadas com base em projeções de resultados futuros. Na elaboração das referidas projeções foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, bem como estimativas de prazos de realização das diferenças temporárias. Nesse contexto, essa é uma área foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção dos lucros tributáveis e os prazos estimados de realização dos créditos tributários, podendo impactar, consequentemente, no valor do ativo fiscal reconhecido nas demonstrações financeiras da Instituição. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e das projeções de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos e obtivemos explicações para as principais variações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação do valor recuperável desses ativos são razoáveis e as divulgações estão consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Naves Marteletto
Contador - CRC 1MG105346/O-2

HOSPITAL MOINHOS DE VENTO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	411.024	536.204	411.084	536.281
Contas a receber	6	315.560	266.557	315.819	266.987
Estoques	7	87.581	76.588	87.581	76.588
Outros ativos		11.597	8.880	11.656	8.966
Total do ativo circulante		825.762	888.229	826.140	888.822
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas		-	500	-	-
Depósitos judiciais	15	23.274	27.089	23.274	27.089
Outros ativos		404	232	404	232
Propriedades para investimento	8	11.785	13.229	11.785	13.229
		35.463	41.050	35.463	40.550
Investimentos	9	1.205	731	-	-
Imobilizado	12	789.510	658.715	789.566	658.786
Intangível	11	14.264	13.105	15.039	13.765
Ativos de direito de uso	10	8.679	10.142	8.679	10.142
		813.658	682.693	813.284	682.693
Total do ativo não circulante		849.121	723.743	848.747	723.243
Total do ativo		**1.674.883**	**1.611.972**	**1.674.887**	**1.612.065**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Passivo circulante					
Fornecedores		193.770	191.284	193.772	191.348
Empréstimos e financiamentos	13	45.840	67.437	45.840	67.437
Obrigações trabalhistas	14	82.483	71.414	82.484	71.433
Impostos e contribuições sociais		9.569	9.880	9.570	9.886
Provisão para contingências	15	-	11	-	11
Assistência social - projetos de apoio ao SUS	16	12.667	21.650	12.667	21.650
Obrigações de arrendamento	10	2.493	2.279	2.493	2.279
Outros passivos		30.435	28.403	30.435	28.403
Total do passivo circulante		377.257	392.358	377.261	392.447
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	167.118	206.079	167.118	206.083
Provisão para contingências	15	130.386	126.830	130.386	126.830
Obrigações de arrendamento	10	6.254	7.928	6.254	7.928
Benefício de saúde pós-emprego	17	5.828	7.661	5.828	7.661
Outros passivos		17.677	3.691	17.677	3.691
Total do passivo não circulante		327.263	352.189	327.263	352.193
Total do passivo		704.520	744.547	704.524	744.640
Patrimônio líquido	18				
Patrimônio social		862.641	783.488	862.641	783.488
Outros resultados abrangentes		7.596	4.784	7.596	4.784
Superávit acumulado		100.126	79.153	100.126	79.153
Total do patrimônio líquido		970.363	867.425	970.363	867.425
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.674.883**	**1.611.972**	**1.674.887**	**1.612.065**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Patrimônio social	Outros resultados abrangentes	Superávit acumulado	Total
Em 1° de janeiro de 2024	663.018	2.138	120.470	785.626
Incorporação ao patrimônio social	120.470	-	(120.470)	-
Remensuração do benefício de saúde pós-emprego	-	2.646	-	2.646
Superávit do exercício	-	-	79.153	79.153
Em 31 de dezembro de 2024	783.488	4.784	79.153	867.425
Incorporação ao patrimônio social	79.153	-	(79.153)	-
Remensuração do benefício de saúde pós-emprego	-	2.812	-	2.812
Superávit do exercício	-	-	**100.126**	**100.126**
Em 31 de dezembro de 2025	862.641	7.596	100.126	970.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida	19	1.523.933	1.383.093	1.525.910	1.383.461
Custo do serviço prestado	20	(1.274.389)	(1.162.226)	(1.275.617)	(1.163.010)
Superávit bruto		**249.544**	**220.867**	**250.293**	**220.451**
Despesas com vendas, gerais e administrativas	20	(142.784)	(126.596)	(142.929)	(126.635)
Resultado de equivalência patrimonial	9	481	(469)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	(39.375)	(46.587)	(39.426)	(46.601)
Superávit operacional		**67.866**	**47.215**	**67.938**	**47.215**
Resultado financeiro	21				
Receitas financeiras		70.874	62.579	70.913	62.579
Despesas financeiras		(38.614)	(30.641)	(38.725)	(30.641)
Resultado financeiro, líquido		32.260	31.938	32.188	31.938
Superávit do exercício		**100.126**	**79.153**	**100.126**	**79.153**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Superávit do exercício		100.126	79.153	100.126	79.153
Outros resultados abrangentes	18(b)	2.812	2.646	2.812	2.646
Superávit do exercício		**102.938**	**81.799**	**102.938**	**81.799**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Superávit do exercício		100.126	79.153	100.126	79.153
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	67.614	55.994	67.629	55.997
Resultado na baixa de imobilizado		2.784	328	2.784	328
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas, líquida	6	5.581	5.433	5.581	5.433
Provisões para contingências constituídas (revertidas), líquidas	15	31.871	34.775	31.871	34.775
Variação no valor justo do benefício de saúde pós-emprego	17	979	908	979	908
Resultado de equivalência patrimonial		(481)	469	-	-
Despesas de juros, variações monetárias e cambiais	23	39.564	35.092	39.564	35.092
Redução (aumento) nos ativos					
Contas a receber	6	(54.584)	47.848	(54.413)	47.790
Estoques	7	(10.993)	(3.754)	(10.993)	(3.754)
Partes relacionadas - mútuo		500	(500)	-	-
Depósitos judiciais e outros ativos	15	926	5.805	953	5.819
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		13.209	(19.556)	13.147	(19.578)
Obrigações trabalhistas	14	11.069	(1.300)	11.051	(1.297)
Assistência social (projetos de apoio ao SUS)	16	(4.231)	25.241	(4.231)	25.241
Provisão para contingências	15	(28.326)	(22.706)	(28.326)	(22.706)
Impostos e contribuições sociais e outros passivos		15.707	(118)	15.702	(116)
Caixa gerado pelas operações		191.315	243.112	191.424	243.085
Juros pagos	23	(48.078)	(37.626)	(48.078)	(37.626)
Caixa líquido gerado pelas operações		143.237	205.486	143.346	205.459
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido		-	(1.200)	-	(1.094)
Aquisição de ativo imobilizado	12	(207.920)	(156.361)	(207.920)	(156.361)
Aquisição de ativo intangível	11	(6.177)	(5.242)	(6.299)	(5.242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(214.097)	(162.803)	(214.219)	(162.697)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	23	-	10.000	-	10.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	23	(52.044)	(49.364)	(52.048)	(49.366)
Pagamento de arrendamentos	23	(2.276)	(2.443)	(2.276)	(2.443)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(54.320)	(41.807)	(54.324)	(41.809)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(125.180)	876	(125.197)	953
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	536.204	535.328	536.281	535.328
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	411.024	536.204	411.084	536.281
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(125.180)	876	(125.197)	953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Associação Hospitalar Moinhos de Vento ("Entidade") é uma associação civil, sem fins lucrativos, beneficente, assistencial e educacional, cuja sede está localizada em Porto Alegre – RS. A Entidade assume responsabilidade social junto à comunidade e desenvolve em Porto Alegre projetos sociais, ambientais e culturais que buscam atender a demandas comunitárias com a mesma competência técnica que caracteriza sua atividade principal. De acordo com o Estatuto Social, os principais objetivos da Entidade são:

- Prestar serviços na área de saúde, sem distinção de condições sociais, nacionalidade ou credo religioso, observando o princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir atividades exclusivas a seus associados ou a determinada categoria profissional;
- Promover a melhoria da qualidade de vida e a satisfação das pessoas, mediante a prática da melhor medicina, através de uma organização hospitalar autossustentável;
- Investir no conhecimento humano e nas mais avançadas tecnologias, bem como promover, participar, incentivar e subsidiar encontros científicos e publicações conexas às atividades antes referidas;
- Criar e manter unidades de ensino técnico-hospitalares e/ou de graduação, pós-graduação, extensão, escolas de enfermagem e outros departamentos ou outras iniciativas de educação e/ou pesquisa que julgue convenientes para melhor atendimento de sua finalidade;
- Prestar auxílio a comunidades carentes integradas aos esforços da sociedade, mediante assistência hospitalar e comunitária, de educação básica e educação infantil, creches, combate ao câncer e clínica pastoral;
- Promover e participar de programas de parceria escola e empresa;
- Defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;
- Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- Promover o voluntariado;
- Promover a assistência social;
- Promover consultoria na área médica, assistencial, de educação, de pesquisa, de gestão hospitalar e de saúde;
- Desenvolver, importar, exportar e distribuir tecnologia, produtos, serviços e equipamentos, inclusive ferramentas digitais, relacionados às suas finalidades, podendo, para tanto, firmar acordos ou associar-se a pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para a comercialização de produtos e serviços resultantes das referidas parcerias;
- Promover, de forma complementar aos demais objetivos, a comercialização de artigos com sua marca, a prestação de serviços de estacionamento, a venda de produtos alimentícios, a produção e fornecimento de refeições, a operação de restaurantes e/ou similares e o aluguel de imóveis próprios, com a finalidade de reverter o produto das vendas em ações de qualidade de vida, saúde, educação, meio-ambiente, assistência social e demais atividades previstas em seu Estatuto Social;
- Investir em instituições, empresas e/ou sociedades de propósitos semelhantes aos da Entidade visando expandir, diversificar, qualificar, aprimorar e tornar mais ágil e eficiente a execução das atividades previstas em seu Estatuto Social, conforme legislação aplicável;
- Promover, de forma complementar aos demais objetivos, o conhecimento, a cultura, a qualidade de vida, o esporte e a arte, através de congressos, exposições, feiras, bibliotecas, atividades de museu e outras atividades artísticas, culturais e esportivas.

Como associação civil sem fins lucrativos, a Entidade é imune às contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal, Código Tributário Nacional e legislação aplicável às entidades beneficentes e sem fins lucrativos. Desde o ano de 2008, a Associação Hospitalar Moinhos de Vento integra o Grupo de Hospitais Estratégicos de Excelência definidos pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 393/GM/MS, de 03 de março de 2008. A Portaria nº 6.944/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2025, renovou o reconhecimento de excelência da Entidade para o período de 28 de agosto de 2023 a 27 de agosto de 2028.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pela Associação Hospitalar Moinhos de Vento (Controladora) e pelo Laboratório Zanol Ltda. (Controlada). O Laboratório Zanol Ltda., adquirido em outubro de 2024 pela Associação Hospitalar Moinhos de Vento, é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Alegre, atuando desde 2011 na área de patologia clínica e medicina laboratorial com foco no diagnóstico das doenças hematológicas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Comitê Executivo, em 27 de fevereiro de 2026.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 25. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso do passivo de benefício pós-emprego, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 9 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 25.17.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

Seção B – Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Risco de crédito para a determinação da provisão para perdas esperadas (Nota 6)

A provisão para perdas esperadas é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios utilizados para as estimativas são as taxas de perdas históricas e a análise individual dos saldos das contas a receber com risco de inadimplência, levando em consideração as condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

(b) Critérios de rateio dos custos indiretos nos projetos do PROADI-SUS (Nota 16)

A Entidade contabiliza o custo indireto apropriado aos projetos do PROADI-SUS. Esta apropriação ocorre mediante o método de custeio por absorção com alocação recíproca entre as áreas e utilização de critérios de rateios específicos que retratam os esforços despendidos pelas áreas de apoio e administrativas no atendimento aos projetos.

(c) Provisão para contingências (Nota 15)

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(d) Benefício de saúde pós-emprego (Nota 17)

A Entidade reconhece o passivo atuarial de pós-emprego decorrente do plano de saúde. O valor da obrigação é determinado com base em cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis materiais

(a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Entidade e é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e dos descontos concedidos, quando aplicáveis. A Entidade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Entidade não possui receitas baseadas em estimativas ou resultados históricos.

As principais receitas operacionais reconhecidas pela Entidade referem-se aos serviços hospitalares de internação, serviços ambulatoriais, serviços auxiliares de diagnóstico e terapia e serviços educacionais. A receita financeira é decorrente, principalmente, das aplicações financeiras e é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(b) Determinação dos prazos de arrendamentos

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Entidade, segundo as políticas vigentes. A tesouraria identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. A administração estabelece princípios para a gestão de risco global.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Entidade está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Entidade. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em decorrência de sua atividade, a Entidade não realizou transações relevantes em moeda diferente de sua moeda funcional.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Entidade decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Entidade ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante 2025 e 2024, os empréstimos da Entidade às taxas variáveis eram mantidos em reais. A Entidade analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais aumentassem em torno de 25% (Nota 21), considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o superávit líquido do exercício apresentaria variação negativa de R$ 9.710, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas nos empréstimos indexados pela SELIC. Em contrapartida, o efeito seria integralmente compensado no caixa e equivalentes de caixa com uma variação positiva no superávit líquido do exercício de R$ 16.086, uma vez que estes são atualizados com base no mesmo indexador dos empréstimos e financiamentos (Nota 21). O efeito líquido destas variações resultaria em um aumento do superávit líquido do exercício de R$ 6.376 (na controladora e no consolidado).

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As contas a receber geradas pelos serviços prestados pela Entidade são liquidadas em dinheiro, transferências bancárias e outros meios de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

***Impairment* de ativos financeiros**

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Entidade estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- contas a receber de clientes pela prestação de serviços hospitalares; e
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores da necessidade de *impairment* para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Entidade aplica a abordagem simplificada CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas de serviços realizados em um período de 36 meses antes de 31 de dezembro de 2025 ou 31 de dezembro de 2024, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. A provisão para perdas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi determinada para contas a receber de clientes e ativos de contratos e está apresentada na Nota 6.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias.

Quando aplicável, as perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no superávit operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, a qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros, por faixas de

página 1 Continua

Continuação

HOSPITAL MOINHOS DE VENTO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Controladora					
31 de dezembro de 2025					
Fornecedores		193.770	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	45.840	26.968	70.384	69.766
Obrigações de arrendamento	10	2.493	2.425	3.829	-
31 de dezembro de 2024					
Fornecedores		191.284	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	67.437	39.344	73.840	92.895
Obrigações de arrendamento	10	2.279	2.214	5.714	-
Consolidado					
31 de dezembro de 2025					
Fornecedores		193.772	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	45.840	26.968	70.384	69.766
Obrigações de arrendamento	10	2.493	2.425	3.829	-
31 de dezembro de 2024					
Fornecedores		191.348	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	67.437	39.348	73.840	92.895
Obrigações de arrendamento	10	2.279	2.214	5.714	-

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua continuidade operacional, garantindo a manutenção dos objetivos listados na Nota 1. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Entidade, a administração pode, ou propõe, nos casos em que é necessária a aprovação por parte do Conselho de Administração, ajustes em sua estrutura de endividamento. Condizente com outras entidades do setor, a Entidade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial individual e consolidado) e obrigações de arrendamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Empréstimos e financiamentos	13	212.958	273.516	212.958	273.520
Obrigações de arrendamento	10	8.747	10.207	8.747	10.207
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(411.024)	(536.204)	(411.084)	(536.281)
Dívida líquida		(189.319)	(252.481)	(189.379)	(252.554)
Total do patrimônio líquido	18	970.363	867.425	970.363	867.425
Total do capital		781.044	614.944	780.984	614.871
Índice de alavancagem financeira		-24,2%	-41,1%	-24,2%	-41,1%

O capital é administrado no nível de todas as unidades geradoras ou consumidoras de caixa da Entidade.

Cláusulas restritivas – *covenants*

Sob os termos das principais linhas de crédito, a Entidade é obrigada a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- Manutenção do índice de liquidez corrente igual ou superior a 1,2; e
- Relação entre a dívida líquida e o EBITDA igual ou inferior a 2.

A Entidade cumpriu todos os *covenants* durante o exercício.

3.3 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos ativos e passivos financeiros pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela da Nota 4 classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
- O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado. Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

Seção C – Notas explicativas relevantes e selecionadas

4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	Nota	Custo amortizado	Valor justo (*)	Total
Controladora – Em 31 de dezembro de 2025				
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	5	411.024	-	411.024
Contas a receber	6	315.560	-	315.560
Depósitos judiciais	15	23.274	-	23.274
Outros ativos		12.001	-	12.001
		761.859	**-**	**761.859**
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores		193.770	-	193.770
Empréstimos e financiamentos	13	212.958	-	212.958
Obrigações trabalhistas	14	82.483	-	82.483
Impostos e contribuições sociais		9.569	-	9.569
Obrigações de arrendamento	10	8.747	-	8.747
Benefício de saúde pós-emprego	17	-	5.828	5.828
Outros passivos		48.112	-	48.112
		555.639	**5.828**	**561.467**
Controladora – Em 31 de dezembro de 2024				
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	5	536.204	-	536.204
Contas a receber	6	266.557	-	266.557
Depósitos judiciais	15	27.089	-	27.089
Partes relacionadas		500	-	500
Outros ativos		9.112	-	9.112
		839.462	**-**	**839.462**
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores		191.284	-	191.284
Empréstimos e financiamentos	13	273.516	-	273.516
Obrigações trabalhistas	14	71.414	-	71.414
Impostos e contribuições sociais		9.880	-	9.880
Obrigações de arrendamento	10	10.207	-	10.207
Benefício de saúde pós-emprego	17	-	7.661	7.661
Outros passivos		32.094	-	32.094
		588.395	**7.661**	**596.056**

(*) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(b) Consolidado

	Nota	Custo amortizado	Valor justo (*)	Total
Consolidado – Em 31 de dezembro de 2025				
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	5	411.084	-	411.084
Contas a receber	6	315.819	-	315.819
Depósitos judiciais	15	23.274	-	23.274
Outros ativos		12.060	-	12.060
		762.237	**-**	**762.237**
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores		193.772	-	193.772
Empréstimos e financiamentos	13	212.958	-	212.958
Obrigações trabalhistas	14	82.484	-	82.484
Impostos e contribuições sociais		9.570	-	9.570
Obrigações de arrendamento	10	8.747	-	8.747
Benefício de saúde pós-emprego	17	-	5.828	5.828
Outros passivos		48.112	-	48.112
		555.643	**5.828**	**561.471**
Em 31 de dezembro de 2024				
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	5	536.281	-	536.281
Contas a receber	6	266.987	-	266.987
Depósitos judiciais	15	27.089	-	27.089
Outros ativos		9.198	-	9.198
		839.555	**-**	**839.555**
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores		191.348	-	191.348
Empréstimos e financiamentos	13	273.520	-	273.520
Obrigações trabalhistas	14	71.433	-	71.433
Impostos e contribuições sociais		9.886	-	9.886
Obrigações de arrendamento	10	10.207	-	10.207
Benefício de saúde pós-emprego	17	-	7.661	7.661
Outros passivos		32.094	-	32.094
		588.488	**7.661**	**596.149**

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Caixa e depósitos bancários à vista	1.012	593	1.012	596
Aplicações financeiras	410.012	535.611	410.072	535.685
	411.024	536.204	411.084	536.281

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações pós-fixadas lastreadas, na média, a 101,47% do rendimento do CDI (2024 – 99,1%) podendo ser resgatadas a qualquer tempo, a preços e taxas de mercado. Estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de negociação.

6 Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é apresentada abaixo:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Serviços hospitalares e laboratoriais - contas faturadas	220.587	188.899	220.846	189.329
Serviços hospitalares e laboratoriais - contas em formação	95.366	78.883	95.366	78.883
Cartão de crédito	15.621	11.676	15.621	11.676
Ensino e pesquisa	18.869	20.150	18.869	20.150
Outras	5.867	2.118	5.867	2.118
	356.310	301.726	356.569	302.156
(-) Provisão para perdas esperadas	(40.750)	(35.169)	(40.750)	(35.169)
	315.560	266.557	315.819	266.987

As contas a receber em formação correspondem a serviços médicos e hospitalares já realizados de atendimentos não concluídos ou ainda não faturados até o encerramento do exercício.

A composição do vencimento do contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
A vencer	287.853	237.875	288.112	238.305
Vencidos:				
Entre 1 e 30 dias	10.006	11.138	10.006	11.138
Entre 31 e 60 dias	4.046	3.694	4.046	3.694
Entre 61 e 90 dias	3.075	3.129	3.075	3.129
Acima de 90 dias	51.330	45.890	51.330	45.890
	356.310	301.726	356.569	302.156

A movimentação da provisão para perdas esperadas é como segue (controladora e consolidado):

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Em 1º de janeiro	(35.169)	(29.736)	(35.169)	(29.736)
Aumento da provisão para perdas esperadas	(9.059)	(6.979)	(9.059)	(6.979)
Baixas da provisão para perdas esperadas	3.478	1.546	3.478	1.546
Em 31 de dezembro	(40.750)	(35.169)	(40.750)	(35.169)

7 Estoques

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Medicamentos	36.078	28.092	36.078	28.092
Materiais médico-hospitalares	12.903	16.065	12.903	16.065
Estoque de terceiros em nosso poder	22.706	17.455	22.706	17.455
Material de enfermagem	1.182	4.956	1.182	4.956
Instrumental cirúrgico	5.509	1.855	5.509	1.855
Insumos de laboratório	1.325	1.781	1.325	1.781
Outros	7.878	6.384	7.878	6.384
	87.581	76.588	87.581	76.588

8 Propriedades para investimento

	Controladora Terrenos	Consolidado Terrenos
Em 1° de janeiro de 2024		
Custo	13.229	13.229
Depreciação acumulada	-	-
Saldo contábil, líquido	13.229	13.229
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	13.229	13.229
Saldo contábil, líquido	13.229	13.229
Em 31 de dezembro de 2024		
Custo	13.229	13.229
Depreciação acumulada	-	-
Saldo contábil, líquido	13.229	13.229
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	13.229	13.229
Baixas (custo)	(1.444)	-
Saldo contábil, líquido	11.785	13.229
Em 31 de dezembro de 2025		
Custo	11.785	13.229
Depreciação acumulada	-	-
Saldo contábil, líquido	11.785	13.229

9 Investimentos

(a) Combinação de negócios

Em 31 de outubro de 2024, a Entidade adquiriu 100% do capital social da Laboratório Zanol Ltda., a qual tem como atividades a realização de exames de análises clínicas e consultoria em hematologia e patologia clínica. O valor total da contraprestação foi de R$ 1.200, pago através de transferência bancária em 31 de outubro de 2024, sendo alocado um ágio provisório nas demonstrações financeiras de 2024. Em 2025, a Entidade obteve o resultado do Laudo de Alocação do Preço de Aquisição, reconhecendo um ágio definitivo no montante de R$ 507, conforme demonstrado a seguir:

Em 31 de outubro de 2024	
Contraprestação	1.200
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	106
Contas a receber de clientes	54
Outros ativos	296
Imobilizado (Nota 12)	74
Intangível - Relacionamento com clientes	256
Intangível - Acordo de não-competição	19
Fornecedores	(86)
Obrigações trabalhistas	(16)
Impostos e contribuições sociais	(4)
Empréstimos e financiamentos	(6)
Total de ativos líquidos identificáveis	693
Ágio	507
	1.200

A Entidade realizou no ano de 2025 as alterações na alocação do preço de compra de acordo com o Laudo de Alocação do Preço de Aquisição.

(b) Resumo das informações financeiras

	Laboratório Zanol Ltda. 2025	Laboratório Zanol Ltda. 2024
Participação	100%	100%
Total do ativo	434	690
Total do passivo	4	619
Total do patrimônio líquido	430	71
Receita líquida	2.113	404
Custos e despesas	(1.546)	(859)
Resultado financeiro	(72)	-
Imposto de renda e contribuição social	(14)	(14)
Lucro (prejuízo) do exercício	481	(469)

(c) Movimentação dos investimentos

	2025
Em 1º de janeiro	731
Participação no resultado de controladas	481
Depreciação - Relacionamento com clientes	(6)
Depreciação - Acordo de não-competição	(1)
Em 31 de dezembro	1.205

10 Arrendamentos

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativos de direito de uso				
Imóveis	8.679	10.142	8.679	10.142
	8.679	10.142	8.679	10.142
Obrigações de arrendamentos				
Passivo circulante	2.493	2.279	2.493	2.279
Passivo não circulante	6.254	7.928	6.254	7.928
	8.747	10.207	8.747	10.207

página 2 Continua

Continuação

HOSPITAL MOINHOS DE VENTO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

(b) Movimentação dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos estão apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado
	Imóveis	Imóveis
Em 1° de janeiro de 2024		
Custo	12.205	12.205
Depreciação acumulada	(8.150)	(8.150)
Saldo contábil, líquido	4.055	4.055
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	4.055	4.055
Adições	8.468	8.468
Baixas (custo)	(8.783)	(8.783)
Baixas (depreciação)	8.783	8.783
Depreciação	(2.381)	(2.381)
Saldo contábil, líquido	10.142	10.142
Em 31 de dezembro de 2024		
Custo	11.890	11.890
Depreciação acumulada	(1.748)	(1.748)
Saldo contábil, líquido	10.142	10.142
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	10.142	10.142
Adições	816	816
Depreciação	(2.279)	(2.279)
Saldo contábil, líquido	8.679	8.679
Em 31 de dezembro de 2025		
Custo	12.706	12.706
Depreciação acumulada	(4.027)	(4.027)
Saldo contábil, líquido	8.679	8.679

(ii) Passivos de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	10.207	4.182	10.207	4.182
Novos contratos e aditivos	-	8.215	-	8.215
Remensuração de contratos	816	253	816	253
Juros provisionados	724	436	724	436
Pagamentos	(2.276)	(2.403)	(2.276)	(2.403)
Descontos	-	(40)	-	(40)
Juros pagos	(724)	(436)	(724)	(436)
Em 31 de dezembro	8.747	10.207	8.747	10.207

(c) Maturidade dos contratos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Até um ano	2.493	2.279	2.493	2.279
Entre um e dois anos	2.425	2.214	2.425	2.214
Entre dois e cinco anos	3.829	5.714	3.829	5.714
	8.747	10.207	8.747	10.207

11 Intangível

(a) Controladora

	Softwares	Carteira de clientes	Controladora Total
Em 1° de janeiro de 2024			
Custo	35.689	-	35.689
Amortização acumulada	(23.602)	-	(23.602)
Saldo contábil, líquido	12.087	-	12.087
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024			
Saldo inicial	12.087	-	12.087
Adições	5.242	-	5.242
Baixas (custo)	(24)	-	(24)
Baixas (amortização)	24	-	24
Transferências do Imobilizado (custo)	236	-	236
Transferências do Imobilizado (amortização)	(84)	-	(84)
Amortização	(4.376)	-	(4.376)
Saldo contábil, líquido	13.105	-	13.105
Em 31 de dezembro de 2024			
Custo	41.143	-	41.143
Amortização acumulada	(28.038)	-	(28.038)
Saldo contábil, líquido	13.105	-	13.105
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
Saldo inicial	13.105	-	13.105
Adições	5.577	-	5.577
Transferências do Imobilizado (custo)	51	-	51
Aquisição da carteira de clientes (*)	-	600	600
Amortização	(5.069)	-	(5.069)
Saldo contábil, líquido	13.664	600	14.264
Em 31 de dezembro de 2025			
Custo	46.771	600	47.371
Amortização acumulada	(33.107)	-	(33.107)
Saldo contábil, líquido	13.664	600	14.264

(*) Em 1º de dezembro de 2025, a Entidade celebrou contrato com a Pneumo Laboratório da Respiração Ltda.

(b) Consolidado

	Softwares	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Ágio	Consolidado Total
Em 1° de janeiro de 2024					
Custo	35.689	-	-	-	35.689
Amortização acumulada	(23.602)	-	-		(23.602)
Saldo contábil, líquido	12.087	-	-		12.087
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024					
Saldo inicial	12.087	-	-	-	12.087
Adições	5.242	-	-	-	5.242
Baixas (custo)	(24)	-	-	-	(24)
Baixas (amortização)	24	-	-	-	24
Transferências do Imobilizado (custo)	236	-	-	-	236
Transferências do Imobilizado (amortização)	(84)	-	-	-	(84)
Aquisição de controlada	-	-		660	660
Amortização	(4.376)	-	-	-	(4.376)
Saldo contábil, líquido	13.105	-	-	660	13.765
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	41.143	-	-	660	41.803
Amortização acumulada	(28.038)	-	-	-	(28.038)
Saldo contábil, líquido	13.105	-	-	660	13.765
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025					
Saldo inicial	13.105	-	-	660	13.765
Adições	5.577	-	-	-	5.577
Transferências do Imobilizado (custo)	51	-	-	-	51
Aquisição de controlada (Nota 9)	-	256	19	(153)	122
Aquisição da carteira de clientes	-	600	-	-	600
Amortização	(5.069)	(6)	(1)	-	(5.076)
Saldo contábil, líquido	13.664	850	18	507	15.039
Em 31 de dezembro de 2025					
Custo	46.771	856	19	507	48.153
Amortização acumulada	(33.107)	(6)	(1)	-	(33.114)
Saldo contábil, líquido	13.664	850	18	507	15.039

As taxas de amortização dos ativos intangíveis estão apresentadas na Nota 25.7.

12 Imobilizado

(a) Controladora

	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e aparelhos médicos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação e comunicação	Veículos	Instrumental cirúrgico	Imobilizado em andamento	Controladora Total
Em 1° de janeiro de 2024								
Custo	507.725	258.066	47.954	69.500	81	3.012	86.397	972.735
Depreciação acumulada	(233.331)	(153.177)	(32.453)	(50.621)	(81)	(3.009)	-	(472.672)
Saldo contábil, líquido	274.394	104.889	15.501	18.879	-	3	86.397	500.063
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	274.394	104.889	15.501	18.879	-	3	86.397	500.063
Adições	101	37.365	1.809	10.207	-	-	162.478	211.960
Baixas (custo)	(21)	(4.212)	(707)	(3.915)	-	-	-	(8.855)
Baixas (depreciação)	21	3.963	681	3.862	-	-	-	8.527
Transferências (custo)	66.405	13.507	2.134	1.565	-	-	(83.847)	(236)
Transferências (depreciação)	(1.312)	968	349	79	-	-	-	84
Investimentos em projetos PROADI-SUS	-	(3.037)	-	(554)	-	-	-	(3.591)
Depreciação	(20.200)	(19.991)	(2.724)	(6.319)	-	(3)	-	(49.237)
Saldo contábil, líquido	319.388	133.452	17.043	23.804	-	-	165.028	658.715
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo	574.210	301.689	51.190	76.803	81	3.012	165.028	1.172.013
Depreciação acumulada	(254.822)	(168.237)	(34.147)	(52.999)	(81)	(3.012)	-	(513.298)
Saldo contábil, líquido	319.388	133.452	17.043	23.804	-	-	165.028	658.715
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025								
Saldo inicial	319.388	133.452	17.043	23.804	-	-	165.028	658.715
Adições	7	49.833	871	4.446	-	-	142.040	197.197
Baixas (custo)	-	(19.964)	(268)	(1.943)	-	-	(105)	(22.280)
Baixas (depreciação)	-	18.734	263	1.943	-	-	-	20.940
Transferências (custo)	124.816	42.157	5.029	6.379	-	-	(178.432)	(51)
Transferências (depreciação)	(292)	2	292	(2)	-	-	-	-
Investimentos em projetos PROADI-SUS (Nota 16)	-	(4.218)	-	(534)	-	-	-	(4.752)
Depreciação	(24.484)	(24.479)	(3.165)	(8.131)	-	-	-	(60.259)
Saldo contábil, líquido	419.435	195.517	20.065	25.962	-	-	128.531	789.510
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	699.033	369.497	56.822	85.151	81	3.012	128.531	1.342.127
Depreciação acumulada	(279.598)	(173.980)	(36.757)	(59.189)	(81)	(3.012)	-	(552.617)
Saldo contábil, líquido	419.435	195.517	20.065	25.962	-	-	128.531	789.510

(b) Consolidado

	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e aparelhos médicos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação e comunicação	Veículos	Instrumental cirúrgico	Imobilizado em andamento	Consolidado Total
Em 1° de janeiro de 2024								
Custo	507.725	258.066	47.954	69.500	81	3.012	86.397	972.735
Depreciação acumulada	(233.331)	(153.177)	(32.453)	(50.621)	(81)	(3.009)	-	(472.672)
Saldo contábil, líquido	274.394	104.889	15.501	18.879	-	3	86.397	500.063
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	274.394	104.889	15.501	18.879	-	3	86.397	500.063
Adições	101	37.365	1.809	10.207	-	-	162.478	211.960
Baixas (custo)	(21)	(4.212)	(707)	(3.915)	-	-	-	(8.855)
Baixas (depreciação)	21	3.963	681	3.862	-	-	-	8.527
Transferências (custo)	66.405	13.507	2.134	1.565	-	-	(83.847)	(236)
Transferências (depreciação)	(1.312)	968	349	79	-	-	-	84
Investimentos em projetos PROADI-SUS (Nota 16)	-	(3.037)	-	(554)	-	-	-	(3.591)
Aquisição de controlada (Nota 9)	-	24	37	13	-	-	-	74
Depreciação	(20.200)	(19.993)	(2.725)	(6.319)	-	(3)	-	(49.240)
Saldo contábil, líquido	319.388	133.474	17.079	23.817	-	-	165.028	658.786
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo	574.210	301.713	51.227	76.816	81	3.012	165.028	1.172.087
Depreciação acumulada	(254.822)	(168.239)	(34.148)	(52.999)	(81)	(3.012)	-	(513.301)
Saldo contábil, líquido	319.388	133.474	17.079	23.817	-	-	165.028	658.786
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025								
Saldo inicial	319.388	133.474	17.079	23.817	-	-	165.028	658.786
Adições	7	49.833	871	4.446	-	-	142.040	197.197
Baixas (custo)	-	(19.964)	(268)	(1.943)	-	-	(105)	(22.280)
Baixas (depreciação)	-	18.734	263	1.943	-	-	-	20.940
Transferências (custo)	124.816	42.157	5.029	6.379	-	-	(178.432)	(51)
Transferências (depreciação)	(292)	2	292	(2)	-	-	-	-
Investimentos em projetos PROADI-SUS (Nota 16)	-	(4.218)	-	(534)	-	-	-	(4.752)
Depreciação	(24.484)	(24.488)	(3.170)	(8.132)	-	-	-	(60.274)
Saldo contábil, líquido	419.435	195.530	20.096	25.974	-	-	128.531	789.566
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	699.033	369.521	56.859	85.164	81	3.012	128.531	1.342.201
Depreciação acumulada	(279.598)	(173.991)	(36.763)	(59.190)	(81)	(3.012)	-	(552.635)
Saldo contábil, líquido	419.435	195.530	20.096	25.974	-	-	128.531	789.566

O saldo de imobilizado em andamento refere-se à construção de edificação para ampliação da operação hospitalar, reformas e modernizações nas estruturas já existentes.

As taxas de depreciação estão apresentadas na Nota 25.8. O valor dos custos de empréstimos incorporados ao imobilizado durante o exercício de 2025 foi de R$ 5.321 (2024 – R$ 6.700). Os bens dados em garantia dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 13.

13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão assim apresentados:

Modalidade	Indexador	Taxa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Capital de giro	CDI + Tx Pré	17,30% a.a.	193.156	250.253	193.156	250.257
Capital de giro	Tx Pré	11,20% a.a.	11.123	10.006	11.123	10.006
FINEP	TJLP + Tx Pré	10,71% a.a.	8.679	13.257	8.679	13.257
			212.958	273.516	212.958	273.520
Passivo circulante			45.840	67.437	45.840	67.437
Passivo não circulante			167.118	206.079	167.118	206.083
			212.958	273.516	212.958	273.520

O valor justo dos empréstimos classificados no passivo circulante é semelhante ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos, foram concedidas hipotecas de imóveis, caução de recebíveis e operações de direito creditório concernentes aos domicílios bancários.

O cronograma dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos é o que segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Até um ano	45.840	67.437	45.840	67.437
Entre um e dois anos	26.968	39.344	26.968	39.348
Entre dois e cinco anos	70.384	73.840	70.384	73.840
Acima de cinco anos	69.766	92.895	69.766	92.895
	212.958	273.516	212.958	273.520

14 Obrigações trabalhistas

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Salários e bônus a pagar	21.794	14.811	21.794	14.811
Provisão de férias	54.766	51.188	54.766	51.188
FGTS	3.962	3.691	3.962	3.694
INSS sobre a folha de pagamento	1.961	1.724	1.962	1.740
	82.483	71.414	82.484	71.433

15 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas se relevantes pela administração, amparada por seus assessores legais internos e externos.

A composição da provisão para contingências e o saldo dos depósitos judiciais estão demonstrados abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Provisão para contingências		Depósitos judiciais		Provisão para contingências		Depósitos judiciais	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cíveis	6.531	5.764	5.151	5.155	6.531	5.764	5.151	5.155
Tributárias	-	11	-	-	-	11	-	-
Trabalhistas	123.855	121.066	18.123	21.934	123.855	121.066	18.123	21.934
	130.386	126.841	23.274	27.089	130.386	126.841	23.274	27.089
Passivo circulante	-	11	-	-	-	11	-	-
Passivo não circulante	130.386	126.830	23.274	27.089	130.386	126.830	23.274	27.089
	130.386	126.841	23.274	27.089	130.386	126.841	23.274	27.089

página 3 Continua

Continuação

HOSPITAL MOINHOS DE VENTO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

A movimentação das provisões para contingências é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	126.841	114.772	126.841	114.772
Adições	31.871	34.775	31.871	34.775
Pagamentos	(28.326)	(22.706)	(28.326)	(22.706)
Em 31 de dezembro	130.386	126.841	130.386	126.841

As demandas cíveis correspondem, principalmente, a processo ativo em que a Entidade questiona a cobrança de valores pela concessionária de energia elétrica local, tendo realizado depósito judicial de importâncias; e a processos onde é acionada como corresponsável por ações de erro médico.
As demandas trabalhistas correspondem a reclamatórias diversas vinculadas em sua maioria a pleitos indenizatórios, sendo que o total da provisão representa a melhor estimativa da Entidade em relação às contingências individuais e coletivas em andamento.
Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço
A Entidade possui outras ações de natureza trabalhista, tributárias e no âmbito administrativo envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis de, aproximadamente R$ 76.618 na controladora e no consolidado (R$ 79.425 em 2024 na controladora e no consolidado), com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.
Além destes processos, há um processo judicial de natureza tributária cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos. Trata-se de Ação Popular que se limita a requerer a anulação de decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF que reconheceu a decadência de débitos de quota patronal lavrados contra a entidade por meio do Processo Administrativo nº 10552.000616/2007-72. A Ação Popular foi julgada favoravelmente à Entidade em primeira e segunda instâncias, tendo a autora interposto Recurso Especial. O Recurso foi inadmitido pelo Tribunal Regional Federal e, quando do fechamento das demonstrações, ainda havia prazo para a autora recorrer ao STJ.
Em que pese a estimativa de perda possível, a probabilidade de saída de recursos financeiros, caso haja eventual desfecho desfavorável em relação a esta demanda, foi considerada como remota pelos nossos consultores jurídicos, uma vez que este processo não possui consequência econômica ou tributária direta, na medida em que, no caso de procedência, haverá novo julgamento pelo CARF e a probabilidade de reconhecimento da decadência por outros fundamentos ou o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança, por ser inconstitucional, na linha do decidido na Repercussão Geral RE 566.622, ADI 2028 e ADI 2228.

16 Assistência social - projetos de apoio ao SUS (controladora e consolidado)
Desde 2008, em razão da publicação da Portaria nº 393/GM/MS, de 3 de março de 2008, do Decreto nº 5.895/2006, que deu nova redação ao art. 3º do Decreto nº 2.536/1998, a Entidade passou a ser habilitada pelo Ministério da Saúde como Hospital Estratégico de Excelência. A Portaria nº 5.483/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2024, atualizou as normas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), regulamentando a aferição da capacidade institucional e estabelecendo mecanismos de supervisão para reconhecimento de excelência das Entidades de saúde participantes do programa. A Portaria nº 6.944/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2025, renovou o reconhecimento de excelência da Entidade para o período de 28 de agosto de 2023 a 27 de agosto de 2028.
Ainda no ano de 2008, foi firmado Termo de Ajuste com o Ministério da Saúde para a realização de projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS. Desde 2009, em cumprimento às legislações atinentes às respectivas épocas e, atualmente à Lei Complementar nº 187/2021, ao Decreto nº 11.791/2023 e à Portaria nº 3.362/GM/MS de 2017 e à Portaria nº 7.325/GM/MS publicada no Diário Oficial da União em 26 de junho de 2025, a Entidade vem aplicando em projetos de apoio ao SUS, no mínimo, os valores que obteve de contribuições imunes, seguindo o cronograma de execução firmado com o Ministério da Saúde através de termos de ajuste.
Em 29 de novembro de 2023, a Entidade celebrou, junto ao Ministério da Saúde, o Termo de Ajuste nº 3/2023 para o triênio 2024 – 2026, conforme extrato publicado no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2023, sendo estimado o montante de aplicações nos projetos de apoio ao SUS no valor de R$ 292.342. Posteriormente, em 25 de julho de 2024, foi firmado com a Entidade junto ao Ministério da Saúde, o Termo de Apostilamento nº 3/2024, elevando o valor para R$ 307.186. Por fim, em 09 de maio de 2025, com o Termo de Apostilamento n° 2/2025, o valor foi atualizado para R$ 304.101.
A Entidade obteve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de saúde, através da Portaria nº 2.087, de 09 de setembro de 2024. Este certificado abrange o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em dezembro de 2023, a Entidade solicitou pedido de renovação do CEBAS para o triênio 2024 - 2026, o qual se encontra em tramitação no Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS), da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) do Ministério da Saúde, sendo que, enquanto este pedido estiver em análise, mantém-se válida a certificação, conforme § 2º do artigo 37 da Lei Complementar nº 187/2021.
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade aplicou recursos em 30 projetos de apoio ao SUS aprovados pelo Ministério da Saúde, totalizando R$ 109.408 na controladora e no consolidado (R$ 78.464 na controladora e no consolidado em 2024), conforme demonstrado a seguir:
Onde:

			Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI - SUS)								
	Total dos custos e despesas (a)	Imunidades registradas no ano corrente (b)	HTLV (c)	CARDIOPATIA (d)	LEAN EMERGÊNCIAS (e)	PRECEPTORIA (f)	RHP (g)	TELENORDESTE (h)	Outros projetos (i)	Custos e despesas alocados nos projetos (j)	Total dos custos e despesas (k)
Impostos sobre a receita (Nota 19)	-	(1.301)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.301)
Custos e despesas operacionais											
Pessoal e encargos	(577.829)	(94.721)	7.749	4.219	5.400	4.874	4.713	4.083	39.425	70.463	(602.087)
Medicamentos e materiais médicos	(468.415)	(1.147)	1.401	43	128	3	9	2	1.487	3.073	(466.489)
Serviços médicos e técnicos contratados	(258.666)	(640)	1.725	650	2.034	1.373	953	1.300	17.914	25.949	(233.357)
Utilidades	(18.806)	-	16	3	4	3	4	4	446	480	(18.326)
Depreciações e amortizações	(67.699)	-	8	6	5	4	4	3	40	70	(67.629)
Materiais e serviços de manutenção	(34.889)	-	71	1	1	1	1	1	400	476	(34.413)
Valor justo do trabalho voluntário	(1.862)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.862)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(37.844)	(110)	1.095	103	171	106	78	70	2.522	4.145	(33.809)
	(1.466.010)	(96.618)	12.065	5.025	7.743	6.364	5.762	5.463	62.234	104.656	(1.457.972)
Impostos sobre importações de imobilizado e intangível	-	(2.506)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.506)
Aquisição de imobilizado para os projetos do PROADI (Nota 12)	(4.752)	-	174	3.583	-	13	16	-	966	4.752	-
Total	(1.470.762)	(100.425)	12.239	8.608	7.743	6.377	5.778	5.463	63.200	109.408	(1.461.779)

(a) Total dos custos e despesas operacionais da Entidade antes das imunidades e alocação nos projetos
(b) Imunidades do exercício de 2024 registradas no ano corrente
(c) Projeto de apoio "Estudo de prevalência de HTLV e outras IST e padrões de comportamento sexual em parturientes no Brasil e em população geral". ("HTLV")
(d) Projeto de apoio "Fortalecimento do Diagnóstico Precoce e da Assistência às Crianças com Cardiopatia Congênita no Brasil". ("CARDIOPATIA")
(e) Projeto de apoio "Lean nas Emergências". ("LEAN EMERGÊNCIAS")
(f) Projeto de apoio "Curso de Especialização de Preceptoria em Medicina de Família e Comunidade". ("PRECEPTORIA")
(g) Projeto de apoio "Reestruturação de Hospitais Públicos". ("RHP")
(h) Projeto de apoio "Assistência médica especializada na região Nordeste do Brasil por meio de Telemedicina". ("TELENORDESTE")
(i) Outros Projetos: Abertura conforme tabela a seguir.
(j) Custos e despesas alocados nos projetos (soma das colunas (c),(d), (e), (f), (g), (h) e (i)).
(k) Total dos custos e despesas operacionais da Entidade após as imunidades e alocação nos projetos.

A tabela a seguir apresenta a abertura da coluna classificada como "Outros projetos" e os respectivos saldos aplicados:

Nome do projeto	Valor
Onco-Genomas Brasil: mapeamento do câncer de mama e de próstata no sistema público brasileiro. ("ONCO-GENOMAS")	5.233
Estudo Epidemiológico sobre a Prevalência Nacional de Agentes Respiratórios em Crianças e Adolescentes. ("TBPED")	5.221
Polipílula e Riscômetro para prevenir Acidente Vascular Cerebral (AVC) e Comprometimento Cognitivo na Atenção Primária à Saúde - Expansão. ("PROMOTE EXPANSÃO")	4.813
Melhorando a Segurança do Paciente em Larga Escala no Brasil. ("SAÚDE EM NOSSAS MÃOS")	4.717
Formação em saúde ambiental para profissionais de saúde indígena. ("SAÚDE INDÍGENA")	4.395
Avaliação das principais variantes genéticas e seus impactos no acidente vascular cerebral no Sistema Único de Saúde. ("ARTEMIS BRASIL")	3.997
Apoio emergencial à gestão de hospitais no Rio Grande do Sul. ("GESTÃO HOSPITALAR RS")	3.650
Recomeçar RS: Promovendo a Saúde Mental em Comunidades Atingidas por Enchentes. ("RECOMEÇAR RS")	3.277
Curso de Especialização de Preceptoria em Área Profissional da Saúde. ("PRECEPTORIA MULTIPROFISSIONAL")	3.023
Curso de Especialização em Preceptoria de Residência Médica - Preceptoria Médica. ("PRECEPTORIA MÉDICA")	3.013
Avaliação da efetividade da tenecteplase no tratamento do AVC isquêmico agudo. ("RESILIENT-TNK")	2.873
Manejo Clínico de Diabetes, Hipertensão Arterial e Pré-natal na Atenção Primária à Saúde. ("MANEJO CLÍNICO NA APS")	2.858
Estudo CuidAR: reduzindo morbidade e custos em asma no país. ("CUIDAR/ASMA")	2.843
Avaliação de um protocolo assistencial de vigilância ativa para câncer de próstata no SUS. ("VIGIA SUS/CA")	2.691
Estudo ÓTIMO: otimização do tratamento adjuvante do câncer de mama HER2-positivo após neoadjuvância. ("ESTUDO ÓTIMO")	2.279
Programa de Aprimoramento para o Desenvolvimento de Diretrizes Clínico-Assistenciais para o SUS. ("DIRETRIZES")	1.683
Formação em Serviço:aprimoramento para médicos especialistas. ("MAIS MÉDICOS ESPECIALISTAS")	1.568
Ensaio clínico randomizado em cluster, stepped-wedge para avaliação do impacto de bundles de reabilitação precoce (apoiados por Telemedicina) na qualidade de vida de pacientes após insuficiência respiratória aguda hipoxêmica com suspeita de COVID-19. ("REHAB COVID")	1.488
Estudo de acompanhamento clínico pós terapia de ressincronização fisiológica versus biventricular em pacientes com insuficiência cardíaca. ("PHYSIOSYNC/ECR")	1.128
Fortalecimento da Avaliação de Tecnologias de Saúde nas Secretarias Estaduais. ("ATS EDUCAÇÃO")	1.082
Estudo de Terapia Tripla para Prevenção de Eventos Recorrentes de Doença Cerebral intraparenquimatosa. ("TRIDENT")	516
Impacto em longo prazo da COVID-19 na população brasileira. (PÓS COVID")	486
Gestão eficiente em ambientes hospitalares: qualificação de processos para melhoria de resultados. ("EFICIÊNCIA E MELHORIA EM HOSPITAIS")	268
AURORHA: Acesso universal ao rastreamento organizado com HPV-DNA. ("AURORHA")	98
Total	63.200

Os valores aplicados em imobilizado foram registrados em contas patrimoniais na rubrica "imobilizado" e, posteriormente, são utilizados para contrapor as imunidades usufruídas registradas no passivo. Anualmente, conforme requerido pela Portaria nº 3.362/GM/MS de 2017, a Entidade encaminha relatórios de prestação de contas dos projetos de apoio ao SUS constantes no Termo de Ajuste celebrado junto ao Ministério da Saúde, acompanhados de relatório dos auditores independentes. Os valores das imunidades fiscais usufruídas durante o exercício de 2025, e que deverão ser aplicados ao longo do exercício de 2026 na execução de projetos de apoio ao SUS, considerando o Termo de Ajuste nº 03/2023, relativos a INSS, COFINS, PIS e PIS e COFINS s/ importações foram de R$ 98.467, R$ 1.450, R$ 4.155 e R$ 8.488, respectivamente, totalizando R$ 112.560 (sendo de R$ 90.868, R$ 1.301, R$ 3.853 e R$ 4.403, respectivamente, totalizando R$ 100.425 em 2024).
A movimentação da provisão de assistência social está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	21.650	-
Imunidades usufruídas no ano anterior	100.425	100.114
Aplicações no ano corrente	(109.408)	(78.464)
Em 31 de dezembro	12.667	21.650

17 Benefício de saúde pós-emprego (controladora e consolidado)
O valor de R$ 5.828 na controladora e no consolidado (R$ 7.661 em 2024 na controladora e no consolidado) corresponde ao passivo atuarial de pós-emprego, cuja constituição se faz necessária em função do direito a benefícios a serem pagos no futuro para empregados e ex-empregados decorrentes do plano de saúde. Este passivo está atrelado ao formato contributório vigente até 31 março de 2017, de acordo com a Lei nº 9.656/1998.
Em abril de 2017, a Entidade alterou o formato, passando as contribuições dos beneficiários titulares em atividade a serem integralmente subsidiadas pela Entidade e cessando, desta forma, o aumento da base de empregados com direito a esse benefício no futuro. As principais premissas utilizadas para a determinação do passivo foram:
- Taxa real de desconto atuarial – 7,19%
- Retorno esperado sobre os ativos – 7,19%
- Health Care Cost Trend Rate – 4,10%
- Aging Factor – variação anual conforme a idade
- Análise de permanência – 98,00%

A Entidade reconheceu no resultado do exercício de 2025 o valor de R$ 979 na controladora e no consolidado (R$ 908 em 2024 na controladora e no consolidado) correspondente aos custos esperados do período, atualizado anualmente de acordo com laudo de especialista externo. O valor de R$ 2.812 foi reconhecido como outros resultados abrangentes em 2025, na controladora e no consolidado (R$ 2.646 em 2024 na controladora e no consolidado) referente mensuração do valor justo da obrigação correspondente ao benefício de saúde pós-emprego.

18 Patrimônio líquido
(a) Patrimônio social
O patrimônio social é constituído por todos os bens e direitos que a Entidade possui, sendo alterado em função dos resultados superavitários ou deficitários de suas operações, incorporados no final de cada exercício subsequente.
(b) Outros resultados abrangentes
Refere-se aos ganhos/perdas atuariais pela mensuração do valor justo da obrigação correspondente ao benefício de saúde pós-emprego (Nota 17).
(c) Superávit do exercício
Por se tratar de uma entidade sem a finalidade de lucros, o resultado auferido no exercício é revertido em sua integralidade para as suas atividades institucionais por meio da transferência do saldo apurado para o patrimônio social (Nota 18 (a)).

19 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta				
Serviços hospitalares e laboratoriais	1.444.540	1.314.966	1.446.643	1.315.358
Serviços de ensino e pesquisa	47.889	41.974	47.889	41.974
Valor justo do trabalho voluntário	1.862	1.792	1.862	1.792
Outras receitas	51.264	45.941	51.264	45.941
	1.545.555	1.404.673	1.547.658	1.405.065
Deduções da receita bruta				
COFINS	(1.301)	(1.379)	(1.368)	(1.392)
PIS	-	-	(15)	(3)
ICMS	(226)	(212)	(226)	(212)
ISSQN	-	-	(44)	(8)
Descontos concedidos	(20.095)	(19.989)	(20.095)	(19.989)
	(21.622)	(21.580)	(21.748)	(21.604)
	1.523.933	1.383.093	1.525.910	1.383.461

20 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e encargos	(601.667)	(558.963)	(602.087)	(559.092)
Medicamentos e materiais médicos	(465.796)	(425.696)	(466.489)	(425.874)
Serviços médicos e técnicos contratados	(233.275)	(200.282)	(233.357)	(200.752)
Utilidades	(18.318)	(16.635)	(18.326)	(16.638)
Depreciações e amortizações	(67.614)	(55.994)	(67.629)	(55.997)
Materiais e serviços de manutenção	(34.403)	(30.008)	(34.413)	(30.009)
Valor justo do trabalho voluntário	(1.862)	(1.792)	(1.862)	(1.792)
Resultado de equivalência patrimonial	481	(469)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(33.613)	(46.039)	(33.809)	(46.092)
	(1.456.067)	(1.335.878)	(1.457.972)	(1.336.246)
Custo do serviço prestado	(1.274.389)	(1.162.226)	(1.275.617)	(1.163.010)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(142.784)	(126.596)	(142.929)	(126.635)
Resultado de equivalência patrimonial	481	(469)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(39.375)	(46.587)	(39.426)	(46.601)
	(1.456.067)	(1.335.878)	(1.457.972)	(1.336.246)

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	64.309	55.490	64.343	55.490
Variação cambial ativa	548	1.583	548	1.583
Outras receitas financeiras	6.017	5.506	6.022	5.506
	70.874	62.579	70.913	62.579
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(33.519)	(27.956)	(33.519)	(27.956)
Juros sobre arrendamentos	(724)	(436)	(724)	(436)
Variação cambial passiva	(1.918)	(153)	(1.918)	(153)
Outras despesas financeiras	(2.453)	(2.096)	(2.564)	(2.096)
	(38.614)	(30.641)	(38.725)	(30.641)
	32.260	31.938	32.188	31.938

22 Remuneração dos administradores (controladora e consolidado)
Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Entidade estava composta pelo presidente da Associação Hospitalar Moinhos de Vento e sete superintendentes (executivo, médico, assistencial e de educação, responsabilidade social e gestão de riscos, operações, estratégia e mercado e financeiro). No exercício de 2025 a despesa com remuneração e benefícios do pessoal-chave, representado pelo presidente e superintendentes, foi de R$ 17.388 na controladora e no consolidado (R$ 16.020 em 2024 na controladora). Estes valores estão apresentados na rubrica de "Despesas com vendas, gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.
A Entidade não possui remuneração em outras categorias de: (i) benefícios pós-emprego; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iii) remuneração baseada em ações.
O Estatuto Social da Entidade estabelece que os membros do Conselho de Administração não devem receber qualquer tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

23 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa
(a) Reconciliação da dívida (caixa) líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	212.958	273.516	212.958	273.520
Obrigações de arrendamento	8.747	10.207	8.747	10.207
Total da dívida	221.705	283.723	221.705	283.727
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(411.024)	(536.204)	(411.084)	(536.281)
Dívida (caixa) líquida	(189.319)	(252.481)	(189.379)	(252.554)

página 4 Continua

Continuação

HOSPITAL MOINHOS DE VENTO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

A movimentação da dívida líquida é demonstrada a seguir:

(i) Controladora

	Controladora				
	Empréstimos e financiamentos	Obrigações de arrendamento	Dívida total	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Em 1° de janeiro de 2024	315.414	4.182	319.596	(535.328)	(215.732)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	10.000	8.468	18.468	-	18.468
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(49.364)	(2.403)	(51.767)	-	(51.767)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(37.190)	(436)	(37.626)	-	(37.626)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(876)	(876)
	(76.554)	5.629	(70.925)	(876)	(71.801)
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	34.656	436	35.092	-	35.092
Outras variações	-	(40)	(40)	-	(40)
	34.656	396	35.052	-	35.052
Em 31 de dezembro de 2024	273.516	10.207	283.723	(536.204)	(252.481)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	-	816	816	-	816
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(52.044)	(2.276)	(54.320)	-	(54.320)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(47.354)	(724)	(48.078)	-	(48.078)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	125.180	125.180
	(99.398)	(2.184)	(101.582)	125.180	23.598
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	38.840	724	39.564	-	39.564
	38.840	724	39.564	-	39.564
Em 31 de dezembro de 2025	212.958	8.747	221.705	(411.024)	(189.319)

(ii) Consolidado

	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Obrigações de arrendamento	Dívida total	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Em 1° de janeiro de 2024	315.414	4.182	319.596	(535.328)	(215.732)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	10.000	8.468	18.468	-	18.468
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(49.366)	(2.403)	(51.769)	-	(51.769)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(37.190)	(436)	(37.626)	-	(37.626)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(953)	(953)
	(76.556)	5.629	(70.927)	(953)	(71.880)
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	34.656	436	35.092	-	35.092
Efeito da aquisição de controlada (Nota 9)	6	-	6	-	6
Outras variações	-	(40)	(40)	-	(40)
	34.662	396	35.058	-	35.058
Em 31 de dezembro de 2024	273.520	10.207	283.727	(536.281)	(252.554)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	-	816	816	-	816
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(52.048)	(2.276)	(54.324)	-	(54.324)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(47.354)	(724)	(48.078)	-	(48.078)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	125.197	125.197
	(99.402)	(2.184)	(101.586)	125.197	23.611
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	38.840	724	39.564	-	39.564
Outras variações	-	-	-	-	-
	38.840	724	39.564	-	39.564
Em 31 de dezembro de 2025	212.958	8.747	221.705	(411.084)	(189.379)

(b) Transações que não afetaram o caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de ativo imobilizado a pagar	14.798	55.599	14.798	55.599

24 Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas abaixo:

	Importância segurada
Incêndio, raio, explosão e outros riscos	652.500
Responsabilidade civil geral e administradores	75.000
Eventos cibernéticos	10.000

Seção D – Políticas contábeis materiais

25 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

25.1 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais, quando aplicável, relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados nas demonstrações dos resultados como receita ou despesa financeira. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

25.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

25.3 Ativos financeiros

25.3.1 Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

25.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Entidade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

25.3.3 Mensuração

Quando aplicável, no reconhecimento inicial, a Entidade mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

25.3.4 *Impairment*

A Entidade avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

25.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber faturados e contas em formação (Nota 6) pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A Entidade mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas e glosas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

25.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende basicamente os custos dos insumos e materiais que serão utilizados na prestação dos serviços dentro do curso normal das atividades da Entidade.

25.6 Arrendamentos

A Entidade aluga locais e equipamentos para a prestação dos seus serviços. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Entidade aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Entidade é o arrendatário, a Entidade optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. A Entidade está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Entidade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(ii) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos.

25.7 Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Entidade, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Quando aplicável, os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. A taxa anual de amortização utilizada pela Entidade é de 20%.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo , menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

25.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, o qual inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (em anos)	Taxa de depreciação (anual)
Prédio	40	2,50%
Máquinas, equipamentos e aparelhos médicos	10	10,00%
Móveis e utensílios	10	10,00%
Instrumental cirúrgico	10	10,00%
Equipamentos de computação e comunicação	5	20,00%
Veículos	5	20,00%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas relacionados a baixa do ativo imobilizado são reconhecidos em "Custo do serviço prestado" ou em "Despesas com vendas, gerais e administrativas" nas demonstrações dos resultados.

25.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo e estão representadas por terrenos mantidos para ampliações futuras.

25.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

25.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida nas demonstrações dos resultados durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

25.12 Provisões

(a) Geral

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

(b) Provisão para contingências

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

25.13 Benefícios a empregados

Obrigações de pós-emprego

A Entidade reconhece o passivo atuarial de pós-emprego decorrente do plano de saúde. A obrigação é calculada por atuários independentes, sendo que os ganhos e perdas atuariais do valor presente da obrigação decorrentes da atualização das premissas são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

25.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Entidade e é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e dos descontos concedidos, quando aplicáveis. A Entidade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Prestação de serviços hospitalares, ensino e pesquisa

Nas atividades hospitalares e de educação a receita é reconhecida quando o paciente ou aluno recebe o serviço e não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevantes. As glosas efetuadas pelos convênios estão contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando aplicável, a receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida nas demonstrações dos resultados como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

(c) Receita de arrendamentos

A receita com arrendamentos operacionais quando a Entidade atua como arrendadora, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento.

25.15 Valor justo do trabalho voluntário

Corresponde à mensuração e reconhecimento como receita e despesa no mesmo valor e, portanto, sem impacto no superávit do exercício, das horas incorridas pelas pessoas que dedicam o seu tempo para as atividades voluntárias da Entidade.

25.16 Tributação

Conforme mencionado na Nota 1, como Associação Civil sem fins lucrativos, a Associação Hospitalar Moinhos de Vento é imune às contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal em seus artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195, §7º.

Dessa forma, a Entidade cumpre os requisitos trazidos pelo Código Tributário Nacional em seu artigo nº 14 e pelas Leis nº 9.532/1997, nº 8.742/1993 e Lei Complementar nº 187/2021.

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de imunidade do pagamento do IRPJ incidente sobre as operações, de acordo com o artigo 150 da Constituição Federal, e da CSLL, nos termos do artigo 195 da Constituição Federal e do artigo 15 da Lei nº 9.532/1997.

(b) Contribuição Patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa para Integração Social (PIS)

Em razão da obtenção do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e reconhecimento como Hospital Estratégico de Excelência, a Entidade aplica os valores das contribuições imunes (INSS, PIS sobre folha de pagamento, COFINS sobre as receitas não próprias e PIS e COFINS sobre importações) em projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS (Sistema Único de Saúde), os quais são homologados pelo Ministério da Saúde, conforme detalhado na Nota 16.

Adicionalmente, a Entidade usufrui de isenção da COFINS sobre suas receitas próprias nos termos do artigo 14, inciso X da MP 2.158-35/2001, artigo 15 da Lei nº 9.532/1997 e artigos 23 e 24 da IN SRFB 1.911/2019.

25.17 Consolidação

Controladas são todas as empresas nas quais a Entidade detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Entidade. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Entidade deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Entidade reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Entidade.

25.18 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

25.19 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos

página 5 Continua

Continuação

HOSPITAL MOINHOS DE VENTO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Entidade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (equivalente ao CPC 26 (R1)):** em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. Essa nova norma contábil introduzirá novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Entidade. As alterações impostas pelo IFRS 18 podem trazer impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Entidade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes efeitos potenciais foram identificados: (a) embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Entidade, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado; (b) os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação; (c) também serão divulgadas medidas de desempenho definidas pela administração e subtotais de receitas e despesas; e (d) o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, passará a ser "lucro ou prejuízo operacional" e alteração na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

  A nova norma tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18 / CPC 26 (R1).

- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

  O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Entidade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:** em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. A Entidade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

Eduardo Bier de Araujo Correa	Mohamed Parrini Mutlaq	Marco Antônio de Modesti	Marinês Matté Rubim
Presidente	Superintendente Executivo	Superintendente Financeiro	Contadora CRC RS 053694/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos conselheiros e administradores da
Associação Hospitalar Moinhos de Vento
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Associação Hospitalar Moinhos de Vento ("Entidade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Associação Hospitalar Moinhos de Vento em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2026.

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

Vicente De Giacomo Pias
Contador CRC RS-97557/O

PUBLICIDADE LEGAL

MAISONNAVE COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES • CNPJ/MF Nº 87.191.847/0001-89: **Relatório da Administração:** Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2025, e respectivos demonstrativos pertinentes ao período. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais eventualmente desejados. Porto Alegre, 15/03/2026. A Administração. **Balanços Patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais) Pela Legislação Societária**

ATIVO	2025	2024
Circulante:	**1.419**	**591**
Disponibilidades	29	27
Operações de Crédito	1.169	340
Devedores P/Compra de Vlrs.e Bens	221	224
Não Circulante:	**19.360**	**19.194**
Realizável a Longo Prazo:	**17.993**	**17.781**
Depósitos judiciais	124	124
Bens Não Destinados a Uso	1.857	2.054
Crédito Coligadas, Interlig.	16.006	15.597
Créditos em Liquidação	6	6
Investimento	465	465
Imobilizado	902	948
Imobilizado	32.598	32.598
(-)Depreciação Acumulada	-31.696	-31.650
Ativo Total	**20.779**	**19.785**

Passivo	2025	2024
Circulante:	**7.344**	**7.346**
Impostos e Contrib. A Recolher	1.985	1.989
Contas a Pagar	5.359	5.357
Não Circulante:	**271.441**	**255.631**
Exigível a Longo Prazo:	271.441	255.631
Contas a Pagar	3.908	3.908
Provisão Encargos Financeiros	267.188	251.378
Débitos com Sociedade. Ligadas	345	345
Patrimônio Líquido	**-258.006**	**-243.192**
Capital Social	39.087	39.087
Prejuízos acumulados	-297.093	-282.279
Passivo Total	**20.779**	**19.785**
Passivo a Descoberto	**-39.087**	**-39.087**

Demonstração de Resultado Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais exceto o lucro/prejuízo p/ação)

	2025	2024
Receitas Operacionais:	**3.643**	**3.382**
Rendas de Operações de Crédito	34	23
Rendas de Aluguéis	3.609	3.359
Despesas Operacionais:	**3.343**	**1.329**
Despesas Tributárias	322	309
Despesas Administrativas	2.621	614
Despesas c/Honorários Administr.	24	24
Despesas c/Depreciação	46	46
Despesas de Pessoal	400	406
Despesas Financeiras Líquidas:	**15.814**	**14.871**
Despesas Financeiras	15.814	14.878
(-)Receitas Financeiras	0	7
Outras Receitas Operacionais:	700	0
Receita alienação ativo não circulante	900	0
(-)Despesa alienação ativo não circul.	-200	0
Prejuízo Líquido do Exercício:	**-14.814**	**-12.821**
Prejuízo Líquido do Exercício P/Ação:	**-4,94**	**-4,28**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) (em milhares de reais)

	Cap. Social	Lucros Prej.Acum.	Total
Saldos 31.12.23	39.087	-272.611	-233.524
Prej. líq. exercício	-	-12.821	-12.821
Saldos 31.12.24	39.087	-285.432	-246.345
Prej. líq. exercício	-	-14.814	-14.814
Saldos 31.12.25	39.087	-300.246	-261.159

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

1. Apresentação das Demonstrações Contáveis: Elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e atos legais posteriores. **2. Resumo das principais Práticas Contábeis: a) Correção Monetária:** As contas do ativo permanente e do patrimônio líquido estão corrigidas monetariamente até 01.01.96 (UFIR 0,8287). **b) Imobilizado:** De uso: Demonstrado ao custo corrigido, acrescido de reavaliação, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens. **3. Capital Social:** O capital social está representado por 2.996.038 ações sem valor nominal, divididas em 1.308.600 ordinárias e 1.687.438 preferenciais. **4. Ativos Segurados:** Em 31/12/2025 a Companhia possuía cobertura de seguro contra incêndio e roubo de 79.324 mil (R$ 77.138 em 2024) para os bens do imobilizado, sendo esse valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. **5. Provisão de Encargos Financeiros:** Provisão para encargos sobre financiamentos que a empresa se propõe a pagar ao Banco Central do Brasil decorrente de Ação Ordinária impetrada pela empresa em 04/07/1990. Estão em garantia do financiamento bens não destinado a uso e as edificações. A referida ação já teve decisão judicial (parcial) favorável à empresa.

Diretoria: Roberto de Moraes Maisonnave - Diretor
Nilda Maria de Medeiros Maisonnave - Diretora

Contador: Arthur Fernando Faccioni
CRC-RS 041683
CPF nº 092.001.000-82

ASCOL

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

JC 92 ANOS

PUBLICIDADE LEGAL

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

Convocação de Reapresentação Presencial

À Sra. Maíra Santana Gama de Almeida. Prezada Senhora, O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE informa que, diante de suas ausências ao trabalho sem apresentação de justificativa, fica V.S.ª convocada a realizar sua reapresentação presencial no seguinte endereço: **Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE Rua Uruguai, 155 - 5º andar Porto Alegre - RS.** Solicitamos que a reapresentação presencial ocorra o mais breve possível, a fim de prestar esclarecimentos e regularizar sua situação funcional. Esclarecemos que o não atendimento desta convocação poderá caracterizar intenção de não retorno ao serviço, elemento reconhecido pela jurisprudência trabalhista como fator determinante na configuração de abandono de emprego (art. 482, "i", da CLT), após período de ausência não justificada e reiteradas tentativas de solicitação de retorno por parte do empregador. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Atenciosamente,

Departamento de Recursos Humanos
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Companhia Aberta
CNPJ nº 08.467.115/0001-00
NIRE 43300046915 | Código CVM nº 02064-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração; **(vi)** a caracterização de membro independente do Conselho de Administração; **(vii)** a instalação do Conselho Fiscal; **(viii)** a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; **(ix)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e **(x)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026. A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente digital, não sendo possível o comparecimento físico. A Companhia considera que a realização da Assembleia Geral em formato digital é a melhor opção para assegurar a ampla participação dos acionistas, proporcionando maior acessibilidade às discussões e deliberações. Além disso, a Companhia entende que esse modelo fomenta a inclusão e o engajamento dos acionistas. A Assembleia Geral ocorrerá por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams", observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que os Senhores Acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"); e (b) boletins de voto a distância. Para participação na Assembleia Geral via Plataforma Digital, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2026**, mediante solicitação pelo e-mail, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia Geral, o *link* de acesso à *Sala de Espera*, na qual será confirmada sua identificação e fornecido o acesso para participação à reunião virtual. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não se cadastrarem validamente pelo e-mail indicado, com o correspondente depósito dos documentos solicitados, até o dia **27 de abril de 2026**, inclusive. Somente poderão participar da Assembleia Geral aqueles que forem acionistas da Companhia, sendo que a titularidade das ações para tanto será a constante da base acionária disponibilizada pelo escriturador. A Solicitação de Acesso deverá: **(i)** conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e **(ii)** ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme descritos a seguir. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular, do acionista e de seu representante, conforme o caso; e (ii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados). Visando à otimização do processo de verificação da Solicitação de Acesso, a Companhia recomenda que o acionista ou seu representante, conforme o caso, apresentem o comprovante de participação acionária emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência de realização da Assembleia Geral. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura eletrônica, como alternativa ao reconhecimento de firma. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleia.ceeed@equatorialenergia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia Geral, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do horário marcado para início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia Geral, independentemente da realização e validação da Solicitação de Acesso. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral com, pelo menos, 15 (quinze) minutos de antecedência. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher o boletim de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas que constam no boletim disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração. Ainda, conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e nos arts. 1º e 3º da Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social total e votante, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/institucional), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026.
Augusto Miranda da Paz Júnior
Presidente do Conselho de Administração

equatorial